

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – CURSO DE MESTRADO**

LIRIANI DE LIMA SANTOS

**AGROVILA E VILAS RURAIS NO MUNICÍPIO DE TERRA BOA-PARANÁ: UM
ESTUDO GEOGRÁFICO**

**MARINGÁ – PR
2011**

LIRIANI DE LIMA SANTOS

**AGROVILA E VILAS RURAIS NO MUNICÍPIO DE TERRA BOA-PARANÁ: UM
ESTUDO GEOGRÁFICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria das Graças de Lima

**MARINGÁ – PR
2011**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

S237 Santos, Liriani de Lima
Agrovila e Vilas Rurais no município de Terra Boa -
Paraná: um estudo geográfico / Liriani de Lima Santos. --
Maringá, 2011.
132 f.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Maria das Graças de Lima

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes,
Programa de Pós-Graduação em Geografia.

1. Pequena propriedade. 2. Modernização. 3. Vila Rural.
4. Condições socioeconômicas. I. Lima, Maria das Graças de,
orient. II. Universidade Estadual de Maringá, Centro de
Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação
em Geografia III. Título.

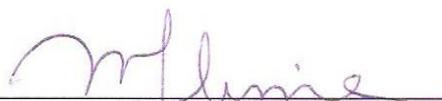
910.16308162 CDD 21.ed.

“AGROVILA E VILAS RURAIS NO MUNICÍPIO DE TERRA BOA – PARANÁ: UM ESTUDO GEOGRÁFICO”.

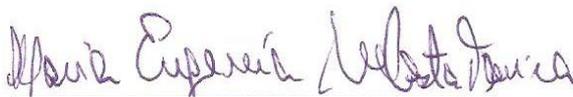
Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia, área de concentração: Análise Regional e Ambiental.

Aprovada em **25 de março de 2011**.

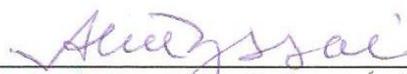
BANCA EXAMINADORA



Prof.^ª. Dr.^ª. Maria das Graças de Lima
Orientadora - UEM
Universidade Estadual de Maringá



Prof.^ª. Dr.^ª. Maria Eugênia Moreira Costa Ferreira
Membro convidado
Universidade Estadual de Maringá



Prof.^ª. Dr.^ª. Alice Yatiyo Asari
(membro convidado)
Universidade Estadual de Londrina

Aos meus pais: amor incondicional.

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho só foi possível devido ao apoio e incentivo de inúmeras pessoas que, me conhecendo ou não, foram solícitas, gentis, e dispostas a compartilhar seus conhecimentos e experiências. Meus sinceros agradecimentos:

- À Prof^a. Dr^a. Maria das Graças de Lima, por acreditar em meu trabalho, mesmo quando minhas ideias ainda eram bastante incipientes;
- Aos colegas de Mestrado, em especial à Tânia Regina Polhmann Caparroz e Franciely Fernandes Azarias do Amaral, que partilharam as mesmas conquistas e incertezas durante a caminhada ao longo do curso;
- Aos professores e funcionários do PGE e da universidade em geral;
- Ao Luís Gustavo, por ter me ciceroneado durante os trabalhos de campo;
- Aos moradores da Agrovila e Vilas Rurais Recanto Verde e Nova Jerusalém, por gentilmente terem despendido parte de seu tempo para responderem aos questionários;
- À Agnes Munhoz Babata (NPD/UEM), pelo auxílio na sistematização dos dados coletados durante o campo;
- Aos funcionários da Emater de Terra Boa e da SEAB de Curitiba;
- À minha ex-chefinha Edna Cabral Sanches (tanto a agradecer!), pela bondade, incentivo, compreensão nos momentos de ausência, enfim, pelo ser humano maravilhoso que é;
- À Edméia Fernandes, por ter tornado as manhãs de sábado mais suportáveis;
- Aos meus pais e amigos, que me ajudaram de todas as formas possíveis sem pedir nada em troca;
- Sou grata principalmente a Deus, por ter possibilitado o encontro com pessoas que me fizeram crescer profissional e pessoalmente, pessoas que guardarei para sempre com carinho especial.

“Quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho.” (MARTINS, 1980, p. 60)

RESUMO

O estado do Paraná nos anos de 1970 e 1980 foi marcado por profundas mudanças em sua estrutura agrária, houve nesta época expressiva comercialização das pequenas propriedades rurais e a consequente aquisição destas por parte dos grandes e médios proprietários. É neste período que se dá início ao predomínio da agricultura e pecuária voltada para a exportação. Ainda hoje é visível a repercussão dessas transformações: o êxodo, a inversão da porcentagem em relação à população urbana e rural e o agravamento das desigualdades sociais.

Apesar de ter perdido muito de sua área a pequena propriedade vai à busca de novas formas de organização de sua produção, se enveredando em “brechas” não alcançadas pela grande propriedade. Nos anos de 1990, com o avanço da modernização, o trabalho que antes era realizado por toda a família passa a ser feito por um número menor de pessoas, liberando o restante para outras atividades. Passa-se então, a combinar atividades agrícolas e não agrícolas, criando-se uma nova modalidade de produção: a pluriativa. Por consequência, a propriedade rural que antes se constituía em local de trabalho e moradia não é mais pautada nesta lógica.

É inserida nessa nova realidade que surge no ano de 1995, um projeto de ação do governo estadual denominado Vilas Rurais, cujos objetivos eram fixar o trabalhador rural ao campo e propiciar uma melhoria em suas condições socioeconômicas. Partindo-se de um estudo de caso da Agrovila Terra Boa e das Vilas Rurais Recanto Verde e Nova Jerusalém, no município de Terra Boa, mesorregião Centro-Ocidental do Paraná, obteve-se um quadro diagnóstico do impacto da implantação destas, na melhoria das condições socioeconômicas dos moradores. Após a obtenção de diversos dados, procedeu-se à comparação entre os resultados obtidos em cada local.

Palavras chave: Pequena propriedade, modernização, Vila Rural, condições socioeconômicas.

ABSTRACT

The state of Parana in 1970 and 1980 was marked by profound changes in its agrarian structure, this time there was a significant commercialization of small farms and the consequent acquisition of these by large and medium landowners. It is this period that begins the predominance of agriculture and livestock export oriented. Still visible today is the impact of these changes: the exodus, the reversal of the percentage relative to urban and rural population and the worsening of social inequalities.

Despite having lost much of its area a small property goes in search of new ways of organizing production, is embarking on "loopholes" that are unreachable by the large property. In the 1990s, with the advance of modernization, the work that was previously performed by the entire family has to be done by fewer people, freeing the rest for other activities. From then, to combine agricultural and non agricultural activities, creating a new mode of production: the new activities. Consequently, the farm before it was constituted in the workplace and home is not longer based on this logic.

Inserted in this new reality that emerges in 1995, an action project of the state government called Vilas Rurais, whose objectives were to secure the rural workers to the field and provide an improvement in their socioeconomic conditions. Starting from a case study of the Agrovila Terra Boa and Vilas Rurais Recanto Verde and Nova Jerusalem, in the city of Terra Boa, West-Central meso-region of Parana, we obtained a diagnostic picture of the impact of such deployment, improving socioeconomic conditions of residents. After obtaining various data, we proceeded to compare the results obtained at each site.

Keywords: Small property, modernization, Vila Rural, socioeconomic conditions.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Áreas de colonização do Paraná	20
Figura 2- As mesorregiões paranaenses	21
Figura 3- Mesorregião Centro-Occidental e localização do município de Terra Boa	21
Figura 4- Uso potencial dos solos-mesorregião Centro-Occidental	24
Figura 5- Repartição dos lotes rurais realizada pela CMNP	25
Figura 6- Cobertura vegetal-mesorregião Centro-Occidental	26
Figura 7- Anúncio veiculado pela Companhia logo após sua denominação ser alterada	27
Figura 8- Proposta das comunidades rurbanas	44
Figura 9- Croqui vetorizado-Agrovila Terra Boa	44
Figura 10- Croqui vetorizado-Vila Rural Recanto Verde	45
Figura 11- Planta da casa com uma das opções de recuo (área de 44,52 m ²)	51
Figura 12- Parte frontal da casa, planta original	51
Figura 13- Portal de entrada característico das Vilas Rurais	52
Figura 14- Localização da Agrovila e Vilas Rurais no município de Terra Boa	53
Figura 15- Evolução da área urbana do município de Terra Boa	54
Figura 16- Conjunto residencial nas proximidades da Agrovila Terra Boa	55
Figura 17- Vista aérea do município e localização da Agrovila e Vilas Rurais	55
Figura 18- Salão comunitário/Agrovila Terra Boa	57
Figura 19- Instalações de uso comunitário/Vila Rural Nova Jerusalém	58
Figura 20- Vista parcial do reservatório de água/Agrovila Terra Boa	58
Figura 21- Telefone público e ponto de ônibus com abrigo/V.R. Nova Jerusalém	58
Figura 22- Deslocamentos realizados pelos moradores	78
Figura 23- Paiol/Vila Rural Recanto Verde	83
Figura 24- Casas construídas no mesmo lote/Vila Rural Recanto Verde	83
Figura 25- Cafeeiros/Vila Rural Recanto Verde	84
Figura 26- Plantio de café adensado	85
Figura 27- Plantio de café superadensado	85
Figura 28- Lotes cultivados: café e outros/Vila Rural Recanto Verde e Nova Jerusalém	86
Figura 29- Criação de aves/V.R. Nova Jerusalém	90
Figura 30- Feira do Produtor Rural (Feira da Lua)	94
Figura 31- Antiga sede de facção de roupas	104
Figura 32- Antiga sede da Aprovir	104
Figura 33- Conservas de pepino da Aprovir	105
MAPA 01 – Localização das Vilas Rurais por mesorregião geográfica	49

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Evolução populacional do Brasil no período de 1940 a 2010.....	28
Gráfico 2- Evolução populacional do Paraná no período de 1940 a 2010.....	34
Gráfico 3- Evolução populacional do município de Terra Boa no período de 1970 a 2010.....	39
Gráfico 4- Faixa etária dos titulares dos lotes: Agrovila e Vilas Rurais.....	59
Gráfico 5- Grau de escolaridade dos titulares dos lotes.....	60
Gráfico 6- Estados de origem e data de chegada dos titulares dos lotes.....	61
Gráfico 7- Mesorregiões de origem dos moradores paranaenses.....	62
Gráfico 8- Origem dos titulares dos lotes: Agrovila e Vilas Rurais.....	63
Gráfico 9- Origem dos titulares dos lotes: Agrovila Terra Boa.....	63
Gráfico 10- Origem dos titulares dos lotes: Vila Rural Recanto Verde.....	63
Gráfico 11- Origem dos titulares dos lotes: Vila Rural Nova Jerusalém.....	63
Gráfico 12- Condição de trabalho e renda mensal anterior ao ingresso na Agrovila e Vilas Rurais.....	64
Gráfico 13- Condição de trabalho e renda mensal anterior ao ingresso na Agrovila Terra Boa.....	65
Gráfico 14- Condição de trabalho e renda mensal anterior ao ingresso na Vila Rural Recanto Verde.....	65
Gráfico 15- Condição de trabalho e renda mensal anterior ao ingresso na Vila Rural Nova Jerusalém.....	66
Gráfico 16- Motivos que levaram à inscrição para o programa ou outras formas de aquisição do lote.....	66
Gráfico 17- Condição de moradia anterior ao ingresso na Agrovila/Vilas Rurais.....	67
Gráfico 18- Condição de moradia anterior ao ingresso na Agrovila Terra Boa.....	68
Gráfico 19- Condição de moradia anterior ao ingresso na Vila Rural Recanto Verde.....	68
Gráfico 20- Condição de moradia anterior ao ingresso na Vila Rural Nova Jerusalém.....	68
Gráfico 21- Formas de aquisição dos lotes: Agrovila e Vilas Rurais.....	69
Gráfico 22- Formas de aquisição dos lotes: Agrovila Terra Boa	70
Gráfico 23- Formas de aquisição dos lotes: Vila Rural Recanto Verde.....	71
Gráfico 24- Formas de aquisição dos lotes: Vila Rural Nova Jerusalém.....	71
Gráfico 25- Ordem de posse dos lotes: Agrovila e Vilas Rurais.....	72
Gráfico 26- Ordem de posse dos lotes: Agrovila Terra Boa.....	72

Gráfico 27- Ordem de posse dos lotes: Vila Rural Recanto Verde.....	73
Gráfico 28- Ordem de posse dos lotes/Vila Rural Nova Jerusalém.....	73
Gráfico 29- Comparação dos bens adquiridos antes e depois do ingresso na Agrovila/Vilas Rurais.....	73
Gráfico 30 A e 30 B- Renda familiar mensal em salários mínimos.....	74
Gráfico 31- Elevação da desigualdade de renda no Brasil.....	75
Gráfico 32- Distância do local de trabalho	77
Gráfico 33- Prestações em atraso.....	79
Gráfico 34- A casa da Agrovila/Vila Rural é melhor do que a que residia antes?.....	80
Gráfico 35- A casa da Agrovila é melhor do que a que residia antes?.....	80
Gráfico 36- A casa da Vila Rural Recanto Verde é melhor do que a que residia antes?.....	81
Gráfico 37- A casa da Vila Rural Nova Jerusalém é melhor do que a que residia antes?.....	81
Gráfico 38- Gosta de morar na Agrovila/Vila Rural?.....	81
Gráfico 39- Pretende deixar a Agrovila/Vila Rural?.....	81
Gráfico 40- Benfeitorias realizadas nas casas.....	82
Gráfico 41- Destino da produção agrícola: Agrovila e Vilas Rurais.....	84
Gráfico 42- Destino da produção agrícola: Agrovila Terra Boa.....	86
Gráfico 43- Destino da produção agrícola: Vila Rural Recanto Verde.....	87
Gráfico 44- Destino da produção agrícola: Vila Rural Nova Jerusalém.....	87
Gráfico 45- Destino da criação de animais: Agrovila e Vilas Rurais.....	88
Gráfico 46- Destino da criação de animais: Agrovila Terra Boa.....	88
Gráfico 47- Destino da criação de animais: Vila Rural Recanto Verde.....	89
Gráfico 48- Destino da criação de animais: Vila Rural Nova Jerusalém.....	89
Gráfico 49- Rendimento líquido mensal (produção): Agrovila e Vilas Rurais.....	90
Gráfico 50- Rendimento líquido mensal (produção): Agrovila Terra Boa.....	91
Gráfico 51- Rendimento líquido mensal (produção): Vila Rural Recanto Verde.....	91
Gráfico 52- Rendimento líquido mensal (produção): Vila Rural Nova Jerusalém.....	91
Gráfico 53- Destino da renda obtida com a produção: Agrovila e Vilas Rurais.....	95
Gráfico 54- Uso de trabalho auxiliar: Agrovila e Vilas Rurais.....	96
Gráfico 55- Uso de trabalho auxiliar: Agrovila Terra Boa.....	96
Gráfico 56- Uso de trabalho auxiliar: Vila Rural Recanto Verde.....	96
Gráfico 57- Uso de trabalho auxiliar: Vila Rural Nova Jerusalém.....	97

Gráfico 58- Assistência técnica.....	97
Gráfico 59- Atividades não-agrícolas no lote.....	98
Gráfico 60- Financiamentos realizados para a produção: Agrovila e Vilas Rurais.....	101
Gráfico 61- Financiamentos realizados para a produção: Agrovila Terra Boa.....	101
Gráfico 62- Financiamentos realizados para a produção: Vila Rural Recanto Verde.....	102
Gráfico 63- Financiamentos realizados para a produção: Vila Rural Nova Jerusalém.....	102

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Participação do PR na produção dos principais produtos agrícolas do país (em %).	32
Tabela 2- Quantidade produzida de soja em toneladas no Paraná – 1970/2006.	32
Tabela 3- Evolução no uso de tratores em estabelecimentos agropecuários no Brasil (1920-2006).	34
Tabela 4- Evolução no uso de tratores em estabelecimentos agropecuários no Paraná (1970/2006).	35
Tabela 5- Área dos estabelecimentos agropecuários segundo mesorregiões geográficas e grupos de área Paraná-1996.	37
Tabela 6- Área dos estabelecimentos agropecuários segundo mesorregiões geográficas e grupos de área Paraná-2006.	38
Tabela 7- Número de estabelecimentos agropecuários, por grupos de áreas (ha), do município de Terra Boa.	39
Tabela 8- População total, grau de urbanização, taxas médias geométricas de crescimento anual e distribuição da população por situação de domicílio, segundo mesorregiões geográficas - Paraná - 1970/2000.	41
Tabela 9- Distribuição das Vilas Rurais por mesorregião geográfica.	50
Tabela 10- Razões da migração para Terra Boa.	62
Tabela 11- Profissões dos moradores da Agrovila Terra Boa, Vila Rural Recanto Verde e Nova Jerusalém.	76
Tabela 12- Por que gostam de morar na Agrovila/Vila Rural?	82
Tabela 13- Locais de comercialização da produção/Agrovila e Vilas Rurais.	92
Tabela 14- Locais de comercialização da produção/Agrovila Terra Boa.	92
Tabela 15- Locais de comercialização da produção/V.R. Recanto Verde	93
Tabela 16- Locais de comercialização da produção/V.R. Nova Jerusalém.	93

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APMF	Associação de Pais, Mestres e Funcionários
APROLEITE	Associação de Produtores de Leite
APROVIR	Associação dos Produtores da Vila Rural
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
CADMUT	Cadastro Nacional de Mutuários
CAI	Complexo Agroindustrial
CODAPAR	Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná
COHAPAR	Companhia de Habitação do Paraná
CMNP	Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
COPEL	Companhia Paranaense de Energia
CTNP	Companhia de Terras Norte do Paraná
EMATER	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPTU	Imposto Predial Territorial Urbano
ITR	Imposto Territorial Rural
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a fome
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar
PDRI	Projetos de Desenvolvimento Rural Integrado
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SANEPAR	Companhia de Saneamento do Paraná
SEAB-PR	Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná
SEED	Secretaria de Estado da Educação
SECR	Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família
SERT	Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social
SESA	Secretaria de Estado da Saúde
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SUDERHSA	Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental
TSU	Taxas de Serviços Urbanos
V.R.	Vila Rural

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1- A ÁREA DE ESTUDO	19
1.1- Aspectos históricos	19
1.1.1- Primeira Ocupação	19
1.1.2- Segunda Ocupação	19
1.1.3- Terceira Ocupação	20
1.2- Localização Geográfica	20
1.3- O município de Terra Boa em destaque	23
2- A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E AS TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO AGRÁRIO PARANAENSE	28
2.1- A modernização da agricultura brasileira: contexto regional e local	33
2.2- O êxodo rural e suas consequências	40
3- O PROGRAMA VILAS RURAIS	43
3.1- Antecedentes históricos	43
3.2- Contexto de criação das Vilas Rurais: programas e projetos	46
3.3- Características das Vilas Rurais e distribuição geográfica	48
3.4- Breve descrição dos programas estudados	51
3.4.1- Agrovila Terra Boa	51
3.4.2- Vila Rural Recanto Verde	52
3.4.3- Vila Rural Nova Jerusalém	52
3.5- Principais problemas enfrentados nas Vilas Rurais	53
4- AGROVILA E VILAS RURAIS NO MUNICÍPIO DE TERRA BOA	57
4.1- Descrição da infraestrutura	57
4.2- Caracterização dos titulares dos lotes	59
4.2.1- Gênero e faixa etária	59
4.2.2- Escolaridade	59
4.2.3- Origem	60
4.3- Dados dos moradores, precedentes ao ingresso na Agrovila/Vilas Rurais	64
4.3.1- Condições socioeconômicas precedentes ao ingresso na Agrovila/Vila Rural	64

4.3.2- Os motivos que levaram à aquisição do lote	66
4.3.3- Condições de moradia – antes do lote que ocupam	67
4.4- Dados dos moradores: posteriores ao ingresso na Agrovila/Vilas Rurais	69
4.4.1- Formas de aquisição dos lotes	69
4.4.2- Rotatividade quanto à posse do lote	71
4.4.3- Bens adquiridos	73
4.4.4- Renda familiar mensal	74
4.4.5- Profissão dos moradores	76
4.4.6- Distância do local de trabalho	76
4.4.7- Pagamento dos lotes	79
4.4.8- Condições da moradia da Agrovila ou Vila Rural	80
4.5- Relação afetiva com o lugar	81
4.5.1- O que justifica morar na Agrovila ou Vila Rural	81
4.5.2- Benfeitorias realizadas nas casas	82
4.5.3- Casas construídas no mesmo lote	83
4.6- A produção na Agrovila e Vilas Rurais	84
4.6.1- Destino da produção da Agrovila e Vilas Rurais	86
4.6.2- Criação de animais	88
4.6.3- Rendimento médio da produção	90
4.6.4- Locais de comercialização	92
4.6.4.1- Feira do produtor	93
4.6.4.2- Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar	94
4.6.5- Utilização de mão de obra externa	95
4.6.6- Assistência técnica	97
4.6.7- Pluriatividade	98
4.7- Agrovila e Vilas Rurais: limites e perspectivas	103
4.7.1- Associação de moradores	103
4.7.2- Projetos de geração de renda	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
REFERÊNCIAS	109
APÊNDICES	116
ANEXO	124

INTRODUÇÃO

O trabalho exposto tem por finalidade o estudo geográfico de uma realidade do espaço rural paranaense no contexto do processo de modernização da agricultura, intensificado a partir de 1970. A pesquisa se desenvolveu tendo como objetivos principais o diagnóstico e comparação das condições socioeconômicas dos moradores da Agrovila e Vilas Rurais do município de Terra Boa, tendo em vista o fato de as mesmas serem expressões da organização da pequena propriedade rural no Paraná. Buscou-se caracterizar o espaço geográfico das Vilas Rurais; levantar e analisar informações socioeconômicas dos moradores antes e após sua adesão ao programa; identificar quais as atividades exploradas e qual o destino da produção e comparar os resultados coletados.

Segundo definição do Governo do Estado do Paraná (1995), as Vilas Rurais consistem em uma “área geográfica destinada a trabalhadores rurais volantes e seus familiares, com o objetivo de garantir a melhoria da qualidade de vida (...) constituem pólos de trabalho e produção agrícola e não agrícola (...)”. De acordo com as diretrizes do programa, as Vilas Rurais contemplariam os trabalhadores temporários que residiam nas periferias das cidades visando à contenção da crescente mobilidade rural-urbana.

Biasi (2000) conceitua as Vilas Rurais como sendo uma proposta habitacional rural, constituídas por lotes rurais com tamanho padrão, possuindo infra-estrutura básica, espaço para residência e atividades agrícolas de subsistência e/ou agregação de renda. São localizadas nas proximidades de distritos rurais, estradas vicinais, escolas e unidades sanitárias, os lotes possuem média de 5.000 m².

Os primeiros “esboços” do programa Vilas Rurais delinearam-se em fins da década de 1970, com a criação da rurbana de Campo de Santana, na gestão do então prefeito Jaime Lerner e do governador Ney Aminthas de Barros Braga. Em 1988 surge a “Agrovila Terra Boa”, no município de Terra Boa, durante a gestão do prefeito Elso Garcia Segura e do governador Álvaro Fernandes Dias. Nos anos de mandato do governador Jaime Lerner – idealizador do programa – que se estendeu de 1995 a 1998 e de 1999 a 2003 foram criadas 405 Vilas, distribuídas por todas as mesorregiões do estado.

Para Demangeon (1956), a Geografia Humana compreende a parte da Geografia que estuda e descreve as relações entre a sociedade e o espaço, entre os grupamentos humanos e suas relações com o meio geográfico. Neste sentido, analisar a espacialidade da vida social humana permite-nos compreender o espaço em que se vive e o uso que se faz dele através dos tempos.

No presente estudo, estabeleceu-se o tamanho da amostra a partir do cálculo de amostras para populações finitas de Gil (2008), uma vez que a população pesquisada não excede 100.000 elementos. A fórmula dá-se da seguinte forma:

$$n = \frac{\sigma^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{e^2 (N-1) + \sigma^2 \cdot p \cdot q}$$

Onde:

n= Tamanho da amostra

σ^2 = Nível de confiança escolhido, expresso em número de desvios-padrão

p= Percentagem com a qual o fenômeno se verifica

N= Tamanho da população

e^2 = Erro máximo permitido

Sendo assim, foi estabelecida uma amostra de 60 questionários estruturados, em uma população total de 146 (quantidade total de famílias que inicialmente se instalaram nas áreas estudadas). Proporcionalmente, os sessenta questionários foram divididos da seguinte maneira:

Agrovila Terra Boa	06 questionários
Vila Rural Recanto Verde	22 questionários
Vila Rural Nova Jerusalém	32 questionários
Total	60 questionários

Os indivíduos da amostragem foram selecionados de forma aleatória, por chance de abordagem. Os questionários foram aplicados no mês de julho de 2010, durante os finais de semana, pois dessa forma, conseguiu-se obter as informações necessárias por parte do titular ou responsável pelo lote. Após a aplicação dos questionários, os dados coletados foram tabulados em planilhas do Microsoft Office Excel 2007, gráficos e tabelas foram elaborados; e procedeu-se a leitura e análise dos resultados obtidos. Vale ressaltar que durante o trabalho de campo, que compreendeu não apenas os dias de aplicação dos questionários,

desenvolvíamos outras atividades: registros fotográficos das áreas pesquisadas e anotações diversas em caderno de campo.

Neste estudo, foram utilizadas fontes de dados primárias e secundárias. As primeiras correspondem aos questionários aplicados aos moradores, e as entrevistas realizadas com o responsável pela Emater do município de Terra Boa. As fontes secundárias referem-se aos dados coletados em setores públicos ou privados: Prefeitura Municipal, IBGE, IPARDES, SEAB e arquivos pessoais.

Identificou-se durante a pesquisa um número reduzido de bibliografias referentes ao tema estudado – principalmente trabalhos elaborados por geógrafos – estando estas restritas a algumas dissertações de mestrado. Autoras como Asari et al (2002), Bana (2001), Ponte (2004) e Santos (2005) embora assumam posições e abordagens díspares, tiveram seus trabalhos consultados, contribuindo desta forma para a compreensão do objeto de estudo.

O trabalho encontra-se estruturado em quatro capítulos, sendo o primeiro dedicado aos aspectos históricos e físicos da região na qual o objeto de estudo está inserido; o segundo retrata o processo de modernização da agricultura e sua implicação nas transformações do espaço agrário paranaense; o terceiro relata alguns aspectos referentes ao programa Vilas Rurais; o quarto traz os resultados obtidos por meio dos questionários e aponta os impasses e perspectivas às Vilas Rurais. Por fim, encerra-se com as considerações acerca dos resultados obtidos, o que permite não a conclusão definitiva e a finalização do estudo, mas a abre a possibilidade de se estender e continuar explorando o tema abordado.

1- A ÁREA DE ESTUDO

1.1- Aspectos históricos

1.1.1- Primeira Ocupação

Em linhas gerais, a ocupação do estado do Paraná pode ser dividida em três áreas histórico-geográficas, a saber: a primeira área corresponde ao Paraná Tradicional e teve sua história iniciada no século XVII, com a descoberta do primeiro ouro encontrado pelos portugueses no Brasil. No século XVIII, com o caminho de tropas Sorocaba-Viamão, tem início a ocupação dos Campos Gerais que passa a receber influência durante o século XIX de várias correntes migratórias (alemães, poloneses, italianos, ucranianos, ingleses, dentre outros). A população que já se fixara no litoral, no Planalto de Curitiba e Campos Gerais até fins do século XVIII, se expandiu no século XIX para os Campos de Guarapuava e Palmas e no século XX atinge Cascavel, Pitanga, Faxinal, espalhando-se em direção ao interior (WACHOWICZ, 2001).

1.1.2- Segunda Ocupação

A segunda área corresponde ao Norte do Paraná. Segundo Serra (1992), dois fatos históricos tiveram interferência direta na expansão para o Norte do Paraná: a desagregação da frente pioneira do chamado Paraná Tradicional e a crise na economia cafeeira paulista.

Em fins do século XIX e início do século XX, mineiros e paulistas viram nas terras paranaenses novas possibilidades para a expansão da economia cafeeira. O governo do Estado do Paraná põe as terras devolutas à disposição da ocupação permanente e permite assim, investimentos de companhias particulares de colonização. A presença marcante do Estado na concessão de glebas com extensa área às empresas de colonização, e a atuação pontual dessas empresas na comercialização posterior de lotes destinados às atividades agrícolas, contribuíram para a organização da estrutura agrária do Norte do Paraná, sustentada em pequenas propriedades. Quando falamos de projeto de colonização e sua eficácia, nos referimos a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), e posteriormente a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), que substituiu a primeira. Ambas proporcionaram uma colonização extremamente planejada.

Para Monbeig (1984) e Luz (1997) a ocupação do Norte do Paraná não se deu de forma uniforme e ao mesmo tempo.

Conforme a época e a origem da respectiva colonização o Norte do Paraná pode ser dividido em três áreas: o Norte Velho, que vai da divisa nordeste com São Paulo até Cornélio Procópio, colonizado entre 1860 e 1925 por elementos paulistas e mineiros; o Norte Novo, delimitado pelos rios Tibagi, Ivaí e Paranapanema, colonizado entre 1920 e 1950; o Norte Novíssimo, que se estende do rio Ivaí ao rio Paraná e ao Piquiri, colonizado desde 1940 até 1960. (LUZ, 1997, p. 17)

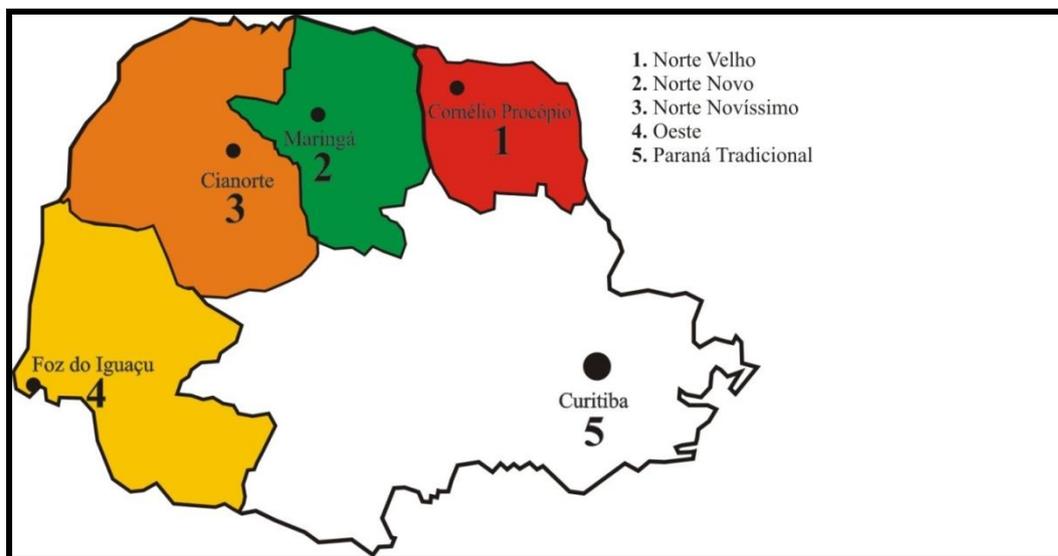


Figura 1- Áreas de colonização do Paraná.
Baseado em Luz (1997). Organização: Santos, Liriani de Lima.

1.1.3- Terceira Ocupação

Por fim, a terceira área originou-se após meados da década de 1950. Uma nova frente pioneira, originária do Sul do país, adentrou o território paranaense estimulada pelos problemas decorrentes da agricultura do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Este deslocamento populacional ocupou a maior parte do Sudoeste e parte do Oeste do estado do Paraná. Os imigrantes que ocuparam essa região originavam-se muitas vezes de pequenas propriedades gaúchas ou catarinenses, em que o principal problema decorria do número de pessoas na família e o tamanho da área da propriedade; era insuficiente para a sobrevivência de todos; alguns migraram. Pela forma tradicional de herança da terra, permanecem na propriedade ou o filho mais velho ou o mais novo; os outros migram para salvaguardar a propriedade da terra.

1.2- Localização Geográfica

Terra Boa compõe uma organização política e física que faz parte do Terceiro Planalto Paranaense e abrange uma área de 1.191.893,6 hectares, correspondente a cerca de 6,0% do território estadual, denominada mesorregião Centro-Occidental. Em linhas gerais, essa

mesorregião encontra-se assim delimitada: limita-se a Noroeste, com a mesorregião Noroeste; a Sudoeste com a mesorregião Oeste; ao Sudeste com a mesorregião Centro-Sul e a Nordeste com a mesorregião Norte Central.



Figura 2- As mesorregiões paranaenses.

Fonte: IBGE.

A mesorregião Centro-Ocidental é composta por 25 municípios (Figura 3), que, distribuídos nas microrregiões de Goioerê e Campo Mourão, somam 334.254 habitantes o que equivale a 3,2% da população total do estado. Desta forma, o município insere-se ainda na microrregião de Campo Mourão, que abrange uma população de 217.490 habitantes divididos em quatorze municípios (IBGE, 2011).

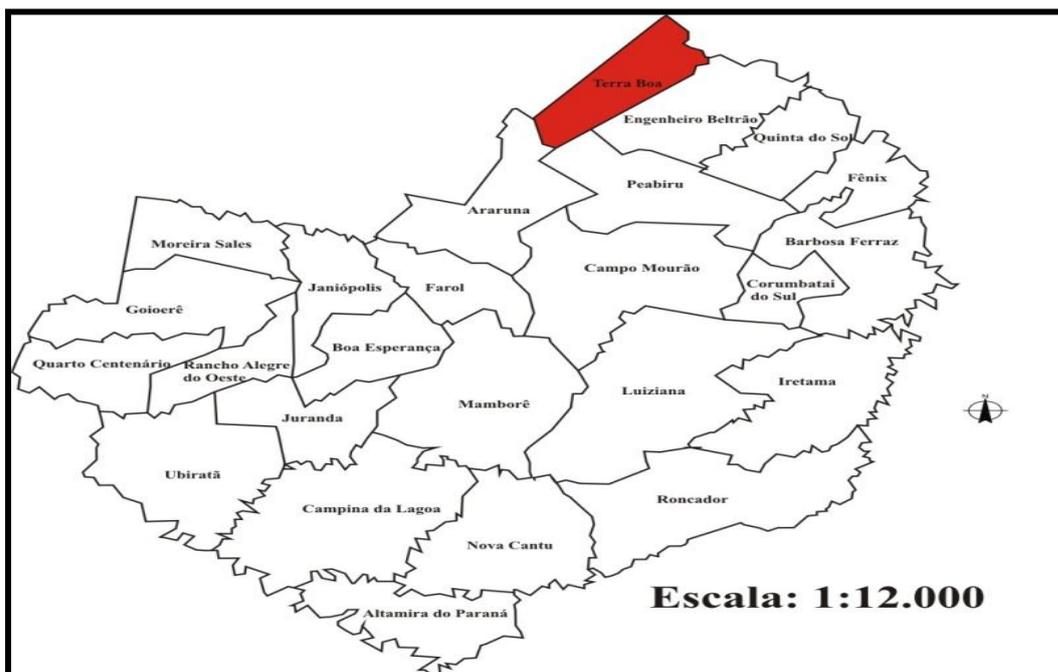


Figura 3- Mesorregião Centro-Ocidental e localização do município de Terra Boa.

Fonte: IBGE. Organização: Santos, Liriani de Lima.

As primeiras incursões populacionais na área correspondente a mesorregião Centro-Ocidental tem início no período colonial, por meio de exploradores espanhóis e bandeirantes, sendo intensificadas pelos efeitos da Guerra do Paraguai (séc. XIX). Após 1940, o processo de ocupação é efetivado com a expansão da fronteira agrícola e a implantação das colônias de povoamento, seja pelas companhias privadas, seja pelo poder público estadual. As empresas de colonização procedendo de forma a lotear as terras e vendê-las em pequenas parcelas, atraíram milhares de trabalhadores, constituindo pequenas e médias propriedades que destinavam sua produção tanto ao consumo próprio como para comercialização. A característica mais marcante do povoamento desta área se dá pelo encontro de dois fluxos populacionais: um deles relacionado à expansão da cafeicultura, vindo do Norte do Paraná, constituído principalmente por paulistas, mineiros e nordestinos e outro oriundo do movimento de gaúchos e catarinenses descendentes de colonos europeus vindos das porções oeste e sudoeste do Paraná (HESPANHOL, 1993).

Monbeig (1984) aponta a influência das duas frentes de povoamento, ao afirmar:

Atualmente as duas correntes pioneiras superpõem-se curiosamente, os paulistas procurando as boas terras roxas, que ficam nas partes baixas do vale do Ivaí, enquanto que os “safristas” vindos do sul preferem os solos pobres dos altos. Entretanto, essa estratificação não parece ter chance de durar, porque os plantadores de café sabem muito bem que suas plantações não resistirão as geadas dos vales e que terão de abandonar as terras roxas e subir para o alto dos espigões. (MONBEIG, 1984, p. 207)

As principais incursões de europeus na região datam do século XVI, esses dispunham como vias de acesso o Caminho de Peabiru e a navegação fluvial. Aleixo Garcia e Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca, exploraram partes da região em 1541. Várias foram as investidas na área, mas somente em 1903, expedições de criadores de gado oriundas de Guarapuava se fixaram na região de Campo Mourão. Hespagnol (1993) afirma que:

[...] o poder público, objetivando intensificar o processo de ocupação da área, bem como definir a situação legal das suas terras, procedeu da seguinte forma: nas áreas anteriormente ocupadas, o então Departamento de Geografia Terras e Colonização do Estado (D.G.T.C.) realizou diretamente a colonização, vendendo lotes e principalmente legalizando posses. Nas glebas livres ou com pequenas ocupação, o poder público concedeu o loteamento e a venda das terras a empresas privadas de colonização. (HESPANHOL, 1993, p. 21)

A presença das companhias privadas de colonização tiveram um importante papel no estado do Paraná. Destacam-se entre elas a *Brazil Railway Company* que obteve terras na

Mesorregião Centro-Ocidental por meio de sua subsidiária a Cia Brasileira de Viação e Comércio S/A – BRAVIACO – e a CTNP¹ Companhia de Terras Norte do Paraná, sucedida a partir de 1944 pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) (STECA; FLORES, 2008).

Segundo Wachowicz (2002), na década de 1960, o Paraná estava com seu território totalmente ocupado, cessando as frentes pioneiras representadas pelas companhias colonizadores, mas continuando ainda as migrações de população para regiões do Noroeste paranaense. Não restavam terras para serem ocupadas e colonizadas, mas nem todas as terras tinham a titulação efetiva de propriedade.

1.3- O município de Terra Boa em destaque

A gênese do município de Terra Boa deu-se pela ação da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, que fundou o então patrimônio em 1951, já com a denominação atual, dada pelo departamento de topografia da empresa em referência a fertilidade do solo (latossolo roxo).

De modo geral, as características físicas da mesorregião Centro-Ocidental podem assim ser descritas quanto à composição do solo e do clima:

- A alteração das rochas basálticas caracterizou os solos mais férteis na região, principalmente nos vales dos rios principais. No Terceiro Planalto ou Planalto do Trapp do Paraná associada ao clima da região, deu origem a solos de vários tipos, como por exemplo, os latossolos vermelho-escuros (extremamente ácidos, com baixa fertilidade, suscetíveis ao processo de lixiviação intensa conforme o regime de chuvas); os podzólicos vermelho-amarelos (extremamente ácidos, bem desenvolvidos, profundos, com moderada fertilidade natural e facilmente erodíveis); e os latossolos roxos (composto de solos minerais, não hidromórficos, muito profundos, podendo ser distróficos e álicos, de baixa fertilidade natural, e eutróficos de alta fertilidade natural) (EMBRAPA, 1984).

¹De acordo com Fresca (2004), a denominação foi adotada apenas em 1951, mas desde 1944 a Companhia, de origem inglesa, estava sob controle do capital nacional.

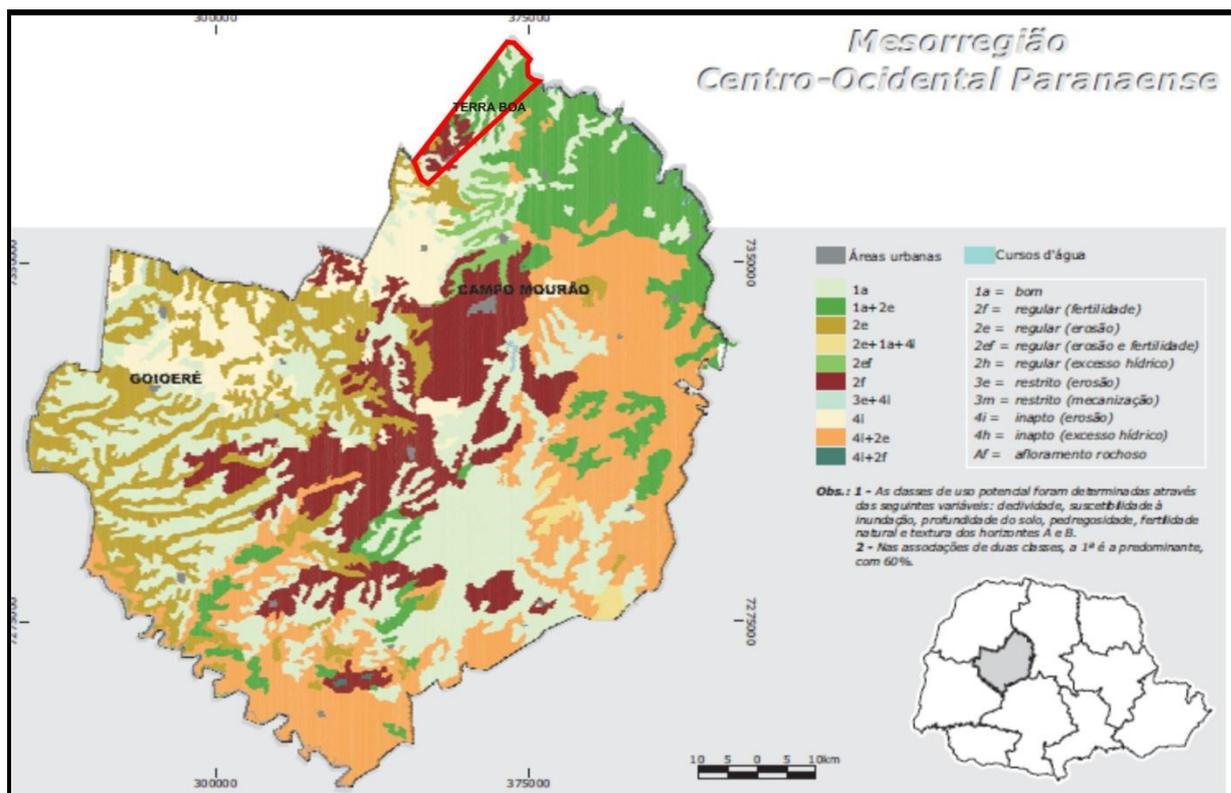


Figura 4- Uso potencial dos solos-mesorregião Centro-Ocidental.

Fonte: Adaptado de IPARDES, 2004.

Portanto, os solos onde estão localizadas as terras que compõem o município de Terra Boa variam de bom a regular em termos de fertilidade.

- Estão presentes na mesorregião dois tipos de clima. Nas zonas de menores altitudes, nos vales dos rios Piquiri e Ivaí, predomina o clima Subtropical Úmido Mesotérmico (Cfa), de verões quentes e geadas pouco frequentes, com tendência de concentração das chuvas nos meses de verão, sem estação seca definida. Nos meses mais quentes, a temperatura média é superior a 22°C, e, nos meses mais frios, inferior a 18°C. A temperatura anual é de 20°C, com chuvas entre 1.300 e 1.600 mm e umidade relativa do ar de 75%, sem deficiência hídrica (o município de Terra Boa localiza-se nessa área). Já nas zonas de maiores altitudes, ao longo dos principais divisores d'água, ocorre o clima Subtropical Úmido Mesotérmico (Cfb), de verões frescos e geadas severas e frequentes, sem estação seca, cujas principais médias anuais de temperatura dos meses mais quentes são inferiores a 22°C, e, dos meses mais frios, inferiores a 18°C. A temperatura média anual é de 19°C, com chuvas entre 1.600 e 1.700 mm e umidade relativa do ar de 80%, sem deficiência hídrica (MAACK, 1968).

Devido à intensa publicidade iniciada pela CMNP, as primeiras famílias se dirigiram a Terra Boa e ao distrito de Malu já em 1951. A Lei nº 2.411 de 13 de julho de 1955 eleva o patrimônio à categoria de município, com território desmembrado de Engenheiro Beltrão. A instalação oficial deu-se em 11 de dezembro de 1955 (FERREIRA, 1996).

O planejamento da Companhia Melhoramentos é visível na paisagem do município. Ao referir-se à divisão dos lotes, Wachowicz (2001) descreve que:

[...] os lotes rurais eram traçados em forma de longos retângulos, tendo quase todos frente para uma estrada e fundos para um regado ou rio. Desta forma, a estrada sempre passava nas regiões mais elevadas e todos os lotes ficavam inclinados. (WACHOWICZ, 2001, p. 270)

A dimensão dos lotes ficava em torno de 5 a 15 alqueires paulistas (10 a 30 hectares, aproximadamente), formando então, uma estrutura sustentada sobre pequenas propriedades rurais. A venda e aquisição dos lotes de terras ocorria da seguinte forma:

[...] visitavam as glebas disponíveis e escolhiam seu lote, regressando logo para fechar o negócio e pagar os dez por cento exigidos para assegurar a posse da propriedade. Dentro de sessenta dias [...] mais vinte por cento [...] o restante pago em quatro anos: dez por cento ao fim do primeiro ano, quantia essa módica por ser o ano de abertura da propriedade, e vinte por cento no final de cada um dos três anos seguintes. Os juros não ultrapassavam oito por cento ao ano. (CMNP, 1975, p. 124)



Figura 5- Repartição dos lotes rurais realizada pela CMNP.

Fonte: CMNP, 1975.

Após a venda do lote rural, dava-se início a ocupação pelos compradores que basicamente assim procediam:

Instalava-se provisoriamente um rancho feito com folhas de palmeiras e [...] (iniciavam a derrubada da mata). À derrubada seguia-se a queima, a coveação e o plantio do café. Nas ruas [do café] plantavam-se cereais, à volta do rancho plantava-se árvores frutíferas, à beira d'água plantava-se capim para os animais. Iniciava-se a criação de porcos e galinhas. (CMNP, 1975, p. 124)

Estão presentes três biomas distintos na mesorregião Centro-Occidental: a Floresta Estacional Semidecidual (FES), a Floresta Ombrófila Mista (FOM), e em pequenas proporções as Estepes (Cerrado).

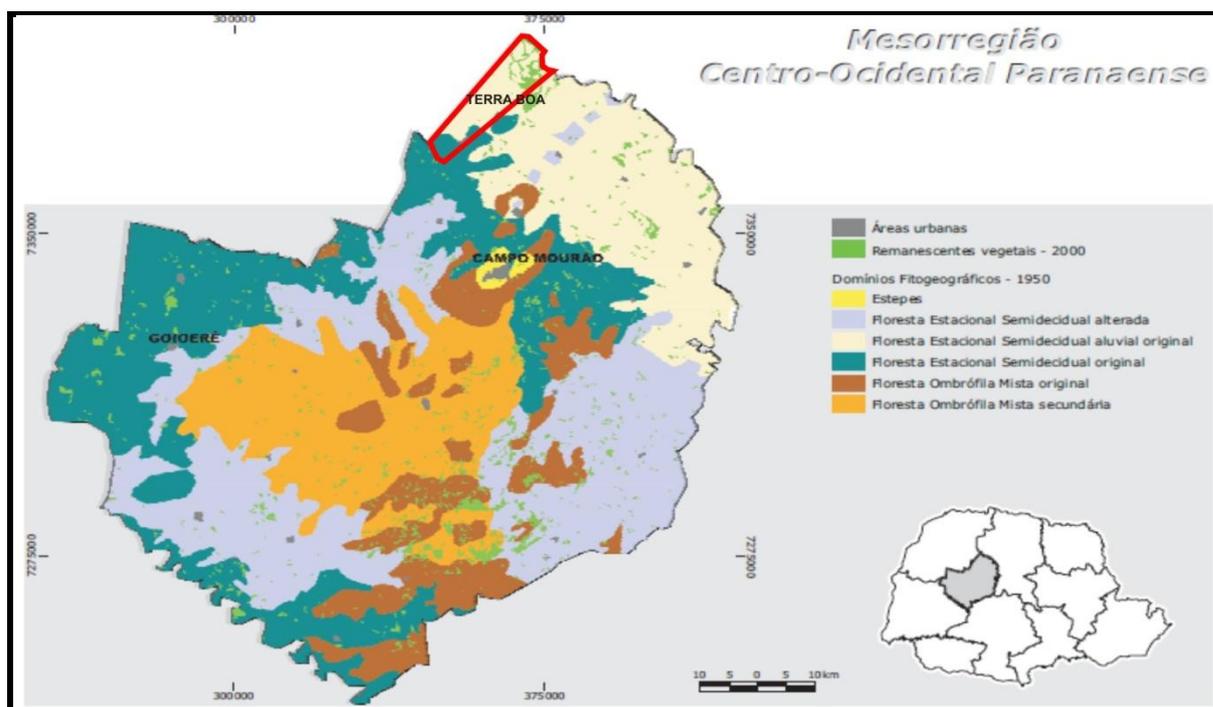


Figura 6- Cobertura vegetal-mesorregião Centro-Occidental.

Fonte: Adaptado de IPARDES, 2004.

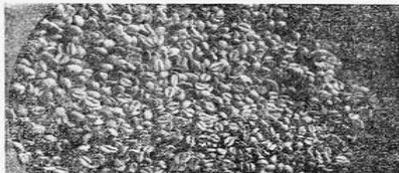
Os desmatamentos decorrentes da ocupação do território determinaram uma redução nos recursos florestais, dos quais tem-se atualmente, 63.443,7 hectares de cobertura florestal, correspondendo a 5,3% da cobertura original da região. O total da área de floresta ainda existente representa 2,5% da cobertura do Estado, posicionando a região como a de menor contribuição na cobertura florestal do Paraná (IPARDES, 2004). A área onde está localizado o município, era composta de remanescentes vegetais e floresta estacional semidecidual aluvial original, como consta na figura 6.

A presença da CMNP foi de fundamental importância para o município, cujas terras foram predominantemente incorporadas por meio de pequenas propriedades rurais. O proprietário e a família eram responsáveis por todo o trabalho no lote. O cultivo do café era a principal fonte

de renda, mas enquanto não produzisse entre suas ruas eram cultivados produtos diversos destinados tanto “para o gasto” como para a comercialização na cidade. A pecuária era quase inexistente devido à pequena área dos lotes. Dessa forma, desenvolvia-se a criação de suínos e aves cujo destino era o mesmo dado aos cultivos realizados entre os pés de café.

Companhia Melhoramentos
Norte Paraná

ANTERIORMENTE
COMPANHIA DE TERRAS NORTE DO PARANÁ

<p>LONDRINA ESTADO DO PARANÁ Escritórios em LONDRINA Caixa Postal, 16 MARINGÁ, CIANORTE e UMUARAMÁ</p> <p>TERRAS DE ALTA QUALIDADE</p>		<p>SÃO PAULO RUA SÃO BENTO, 329 8º andar End. Telegr.: «CIANORTE» Caixa Postal, 2771 Fones: Vendas, 33-4561 Gerência: 32-2435</p> <p>VENDAS A PRESTAÇÕES EM PEQUENOS E GRANDES LOTES</p>
--	--	--

ÓTIMO CAFÉ DO NORTE DO PARANÁ — BEBIDA FINA

Vantajosa produção de café, cereais, fumo, algodão, cana de açúcar, mandioca, trigo, etc. No assombroso e rápido progresso da região encontra-se a afirmação da fertilidade da terra.

Inscrição n. 12 no Registro de Imóveis da Comarca de Londrina, na forma do Decreto-Lei n. 3079 de 15 de Setembro de 1938.
(REDE V. PARANÁ - SANTA CATARINA)

Estrada de ferro — Ótimas estradas de rodagem
ESPLÊNDIDO SERVIÇO RODOVIÁRIO
Lotes demarcados e fornecimento das respectivas plantas aos compradores

- NÃO HÁ SAUVAS

Figura 7- Anúncio veiculado pela Companhia logo após sua denominação ser alterada.
Fonte: CECILIO, J. C., 2010.

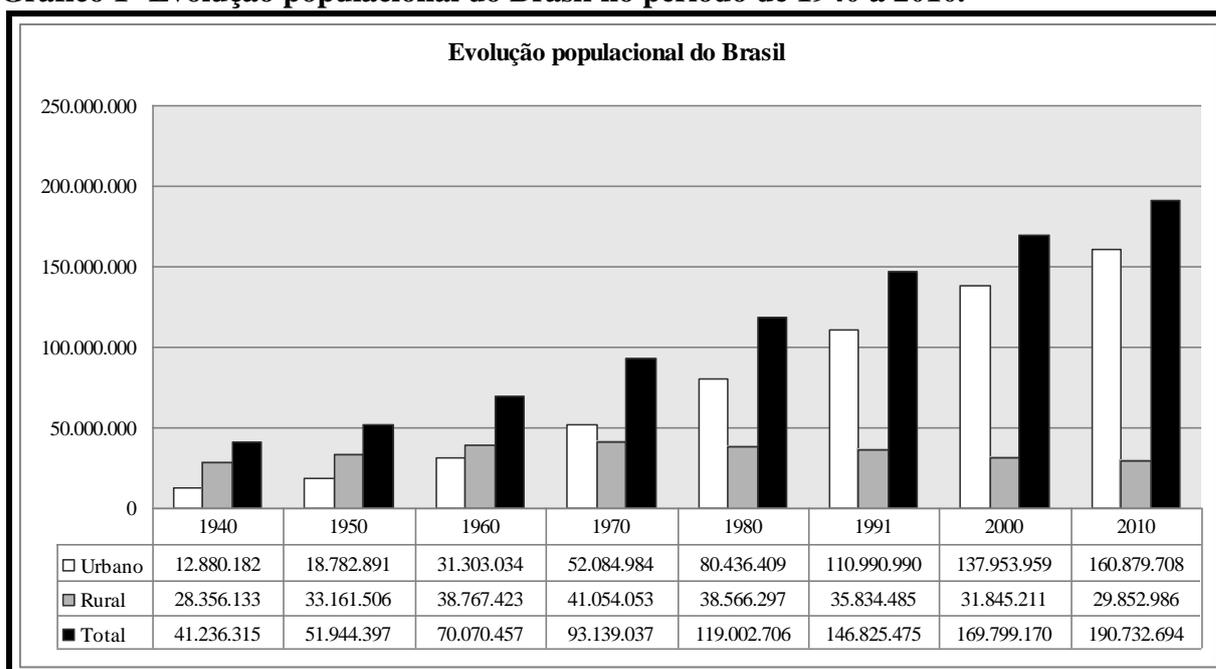
Em Terra Boa eram visíveis, no início de sua ocupação, as mesmas características descritas por Monbeig (1984) nas cidades das frentes pioneiras anteriores: casas de madeira já consolidadas ou em construção, ruas sem pavimento, expressivo movimento de pessoas na cidade durante os finais de semana, quando a população rural buscava esse espaço para satisfazer suas necessidades de lazer e serviços.

2- A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E AS TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO AGRÁRIO PARANAENSE

O processo de modernização da agricultura, no Brasil em geral, e no Paraná em particular, trouxe reflexos na organização social e espacial do estado. A partir de 1970, a presença do capital paulatinamente se expandiu no campo, trazendo consequências como a concentração fundiária, alterações nas relações de trabalho e a expulsão de grande parte da população que trabalhava no campo, sendo esta, obviamente, aquela que não conseguiu se adaptar as novas condições que se impunham.

A partir da observação do gráfico 1, que apresenta a evolução populacional do Brasil, é possível constatar que a expressiva redução da população rural deu-se a partir de 1970.

Gráfico 1- Evolução populacional do Brasil no período de 1940 a 2010.



Fonte: IBGE. Organização: Santos, Liriani de Lima.

De acordo com Broietti (2002), a forte redução da população rural ocorreu em razão de intensa modernização das técnicas agrícolas, resultando em baixa remuneração oferecida aos trabalhadores; concentração de terras; mecanização da agricultura e substituição das culturas tradicionais por outras que demandavam pouca mão-de-obra; promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963 (tornou-se mais vantajoso aos proprietários de terras pagarem

apenas por dias de trabalho realizado ao invés de manter os trabalhadores durante todo o ano e assumir assim, encargos trabalhistas).

Segundo Martins (1995), esses trabalhadores “estariam se transformando em massas de proletariados rurais, de trabalhadores sem terra”. Martins (1991) aponta ainda que:

[...] a lei básica do capital é a de subjugar o trabalho. Não há capitalismo sem a subjugação do trabalho. Assim, na medida em que o trabalhador vende sua força de trabalho ao capitalista, mediante o salário, os frutos do seu trabalho aparecerão necessariamente como frutos do capital que o comprou, como propriedades do capitalista. Para que isso ocorra é necessário separar o trabalhador dos seus instrumentos de trabalho; para evitar que o trabalhador trabalhe para si mesmo, isto é, para evitar que deixe de trabalhar para o capitalista. (MARTINS, 1991, p. 50)

Esse processo de modernização na agricultura brasileira ocorreu em um contexto denominado mundialmente de Revolução Verde, que foi um programa de desenvolvimento agrícola produzido nos Estados Unidos e importado por vários países. (BRUM, 1988) Seus principais objetivos eram:

[...] contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo, através do desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes solos e climas e resistentes às doenças e pragas, bem como da descoberta e aplicação de técnicas agrícolas ou tratos culturais mais modernos e eficientes. (BRUM,1988, p.44)

A importação desse pacote transformou a agricultura brasileira durante os anos de 1960 e 1970 na sua base técnica, e expandiu as relações capitalistas no campo. A ampla utilização de bens de produção industriais para a agricultura e o apoio da política do Estado, caracterizou essa modernização que aconteceu na agricultura.

A tecnificação fez com que as populações que viviam do trabalho no campo e que tinham a propriedade de suas terras perdessem seu meio de produção². Aqueles que trabalhavam a terra por meio de contratos de uso como porcenteiros, arrendatários, meeiros, dentre outros, viram desaparecer a possibilidade desse trabalho, sem ter o direito de acesso a terra efetivado.

² No Paraná, até onde se sabe, os últimos posseiros saíram por volta da década de 1950 e 1960 sob coação das companhias colonizadoras. Para maiores informações ver o trabalho de LIMA, Maria das Graças. **A sobrevivência dos sítios rurais em Moreira Sales, PR.** 1993. 131f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Faculdade de filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Essa parcela da população, que recebeu as ações da alardeada modernização, perdeu seu meio de trabalho; foram forçados ao assalariamento como trabalhadores temporários, representados pelos bóias-frias ou trabalhador braçal nos centros urbanos.

Para Medeiros et al. (1995), uma agricultura moderna deve ser “aquela que resolve, do ponto de vista da sociedade moderna, a questão da propriedade fundiária, isto é, aquela que põe a propriedade a serviço da produção”. Segundo os autores, a modernização conservadora da agricultura brasileira manteve a estrutura fundiária dos tempos coloniais: sustentada em grandes áreas.

O progresso técnico na agricultura não ocorreu na visão de Silva (1982), de forma homogênea; não se deu ao mesmo tempo em todas as regiões do país, tendo sido conservador e doloroso. Foi conservador, porque não atingiu todas as categorias de agricultores e não findou com a histórica concentração fundiária. Foi doloroso, porque provocou a expropriação e expulsão de milhares de pequenos agricultores e trabalhadores do campo, recrudescendo a desigualdade social.

Para Oliveira (2005), a industrialização da agricultura no Brasil foi realizada no interior do processo de internacionalização da economia brasileira e se relacionou com o mecanismo da dívida externa. Com o intuito de aumentar a produção – principalmente industrial – os sucessivos governos recorreram a empréstimos no mercado financeiro internacional com vistas a investir na construção de infraestrutura.

Para Kageyama (1987), o período inicial da modernização da agricultura brasileira foi marcado por uma agricultura menos dependente dos recursos naturais e força de trabalho rural; e extremamente dependente de produtos industrializados que vão desde fertilizantes e defensivos agrícolas, até maquinários. Essas mudanças alteraram significativamente a paisagem rural brasileira em geral, e paranaense em particular. Segundo Martins (1998):

[...] a abordagem geográfica aceita as inovações técnicas como transformadoras do espaço, pois a introdução dessas técnicas no processo produtivo é responsável por mudanças significativas no espaço agrário. Reconhece também que a força das mudanças geradas pelo uso da técnica está relacionada com a disponibilidade de recursos financeiros, criando formas diferenciadas de organização do espaço [...] (MARTINS, 1998, p. 14)

A política de modernização da agricultura brasileira teve como principal instrumento a Lei nº 4.829 de 05 de novembro de 1965, que criou o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Segundo Sayad (1984), os principais objetivos da política de crédito rural explicitados na referida Lei eram: estimular o crescimento ordenado dos investimentos rurais; financiar o custeio oportuno e a comercialização de produtos agropecuários; fortalecer os produtores rurais, particularmente os pequenos e médios; facilitar a introdução de métodos racionais de produção no setor agrícola.

O objetivo em destinar recursos aos pequenos produtores foi uma proposta apenas formal das autoridades, pois, “desde o início o sistema promoveu a concentração dos recursos nas mãos dos médios e grandes produtores, especialmente dos grandes” (FÜRSTENAU, 1987, p. 145).

O SNCR possibilitou o aparecimento e consolidação das relações entre a agricultura e indústria. A agricultura passou a fazer parte no processo industrial seja como consumidora de insumos e maquinários seja como produtora de matérias-primas para transformação. Destacase nesse período o avanço da cultura da soja, apoiado pela política governamental de estímulo às exportações. Esse fato se refletiu na agricultura e nos segmentos da indústria cuja produção era voltada para o setor agrícola. Em síntese, a modernização da agricultura brasileira favoreceu a industrialização dos métodos utilizados pelos grandes proprietários produtores de grãos, e seu consequente enriquecimento.

Exemplo desse favorecimento foi o aumento na área plantada com soja em 424,40%; e com trigo em 353,72%, entre os anos de 1970 e 1980. A justificativa para estimular a agricultura de exportação já vinha desde o início da década de 1960, os primeiros acordos entre o Brasil e Estados Unidos para o setor agrícola, datam de 1953. Essa modernização no setor agrícola foi implementada nos Estados Unidos por volta das décadas de 1930 e 1940. Ou seja, o que aconteceu no Brasil, foi decorrência de uma tendência mundial.

A erradicação do café, a concentração de terras, a introdução de insumos agrícolas e maquinários, a expansão dos cultivos de soja e trigo, o aumento da área destinada à pecuária, a política de crédito agrícola voltada às culturas de exportação, e finalmente, as constantes geadas, foram os fatores que, se desenvolvendo desde 1960, tiveram seus efeitos sentidos no

início da década de 1970. Desta ação modernizadora do campo, quando a agricultura ficou subordinada a dinâmica industrial, formou-se o chamado Complexo Agroindustrial (CAI).

O Governo Federal implementou uma política que garantiu mercado à indústria de máquinas e insumos agrícolas; e aumentou os níveis de produtividade da agricultura, respondendo aos excelentes preços que a soja atingia no mercado externo. Outras culturas (trigo, milho e algodão) também tiveram seus processos de produção alterados pela tecnificação. A agropecuária paranaense, como não poderia deixar de ser, também se inseriu neste contexto de modernização.

A tabela 1 mostra que no ano de 1968 a produção de café era a mais importante, porém, o cultivo de soja já se destaca, alcançando o segundo lugar e sendo seguido de perto pelo algodão e feijão – culturas produzidas respectivamente na média, grande e pequena propriedade. Ainda na mesma tabela verifica-se que no ano de 1977 modificam-se as culturas produzidas. O trigo, a soja, o algodão, a cana de açúcar e o milho, culturas altamente tecnificadas e destinadas à exportação tem suas áreas ampliadas. Por esta época, o feijão manteve, muito provavelmente pela área plantada pelas pequenas propriedades, sua produção no mesmo patamar que as culturas destinadas à exportação.

Tabela 1- Participação do PR na produção dos principais produtos agrícolas do país (em %)

Anos	Cultivos							
	Algodão	Arroz	Café	Cana-de-açúcar	Feijão	Milho	Soja	Trigo
1968	24,7	5,0	47,4	3,4	21,8	19,4	24,9	13,3
1977	28,4	10,0	10,9	24,9	25,1	24,0	37,5	60,8

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1980.

IBGE, 1980. Organização: Santos, Liriani de Lima.

A tabela 2 demonstra o gradativo aumento da produção de soja entre 1970 e 2006 no estado do Paraná.

Tabela 2- Quantidade produzida de soja em toneladas no Paraná – 1970/2006

Produção (toneladas)							
Paraná	1970	1975	1980	1985	1995	1996	2006
Soja	456.710 (1,34%)	3.624.946 (10,7%)	5.400.192 (15,8%)	4.413.000 (12,9%)	5.694.427 (16,7%)	6.046.293 (17,8%)	8.402.609 (24,8%)

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985, 1996 e 2006.

Organização: Santos, Liriani de Lima.

Em síntese, pode-se afirmar que a agropecuária brasileira tornou-se amplamente consumidora das inovações tecnológicas como maquinários e insumos; mas essa nova organização da área rural trouxe implicações na organização do espaço agrário nacional, regional e local. Com o intuito de compreender como o espaço agrário do estado do Paraná e do município de Terra Boa respondeu a essa nova organização, enfatizar-se-á a problemática local e regional, não esquecendo, notoriamente, o contexto mais amplo pelo qual essas mudanças passaram.

2.1- A modernização da agricultura brasileira: contexto regional e local

Respondendo ao mercado externo e ao crescimento da demanda internacional, o estado do Paraná inseriu-se nesse movimento de modernização da agricultura, registrando elevadas taxas de crescimento agrícola, entre as décadas de 1970 e 1980.

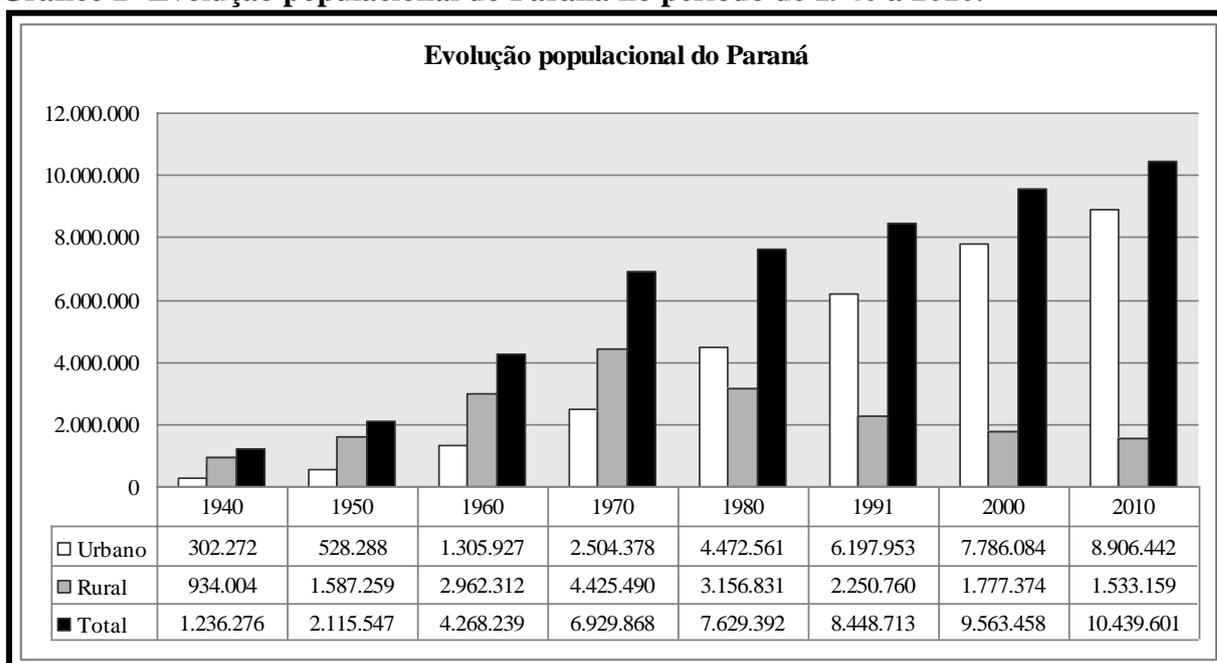
De modo geral, as mesmas transformações provocadas no espaço agrário do Paraná e Brasil, também aconteceram em Terra Boa. Retrataremos as mudanças sociais que essa reorganização da produção agrícola paranaense provocou no espaço agrário do estado ao longo das décadas de 1960, 1970 e 1980.

Segundo Hespanhol (1990), o processo de modernização da agricultura provocou, além de mudanças técnicas e econômicas:

[...] transformações sociais e espaciais no Estado do Paraná, materializadas através de: a) diminuição da população residente na zona rural e conseqüente ampliação do movimento de urbanização; b) concentração fundiária; c) retração das categorias de produtores não-proprietários; d) transformações no espaço geográfico, derivadas da instalação de modernos equipamentos de infraestrutura. (HESPANHOL, 1990, p. 117)

O gráfico 2, demonstra a evolução populacional do estado do Paraná, indicando a constante redução da população rural a partir de 1970. Como aponta Hespanhol (1990), o decréscimo da população rural e conseqüente aumento da população urbana, constituía-se em indicativo das mudanças sociais pelas quais o estado passava.

Gráfico 2- Evolução populacional do Paraná no período de 1940 a 2010.



Fonte: IBGE. Organização: Santos, Liriani de Lima.

Ao tratar o processo de modernização da agricultura paranaense destaca-se o significativo aumento do uso de tratores, colheitadeiras, e sistemas de irrigação (Moro, 1991). É o que segue na tabela 3.

Tabela 3- Evolução no uso de tratores em estabelecimentos agropecuários no Brasil (1920-2006)

Anos	Tratores existentes nos estabelecimentos agropecuários
1920	1706 (0,05%)
1940	3380 (0,10%)
1950	8372 (0,24%)
1960	61345 (1,82%)
1970	165870 (4,93%)
1975	323113 (9,60%)
1980	545205 (16,2%)
1985	665280 (19,7%)
1996	803742 (23,8%)
2006	788053 (23,4%)

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1920/2006.

Organização: Santos, Liriani de Lima.

Por meio da tabela 3 é possível apontar a tendência brasileira de acompanhar a agricultura mundial; a partir da década de 1950 já era possível perceber o aumento de tratores na agricultura. O mesmo se observa para o estado do Paraná, onde o progressivo aumento no uso de tratores só sofre uma ligeira diminuição no ano de 2006.

Tabela 4- Evolução no uso de tratores em estabelecimentos agropecuários no Paraná (1970/2006)

	Censos*					
	1970	1975	1980	1985	1996	2006
Tratores	18 619	52 498	81 727	101 346	121 827	111 038

* Dados de 1920 a 1960 não disponíveis.

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1970/2006.

Organização: Santos, Liriani de Lima.

Os dados das tabelas 5 e 6, referentes aos dois últimos censos agropecuários, 1996 e 2006, respectivamente, apontam a continuidade do movimento de concentração fundiária no Paraná. As unidades com menos de 10 hectares responderam por 5,0% da área total dos estabelecimentos em 1996, acima da participação de 4,7% referente a 2006. Constata-se ainda, o declínio da representatividade da faixa que abrange as propriedades de 10 a menos de 100 hectares, passando de 33,9%, em 1996, para 31,3%, em 2006.

As unidades de 100 a menos de 1.000 hectares, foi a faixa que apresentou ampliação de sua área de produção: 41,1%, em 1996; para 44,6%, em 2006. No estado do Paraná o Índice de Gini³, referente à distribuição da terra, elevou-se de 0,741, em 1996, para 0,770, em 2006. A faixa com mais de 1000 ha, apresentou diminuição da área: passou de 20,1%, em 1996, para 19,3%, em 2006.

Para Martins (1995), a concentração fundiária é reflexo do avanço do capitalismo no campo e se constitui em instrumento fundamental de produção e de exploração.

³ O índice de Gini mede o grau de desigualdade na distribuição de renda ou de um recurso. A concentração fundiária é mais elevada quanto maior for a proximidade entre o referido indicador e o número 1.

A mesorregião Centro-Ocidental por sua vez, segue a mesma tendência do estado, concentração de terras na faixa de menos de 10 hectares: de 4,7%, em 1996, para 3,4%, em 2006. Os estabelecimentos de 10 a menos de 100 hectares decaem de 32,5% para 28,2%. Já os estratos de 100 a menos de 1.000 hectares elevam sua participação de 49,9% para 56,0%, apresentando expressivo crescimento. Não há informação de como vem acontecendo a ampliação desta área. Dado que não há terras para serem colonizadas, avalia-se que seja por meio da comercialização de terras da pequena propriedade e de áreas com mais de 1000 ha, que em 1996, detinha uma porcentagem de 12,9%, enquanto que em 2006, decaiu para 12,5%.

Tabela 5- Área dos estabelecimentos agropecuários segundo mesorregiões geográficas e grupos de área Paraná-1996

Mesorregiões	1996											
	Menos de 10 ha		10 a menos de 100 ha		100 a menos de 1.000 ha		1.000 ha e mais		Não declarado		Total	
	Área (ha)	Part. %	Área (ha)	Part. %	Área (ha)	Part. %	Área (ha)	Part. %	Área (ha)	Part. %	Área (ha)	Part. %
Centro-Occidental	51 485	4,7	355 527	32,5	546 349	49,9	141 447	12,9	-	-	1 094 808	100,0
Centro-Oriental	42 394	2,2	302 205	15,7	751 507	39	830 356	43,1	-	-	1 926 462	100,0
Centro Sul	73 878	3,4	594 135	27,7	900 083	42	573 539	26,8	-	-	2 141 635	100,0
Metrop. de Curitiba	56 782	6,5	316 161	36,1	286 013	32,6	217 117	24,8	-	-	876 073	100,0
Noroeste	83 716	3,7	561 041	24,9	1 091 565	48,5	512 375	22,8	-	-	2 248 697	100,0
Norte Central	107 246	4,8	790 571	35,6	1 003 574	45,2	319 822	14,4	-	-	2 221 214	100,0
Norte Pioneiro	63 717	4,7	447 335	32,8	654 689	47,9	199 846	14,6	-	-	1 365 587	100,0
Oeste	124 638	6,9	836 139	46,0	683 891	37,6	173 569	9,5	-	-	1 818 237	100,0
Sudeste	72 921	6,0	569 396	46,6	371 322	30,4	208 678	17,1	-	-	1 222 317	100,0
Sudoeste	115 342	11,2	633 396	61,4	261 672	25,4	21 191	2,1	-	-	1 031 602	100,0
Paraná	792 119	5,0	5 405 907	33,9	6 550 666	41,1	3 197 940	20,1	-	-	15 946 632	100,0

FONTE: IBGE - Censos Agropecuários.

Adaptado de IPARDES, 2009, p. 3

- Dado inexistente

Tabela 6- Área dos estabelecimentos agropecuários segundo mesorregiões geográficas e grupos de área Paraná-2006

Mesorregiões	2006											
	Menos de 10 ha		10 a menos de 100 ha		100 a menos de 1.000 ha		1.000 ha e mais		Não declarado		Total	
	Área (ha)	Part. %	Área (ha)	Part. %	Área (ha)	Part. %	Área (ha)	Part. %	Área (ha)	Part. %	Área (ha)	Part. %
Centro-Occidental	37 484	3,4	312 978	28,2	621 923	56,0	138 790	12,5	-	-	1 111 175	100,0
Centro-Oriental	32 094	1,9	233 581	14,1	562 198	33,9	831 681	50,1	-	-	1 659 554	100,0
Centro Sul	61 635	3,2	575 423	29,9	863 034	44,8	427 609	22,2	-	-	1 927 701	100,0
Metrop. de Curitiba	65 787	8,1	267 420	32,8	255 144	31,3	227 690	27,9	-	-	816 041	100,0
Noroeste	69 191	3,1	508 980	22,9	1 210 448	54,5	434 415	19,5	-	-	2 223 034	100,0
Norte Central	104 184	4,4	724 082	30,3	1 246 512	52,1	315 626	13,2	-	-	2 390 404	100,0
Norte Pioneiro	63 200	4,7	371 332	27,6	689 416	51,3	219 938	16,4	-	-	1 343 886	100,0
Oeste	108 243	6,3	726 101	42,3	750 290	43,7	131 953	7,7	-	-	1 716 587	100,0
Sudeste	83 507	7,4	513 228	45,5	346 619	30,7	184 850	16,4	-	-	1 128 204	100,0
Sudoeste	100 229	10,3	558 620	57,6	268 703	27,7	42 400	4,4	-	-	969 952	100,0
Paraná	725 549	4,7	4 791 744	31,3	6 814 290	44,6	2 954 951	19,3	-	-	15 286 534	100,0

FONTE: IBGE - Censos Agropecuários.

Adaptado de IPARDES, 2009, p. 3

- Dado inexistente

A tabela 7 registra o crescente declínio no município de Terra Boa dos estabelecimentos agropecuários enquadrados nos estratos de até 10; e de 10 a menos de 100 hectares. As áreas classificadas entre 100 a menos de 1.000 ha, apresentaram crescimento; enquanto que as áreas destinadas a propriedades com mais de 1.000 ha, mantiveram-se. Pode-se dizer que a estrutura fundiária de Terra Boa, é mais concentradora do que a estrutura fundiária da Mesorregião Centro-Ocidental do Paraná.

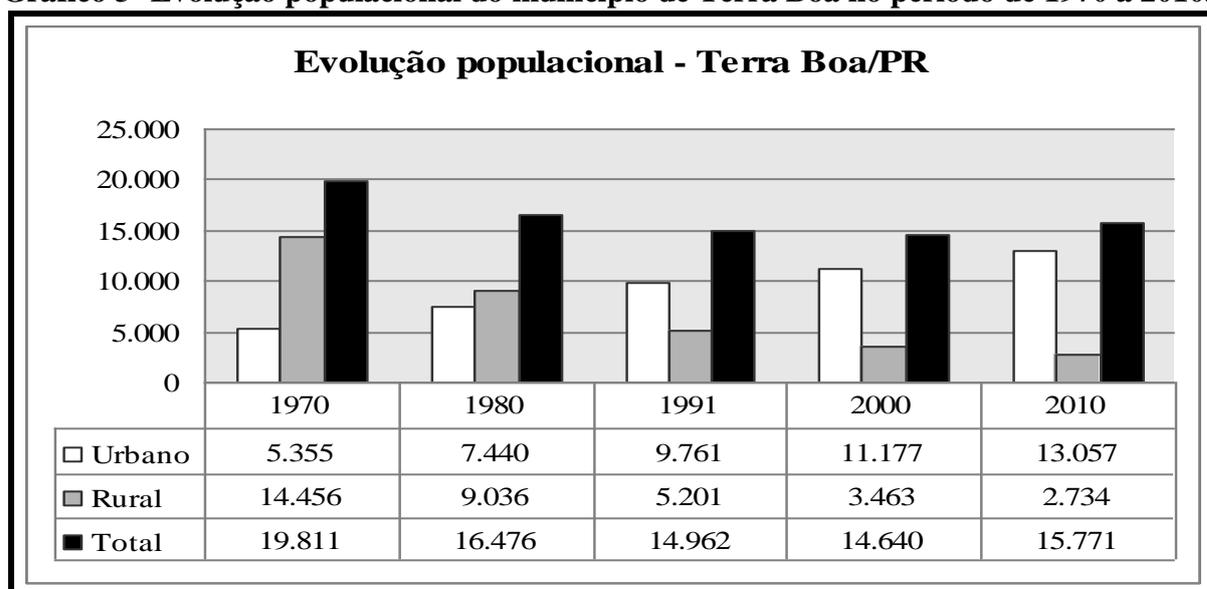
Tabela 7- Número de estabelecimentos agropecuários, por grupos de áreas (ha), do município de Terra Boa

Menos de 10 ha			10 a menos de 100 ha			100 a menos de 1.000 ha			1.000 ha e mais		
1970	1980	1996	1970	1980	1996	1970	1980	1996	1970	1980	1996
855	273	264	745	638	454	9	28	27	2	-	2

FONTE: IBGE, Censo Agropecuário 1970/1996. Organização: Santos, Liriani de Lima.

Com o transcorrer desse processo de concentração de terras, verifica-se a intensa imigração dos expropriados das áreas rurais em direção as periferias urbanas. Estes dados podem ser verificados no gráfico 3, que demonstra a contínua diminuição na população rural depois de 1980.

Gráfico 3- Evolução populacional do município de Terra Boa no período de 1970 a 2010.



Fonte: IBGE. Organização: Santos, Liriani de Lima.

2.2- O êxodo rural e suas consequências

Apesar de não ter tido a intensa expansão da economia cafeeira da mesorregião Norte Central, a mesorregião Centro-Occidental rapidamente se integrou à expansão da agricultura moderna no Paraná. Surgida em 1950, a partir da pequena propriedade, quando foi necessário abriu-se à experiência da agricultura moderna implementada no Estado, a partir de 1970: tecnologias de cultivo, substituição da cultura cafeeira pela produção de *commodities* (binômio soja/trigo) e ampliação das áreas de pastagens.

Ao mesmo tempo em que ampliava a dependência da tecnificação, o capitalismo alterava as relações de trabalho e liberava milhares de trabalhadores do campo. Os excluídos do processo de expansão capitalista viram emergir dessa forma, uma nova configuração no espaço rural paranaense e buscaram através do assalariamento, estratégias para sua sobrevivência.

Se o campo já não respondia as expectativas dos trabalhadores e os expulsava, tampouco as cidades se tornaram a solução. Inúmeras foram às dificuldades encontradas: falta de moradia, de assistência à saúde, saneamento básico e emprego.

Martine e Garcia (1987), assim descrevem esse período de mudanças pelo qual o estado do Paraná passava:

A substituição de cafezais por soja e pastagens, no bojo do processo de transformação da base técnica de produção, levou à liberação de expressivo contingente de mão-de-obra, formada principalmente por trabalhadores ligados à propriedade sob a forma do colonato e parceria. Nesse processo, forjaram-se as condições para expansão do sistema assalariado como relação de trabalho predominante. (MARTINE e GARCIA, 1987 p. 151)

Durante os anos de 1970 e 1980 a mesorregião Centro-Occidental foi uma das que apresentaram as mais altas taxas de decréscimo populacional. Observa-se na tabela 8, que essa perda de população ocorreu tanto pelo êxodo rural, quanto pela saída da população da mesorregião.

Tabela 8- População total, grau de urbanização, taxas médias geométricas de crescimento anual e distribuição da população por situação de domicílio, segundo mesorregiões geográficas - Paraná - 1970/2000

Mesorregião	População 2000	Grau de urbanização 2000	Taxa média geométrica de crescimento anual (%)									Distribuição da população em 2000 (%)		
			População total			População urbana			População rural			Total	Urbana	Rural
			1970 1980	1980 1991	1991 2000	1970 1980	1980 1991	1991 2000	1970 1980	1980 1991	1991 2000			
Noroeste	641.084	77,3	-2,51	-1,17	-0,25	3,60	1,85	1,29	-5,91	-5,22	-4,20	6,7	6,4	8,2
Centro-Ocidental ⁴	346.648	72,6	-2,34	-0,68	-1,24	5,42	3,01	0,71	-5,35	-4,36	-5,07	3,6	3,2	5,4
Norte Central	1.829.068	88,4	-0,28	0,93	1,24	4,74	2,99	2,18	-5,58	-4,67	-4,00	19,1	20,8	11,9
Norte Pioneiro	548.190	75,1	-2,09	-0,26	-0,15	2,65	2,53	1,61	-4,91	-3,71	-4,11	5,7	5,3	7,7
Centro-Oriental	623.356	81,2	2,90	1,35	1,46	4,64	3,15	2,54	0,70	-2,32	-2,21	6,5	6,5	6,6
Oeste	1.138.582	81,6	2,47	0,51	1,28	12,48	3,78	2,77	-2,33	-4,47	-3,51	11,9	11,9	11,8
Sudoeste	472.626	59,9	1,56	-0,78	-0,13	7,61	2,78	2,57	-0,33	-3,03	-3,16	4,9	3,6	10,7
Centro-Sul	533.317	60,9	2,97	0,93	0,69	8,39	2,63	3,36	0,55	-4,40	-2,42	5,6	4,2	11,7
Sudeste	377.274	53,6	1,23	1,30	0,89	4,34	2,73	3,09	-0,26	0,31	-1,17	3,9	2,6	9,9
Metropolitana de Curitiba	3.053.313	90,6	4,95	2,84	3,13	6,74	3,18	3,28	-1,96	0,44	1,82	31,9	35,5	16,2
PARANÁ	9.563.458	81,4	0,97	0,93	1,40	5,97	3,01	2,59	-3,32	-3,03	-2,61	100,00	100,00	100,00

FONTE: IBGE - Censos Demográficos.

Adaptado de IPARDES, 2004, p. 21

⁴ De acordo com os dados preliminares divulgados pelo Censo Demográfico 2010, a mesorregião manteve a perda de população registrada nos Censos anteriores, porém, em um ritmo menor. Este resultado pode ser explicado em parte pela queda na taxa de fecundidade e pela diminuição dos fluxos migratórios. População total da mesorregião: 334.254 habitantes.

Fonte: Censo Demográfico 2010, resultados preliminares.

De acordo com dados apresentados pelo IPARDES (2004), a saída da população permaneceu nas décadas seguintes:

[...] uma das mais elevadas do estado, acentuando-se, inclusive, no último decênio, período em que o Centro-Occidental destacou-se como a mesorregião de maior taxa de evasão rural e de menor ritmo de incremento urbano, de sorte a se tornar a região de menor peso populacional dentre as mesorregiões paranaenses. (IPARDES, 2004, p. 20)

A fim de atenuar a constante migração campo-cidade e os problemas decorrentes deste fato, é que o governo do estado do Paraná lança no ano de 1995, o Programa Vilas Rurais, objeto da presente pesquisa e que se será detalhado nos próximos capítulos.

3- O PROGRAMA VILAS RURAIS

3.1- Antecedentes históricos

Neste capítulo serão relatados alguns aspectos que envolvem o programa Vilas Rurais, tais como: seu processo de formulação, de concepção e implantação, sua organização espacial e a e uma sucinta descrição de uma Agrovila e duas Vilas Rurais localizadas no município de Terra Boa, Paraná.

Em 1979, na localidade de Tatuquara, nas proximidades do município de Curitiba, foi iniciada a primeira experiência que antecede o programa das Vilas Rurais, com a criação da chamada rurbana de Campo de Santana. O projeto foi idealizado pelo então prefeito de Curitiba, Jaime Lerner, que anos após o implementaria em sua gestão como governador do estado, e a denominaria de Vilas Rurais.

O termo rurbano foi utilizado no Brasil por Gilberto Freyre, e expressava a idealizada simbiose entre o meio rural e urbano. As Comunidades Rurbanas se comporiam em núcleos populacionais pequenos e próximos às cidades; se localizariam em áreas onde o processo de migração se iniciou com o objetivo de conter o intenso fluxo migratório campo-cidade, que fugitava principalmente as grandes cidades como Curitiba. As rurbanas eram consideradas por Lerner, assim como as Vilas Rurais, como uma “reforma agrária viável” (FREYRE, 1982, p. 17).

Na rurbana de Campo de Santana foram assentadas 60 famílias em lotes com área média de 4.827,20 m² (aproximadamente 48m x 100m). As casas possuíam 25 m² (aproximadamente 10m x 2,5m), foram construídas em madeira, sem instalação sanitária nem hidráulica. O projeto pretendia que as famílias (trabalhadores rurais volantes) trabalhassem em fazendas vizinhas, mas que desenvolvessem cultivos de sobrevivência nos seus lotes e comercializassem o excedente (FREYRE, 1982, p. 129).

A segunda experiência em termos de Vilas Rurais ocorreu no município de Terra Boa, no ano de 1988 com a criação da “Agrovila Terra Boa”. O projeto desenvolveu-se a partir de convênio da prefeitura municipal com o governo estadual e será detalhado posteriormente.

Por meio das figuras 8, 9 e 10 é possível se verificar a semelhança entre a organização espacial das comunidades rurbanas propostas por Freyre (1982), as agrovilas e as atuais Vilas Rurais:

- As unidades são construídas próximas a estradas vicinais;
- As residências são dispostas na “cabeceira dos lotes”;
- A destinação de equipamentos de uso comum, como centros comunitários, por exemplo, está presente em ambos os programas.

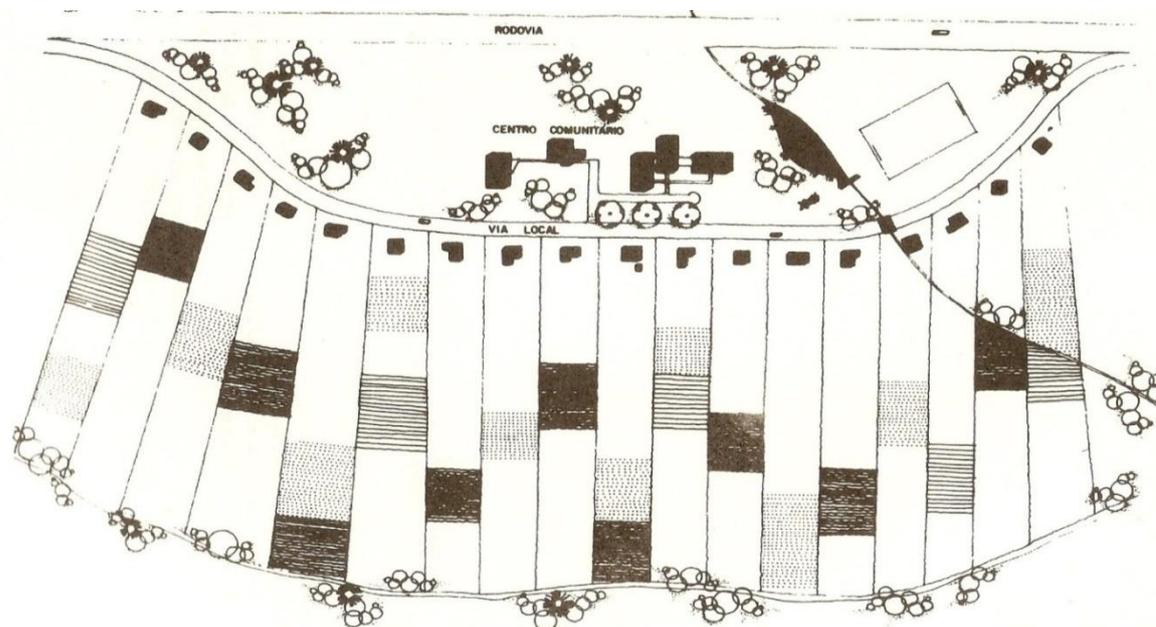


Figura 8- Proposta das comunidades rurbanas.

Fonte: FREYRE, 1982, p. 131.

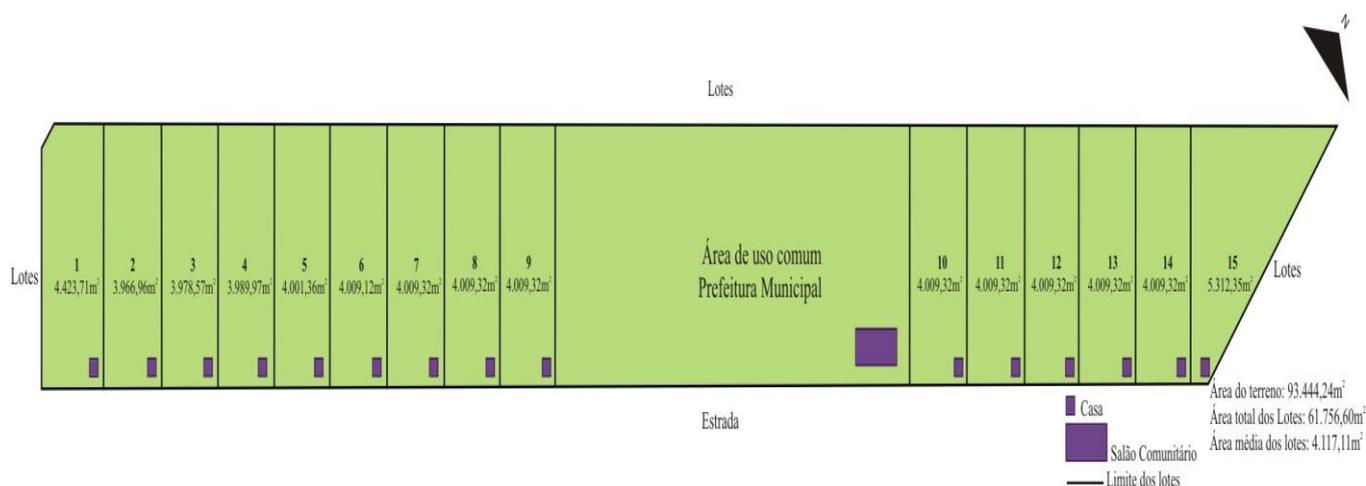


Figura 9- Croqui vetorizado-Agrovila Terra Boa.

Fonte: Prefeitura Municipal de Terra Boa. Organização: Santos, Liriani de Lima, 2010.

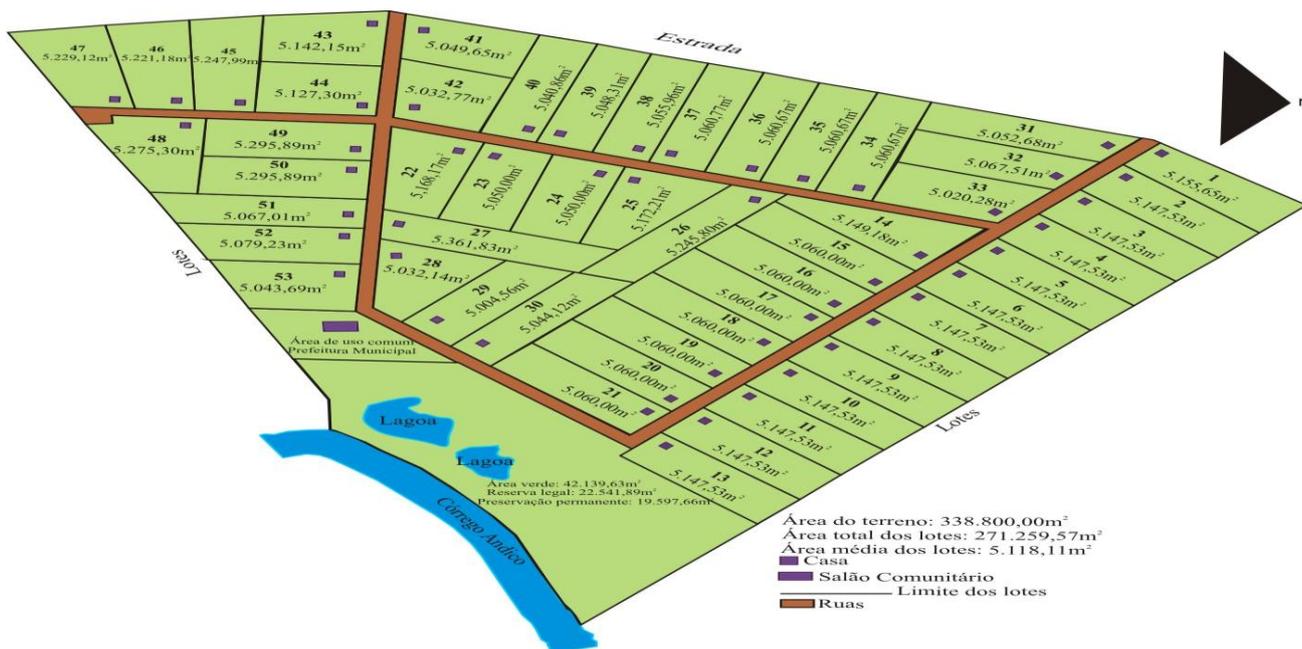


Figura 10- Croqui vetorizado-Vila Rural Recanto Verde.

Fonte: Prefeitura Municipal de Terra Boa. Organização: Santos, Liriani de Lima, 2010.

Segundo Silva apud Feliciano (2006), os tipos básicos de assentamentos rurais podem ser sistematizados da seguinte forma:

- assentamentos associativos ou explorações comunitárias;
- assentamentos suburbanos ou agrovilas;
- assentamentos extrativistas ou reservas extrativistas;
- assentamentos individuais ou explorações parceladas.

As Vilas Rurais, portanto, também se encaixam como assentamentos suburbanos ou agrovilas.

Outra definição é utilizada por Ormond (2006) para o termo agrovila, e não envolve a prestação de serviços na área urbana:

[...] núcleo de povoamento, formado geralmente por pequenos agricultores e suas famílias, com serviços integrados de comunidade, planejado e construído para abrigo e prestação de assistência técnica à produção e à comercialização de produtos agrícolas e/ou artesanais por eles produzidos. (ORMOND, 2006, p. 23)

Já na visão de Sandroni (1999), não muito diferente de Ormond (2006), a agrovila se constitui em um “núcleo habitacional e produtivo construído geralmente em áreas rurais para o desenvolvimento da agricultura e destinado a receber populações que estão sendo deslocadas de outras áreas (...)” (SANDRONI, 1999, p. 18).

Em resumo, as duas definições tratam as agrovilas como núcleos habitacionais relacionados ao meio rural ou às atividades agropecuárias.

3.2- Contexto de criação das Vilas Rurais: programas e projetos

De acordo com Santos (2007), durante as décadas de 1980 e 1990 foram implantados no Paraná programas de desenvolvimento que visavam à redução das desigualdades sociais e a geração de emprego e renda. O PRO-RURAL (Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural), PARANÁ RURAL e PARANÁ 12 MESES foram exemplos dessa ação.

O PRORURAL teve início na década de 1980 sendo destinado ao atendimento de pequenos agricultores. Foi um programa de intervenção do governo estadual, com enfoque nos Projetos de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI), difundidos pelo Banco Mundial nos países subdesenvolvidos. Segundo Muzilli e Shiki apud Souza (2000), significou o imediato reconhecimento da seletividade promovida pela política de modernização agrícola, em pelo menos três aspectos:

- 1) discriminou regiões de recursos naturais não-favoráveis à tecnologia baseada na motomecanização e de solos não muito férteis do Centro-Sul;
- 2) discriminou determinada categoria de agricultores, aqueles sem-terra ou com pouca terra, provocando o êxodo rural e o inchamento das cidades,
- 3) discriminou os produtos alimentares básicos de consumo da população como o arroz e o feijão, gerando uma séria crise de produção e abastecimento alimentar e privilegiando a produção de soja, matéria-prima altamente demandada no mercado internacional.

O Programa de Manejo das Águas, Conservação do Solo e Controle da Poluição de Microbacias Hidrográficas - PARANÁ RURAL, vigorou de fevereiro de 1989 a março de 1997⁵ e foi implantado mediante o contrato de empréstimo nº 3018-BR, firmado entre o estado do Paraná e Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

- Entre seus objetivos estavam à redução das desigualdades sociais e regionais por meio da conservação dos solos e do meio ambiente, aumento da produção e da produtividade de produtos de abastecimento interno e fomento a novas atividades de produção que pudessem aumentar a renda do produtor (SANTOS, 2007).

⁵ Esse programa abrangeu duas administrações estaduais: a de Roberto Requião de Mello e Silva (1991-1994); e Jaime Lerner (1995-2003).

O PARANÁ 12 MESES surgiu em 1997, depois de firmado o acordo de empréstimo nº 4060-BR consolidado entre o estado do Paraná e o BIRD. De acordo com informações da SEAB, o objetivo do projeto era contribuir para a melhoria das condições sociais dos pequenos agricultores, proporcionando investimentos em habitação e saneamento básico; recuperação e preservação do solo agrícola e do meio ambiente como um todo; geração de postos de trabalho no meio rural; aumento da renda familiar e regularidade de ganhos durante os 12 meses do ano em todo o estado. O Paraná 12 Meses compreende três subcomponentes:

- Combate a pobreza no meio rural por meio da organização comunitária, promovendo melhorias nas condições de vida, gerando renda e propiciando acesso aos serviços básicos para a população rural;
- O manejo e conservação dos recursos naturais, na primeira fase, buscou a recuperação dos recursos naturais para aumento da produtividade e da renda da população rural;
- O manejo e conservação dos recursos naturais, na segunda fase, visou proporcionar instrumentos de ampliação à capacidade de competição e sustentabilidade das unidades produtivas familiares (SANTOS, 2007).

Desta forma, o Programa Vilas Rurais criado no ano de 1995, financiado com recursos do governo estadual, em parceria com o BIRD, fazia parte do Projeto Paraná 12 Meses, em seu subcomponente “Combate a pobreza no meio rural”. Consistiu em alternativa de sobrevivência aos lavradores oriundos do intenso processo de êxodo rural iniciado décadas antes e que viviam em péssimas condições nas cidades.

Além do BIRD, para implantação e desenvolvimento do programa, houve a participação de vários órgãos como as prefeituras municipais; Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (SEAB-PR); Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER); Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR); Instituto Ambiental do Paraná (IAP); Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR); Companhia Paranaense de Energia (COPEL); Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (CODAPAR); Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental (SUDERHSA); Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família (SECR); Secretaria de Estado da Saúde (SESA); Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social (SERT) e Secretaria de Estado da Educação (SEED).

Às prefeituras municipais caberia a seleção dos potenciais moradores, que obedeceria alguns pré-requisitos: ser trabalhador rural volante; residir em subabitação; exercer atividade remunerada, de caráter temporário, nas áreas rurais do município; idade máxima de 55 anos; renda familiar entre 1 e 3 salários mínimos; não possuir qualquer imóvel; ser morador do município há no mínimo 2 anos.

As Vilas Rurais foram implantadas em áreas compostas por terrenos de 5 mil metros quadrados (aproximadamente 100m x 50m), com uma casa de 44 m² (aproximadamente 10m x 4m), com acesso a energia elétrica, saneamento e água encanada. “O terreno deveria ser agricultável, permitindo a pequena exploração para sobrevivência e, se possível, a geração de excedentes para comercialização”. (MARQUES e VERDE, 2007, p. 192).

A proximidade com centros urbanos deveria ser observada quando da escolha da área para localização da Vila Rural, facilitando, assim, o acesso a serviços sociais básicos como saúde e educação, e, aos sistemas viários, o que facilitaria o acesso a locais de trabalho e a centros consumidores.

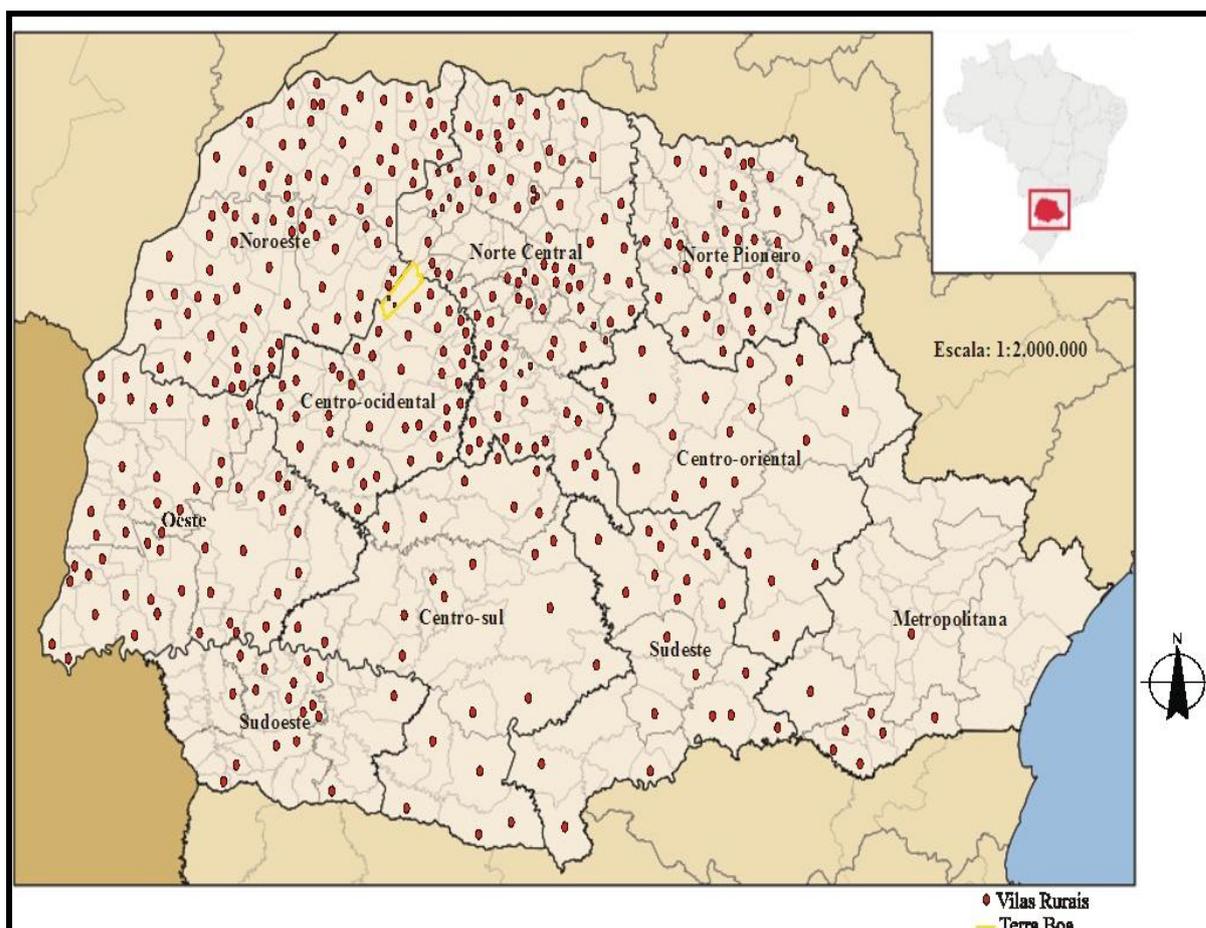
3.3- Características das Vilas Rurais e distribuição geográfica

Segundo definição do Governo do estado do Paraná (1995), as Vilas Rurais são áreas geográficas destinadas a trabalhadores rurais volantes e seus familiares, com o objetivo de garantir a melhoria da qualidade de vida, e “(...) constituem pólos de trabalho e produção agrícola e não-agrícola (...)”. Possuem infraestrutura de habitação, energia elétrica, abastecimento de água, serviços de educação, saúde, assistência e extensão rural, assistência social, qualificação profissional, geração de emprego e renda.

D’Incao (1983) define os trabalhadores volantes ou “bóia-frias” como sendo aqueles cujas relações de trabalho constituem-se em prestações de serviços, sua força de trabalho se torna uma mercadoria que é vendida ao empresário rural. Seu trabalho é marcado pela inconstância, pelas condições insalubres, pelos baixos preços pagos e pela imensa vantagem à acumulação do capital.

A designação “bóia-fria” tem origem no fato de estes trabalhadores levarem consigo suas próprias refeições (na gíria, *bóia*) em recipientes sem isolamento térmico o que faz com que elas já estejam *frias* na hora do almoço.

Frutos do inexorável processo de modernização que se impunha no país após 1970, e que acompanhava a tendência mundial, os bóias-frias chegam às periferias das cidades desprovidos de capital e de qualquer qualificação para os empregos urbanos. Surge aí a preocupação em atender essa classe de trabalhadores rurais que foram postos à margem da sociedade.



MAPA 01 – Localização das Vilas Rurais por mesorregião geográfica.

Base Cartográfica: Wikipédia, 2010. Organização: Santos, Liriani de Lima.

Assim como as agrovilas, as Vilas Rurais se localizam próximas de centros urbanos. A área delimitada para as vilas rurais dependia da área disponibilizada pelas prefeituras municipais. A inspeção das construções e de toda a infraestrutura construída na área definida para alocação da Vila Rural estaria a cargo de uma comissão municipal, que ficaria responsável pela emissão de parecer preliminar, indicando ou não a área para o programa. Esta comissão gerenciaria o programa desde o início e teria permanente responsabilidade no acompanhamento e avaliação da Vila Rural (REIS, 1998, p. 4).

Tabela 9- Distribuição das Vilas Rurais por mesorregião geográfica⁶

Mesorregião geográfica	Nº de Vilas Rurais	Nº de municípios beneficiados	Nº de unidades
Centro-Occidental	44	25	1624
Centro-Oriental	20	11	718
Centro Sul	25	18	998
Metropolitana	8	6	178
Noroeste	80	52	3744
Norte Central	93	60	3906
Norte Pioneiro	47	35	1837
Oeste	50	37	1497
Sudeste	21	15	558
Sudoeste	17	12	549
	Total: 405	Total: 271	Total: 15.609

Fonte: SEAB

A COHAPAR permitiu que a planta da casa fosse disposta no terreno, em acordo com a vontade de cada morador. As moradias seriam construídas pelo sistema de auto-construção: os futuros mutuários participariam da construção como serventes e auxiliares em regime de mutirão. Antes da construção das casas, os terrenos foram sorteados entre os moradores. Segundo o contrato firmado entre a COHAPAR e os mutuários, estes estariam impedidos de “vender, parcelar e agregar novas moradias e outras famílias no lote”. O prazo de financiamento foi estabelecido em 25 anos.

⁶ Na agregação “região geográfica” do IPARDES os limites regionais coincidem com os limites das mesorregiões geográficas do IBGE, exceto no caso das regiões Sudoeste e Centro-Sul, para as quais se aplica a Lei Estadual n.º 15.825, de 28/04/2008, que inclui na região Sudoeste os municípios de Palmas, Clevelândia, Honório Serpa, Coronel Domingos Soares e Mangueirinha.

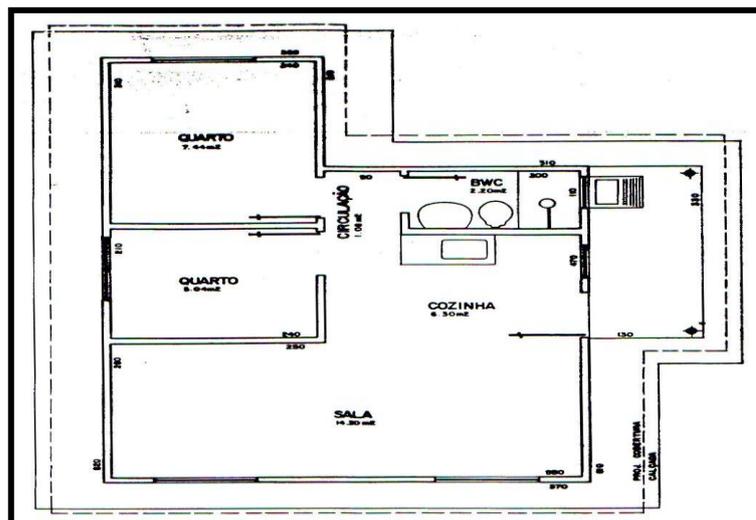


Figura 11- Planta da casa com uma das opções de recuo (área de 44,52 m²).
Fonte: Prefeitura Municipal de Terra Boa.



Figura 12- Parte frontal da casa, planta original.
Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

3.4- Breve descrição dos programas estudados

3.4.1- Agrovila Terra Boa

Foi criada no ano de 1988⁷, depois de assinado convênio entre a prefeitura municipal, governo estadual e COHAPAR. A Lei Municipal nº 96/86, autorizou a doação à COHAPAR dos lotes nº 225, 226, 227 e 228-A, com área total de 93.886,32 m². Essa área total foi dividida em 15

⁷ Embora a instalação oficial tenha ocorrido em 1988, durante a gestão do governador Álvaro Fernandes Dias, os trâmites legais para criação da Agrovila já ocorriam no governo José Richa (1983-1986). Richa foi o primeiro governador paranaense eleito por sufrágio universal, o então candidato fazia oposição ao governo militar pelo MDB-Movimento Democrático Brasileiro e criou a Secretaria Extraordinária de Coordenação de Reforma Agrária.

lotes familiares. Em seguida deu-se início a construção das casas (Prefeitura Municipal de Terra Boa).

3.4.2- Vila Rural Recanto Verde

Situada a margem esquerda da Estrada São Lourenço que liga Terra Boa a Araruna, foi criada no ano de 1997, distanciando-se cerca de 2,0 Km do centro da cidade. Possui área de 338.800 m², dividida em 53 lotes familiares, com área média de 5.000 m² cada. Suas terras apresentam algumas restrições ao uso intensivo de máquinas agrícolas, contudo, podem ser exploradas por culturas perenes e olericultura. As famílias que originalmente ocuparam a Vila são as que foram expulsas das lavouras cafeeiras e que se encontravam na periferia da cidade, trabalhando como bóias-fria, enfrentando dificuldades financeiras, carentes em abrigo, alimentação e sem as mínimas condições de higiene, saúde e segurança (EMATER-Escritório Municipal de Terra Boa).



Figura 13- Portal de entrada característico das Vilas Rurais.
Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

3.4.3- Vila Rural Nova Jerusalém

Surgiu no ano de 1999, depois de sancionada a Lei Municipal nº 658/97, autorizando a aquisição de imóvel rural para implantação da mesma. O imóvel possui uma área total de 484.000 m², formado pelo Lote de Terras nºs 328-A, 329, 330 e 331-A, da Gleba do Patrimônio de Terra Boa. A referida área foi doada a COHAPAR (Prefeitura Municipal de Terra Boa).

A Vila está localizada a direita da PR 082, que liga o município de Terra Boa a Cianorte, distante cerca de 5 Km do centro da cidade. Os 484.000 m², foram divididos em 78 lotes familiares, com área média de 5.000 m² cada. Suas terras, assim como as da Vila Rural Recanto Verde possuem restrições ao uso intensivo de máquinas agrícolas, sendo aconselhável a exploração de culturas perenes e olericultura. As primeiras famílias a ocuparem a Vila possuíam a mesma origem que as famílias da Vila Rural Recanto Verde (EMATER-Escritório Municipal de Terra Boa). (**APÊNDICE B**)

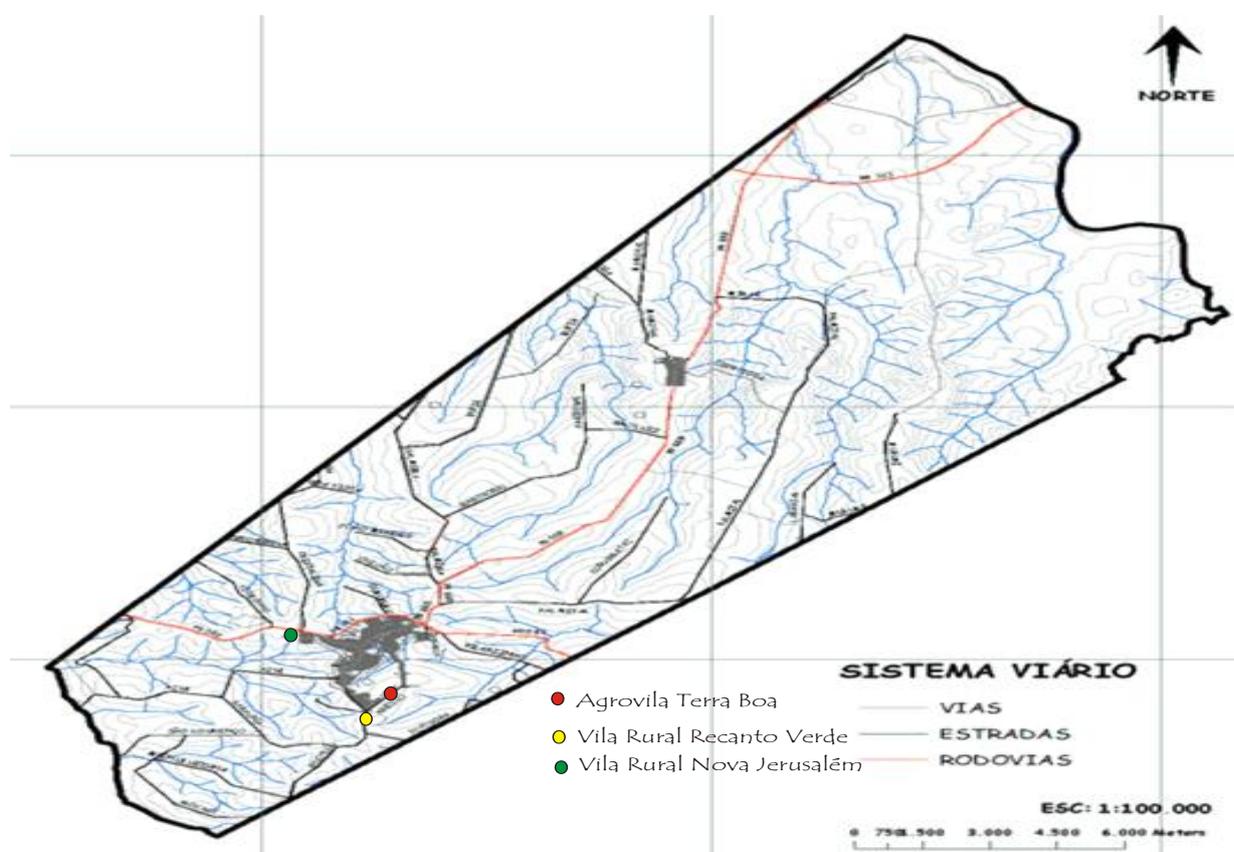


Figura 14- Localização da Agrovila e Vilas Rurais no município de Terra Boa.
Fonte: Plano Diretor Municipal. Organização: Santos, Liriani de Lima.

3.5- Principais problemas enfrentados nas Vilas Rurais

O Estatuto da Terra em seu Art. 65 prevê que os imóveis rurais não podem ser divididos em áreas de dimensão inferior à do módulo⁸ de uma propriedade rural. Os lotes das Vilas Rurais não ultrapassam meio hectare, ou seja, não atingem o módulo.

⁸ Menor parcela divisível de uma propriedade rural. No Paraná, o módulo varia de dois a três hectares, de acordo com cada município. Em Terra Boa o módulo foi estabelecido em 24.200 m² (aproximadamente dois hectares e meio)

Com o intuito de solucionar o problema o governo federal editou em 2007 a Lei nº 11.446, que acrescenta dois parágrafos ao Art. 65 da Lei nº 4.504/64, que dispõe sobre o Estatuto da Terra. Pela nova lei é permitido o parcelamento de imóveis rurais que não atinjam ao módulo, desde que as propriedades sejam adquiridas por meio de programas oficiais de apoio à atividade agrícola familiar, promovidos pelo Poder Público e cujos beneficiários sejam agricultores que não possuam outro imóvel rural ou urbano. Desta forma os moradores das Vilas Rurais, poderão requerer matrículas distintas de suas propriedades.

Algumas Vilas Rurais do Paraná, em razão de suas proximidades com a cidade, foram transformadas em área urbana por Lei Municipal. Esta ação foi empecilho para que os moradores obtivessem acesso ao crédito como agricultores familiares, pois obrigou o pagamento do Imposto Predial Territorial Urbano e Taxas de Serviços Urbanos (IPTU/TSU) – mais caro que o Imposto Territorial Rural (ITR), além de ocasionar o aumento na tarifas de energia elétrica, mais cara na zona urbana. A Lei Municipal nº 465/93 urbanizou a Agrovila Terra Boa, porém, em 1999, entra em vigor a Lei Municipal nº 704/99, isentando as Vilas Rurais da cobrança dos impostos acima citados, pois, de acordo com a referida Lei, os lotes possuíam fins eminentemente agrícolas.

Como se pode notar na figura 15, a área urbana do município tem aumentado paulatinamente. A Agrovila e as Vilas Rurais que antes se distanciavam da área urbana, hoje estão bastante próximas. Essa aproximação resultou em problemas que são caracteristicamente urbanos, como a poluição de corpos d'água, por exemplo.

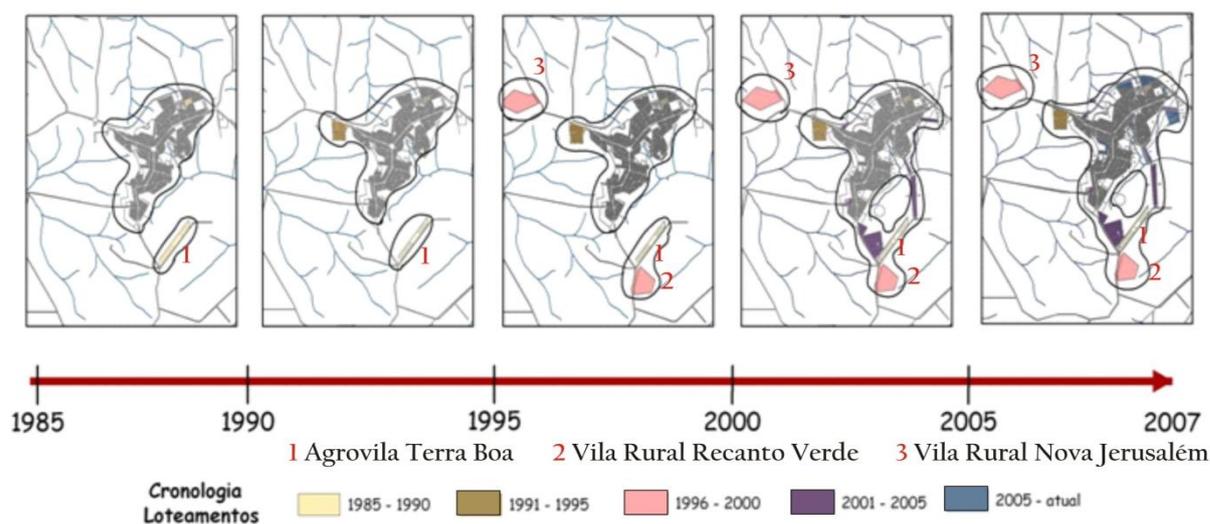


Figura 15- Evolução da área urbana do município de Terra Boa.

Fonte: Plano Diretor Municipal. Organização: Santos, Liriani de Lima.

Pode-se observar na figura 16, a aproximação de conjuntos residenciais pertencentes à área urbana de Terra Boa, da Agrovila Terra Boa.



Figura 16- Conjunto residencial nas proximidades da Agrovila Terra Boa.
Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

Na figura 17 encontra-se a localização da Agrovila Terra Boa e Vilas Rurais Recanto Verde e Nova Jerusalém, objetos de nossa pesquisa

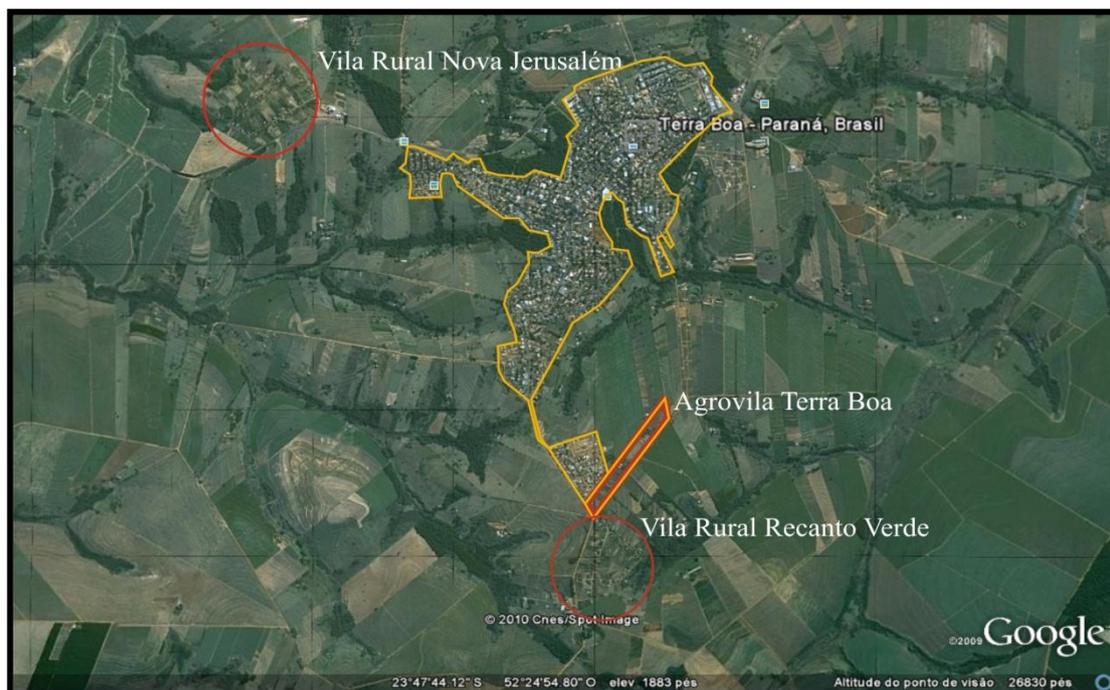


Figura 17- Vista aérea do município e localização da Agrovila e Vilas Rurais.
Fonte: Google Earth, 2010. Organização: Santos, Liriani de Lima.

Cabe ressaltar, que no ano de 2003, na primeira gestão do governador Roberto Requião de Mello e Silva que se estendeu até 2010, o programa foi abandonado, pois, na visão do então presidente da COHAPAR Luiz Claudio Romanelli, embora a concepção inicial tenha sido boa o programa se desvirtuou sendo “vendido” como se fosse uma solução mágica para o problema dos assentamentos rurais, não houve ações integradas que permitissem a geração e produção de renda. Em matéria veiculada na Revista Isto É, de 12 de agosto de 1998, Lerner afirmava: “Estamos assistindo o bóia-fria, que é o primo pobre do sem-terra (...) esse é o caminho para uma efetiva reforma agrária.”

De acordo com matéria publicada em outubro de 2002, na revista Espaço Acadêmico, a dimensão dos lotes seria insuficiente para garantir o sustento de uma família, requisito básico de um programa de reforma agrária. O então secretário executivo da Comissão Pastoral da Terra no Paraná – Jelson Oliveira – alertava para o fato de um dos objetivos do programa ser o de “propiciar mão-de-obra qualificada à disposição da produção agrícola” segundo Oliveira, manter-se-ia desta forma a relação de exploração dos assalariados rurais.

Nota-se nestas afirmações o caráter paliativo do programa, não houve mudanças estruturais promovedoras de uma real redistribuição de terras que estancassem a concentração fundiária no estado. A não continuidade conferiu ao programa um caráter de política de governo e não de política pública, pois, de acordo com Cristóvam (2005), esta guarda profunda relação com um mandato eletivo, enquanto aquela pode atravessar vários mandatos.

Com a extinção das Vilas Rurais o governo estadual, por meio da COHAPAR, lançou um programa de habitação rural denominado “Casa da família rural” cujo objetivo é atender aos pequenos proprietários de terras que obtêm mais de 80% da renda bruta anual da exploração agropecuária da propriedade. As casas são construídas em alvenaria com áreas de 52 m². Pode-se dizer que o Programa Casa da Família Rural leva em conta apenas uma parcela dos trabalhadores do campo paranaense, aquela já detentora de terras.

No que se refere à resolução dos problemas habitacionais do estado, o programa Vilas Rurais mostrou-se pouco eficiente. Segundo informações divulgadas pelo IPARDES (2004), o déficit habitacional absoluto do Paraná é de 169.227 moradias, já o déficit habitacional absoluto para o município de Terra Boa compreende 271 moradias. Segundo dados já apresentados foram atendidas pelo programa 15.609 famílias em todo o Paraná.

4- AGROVILA E VILAS RURAIS NO MUNICÍPIO DE TERRA BOA

Os dados doravante apresentados são resultados das visitas *in loco* e da sistematização dos questionários aplicados aos titulares dos lotes da Agrovila Terra Boa, da Vila Rural Recanto Verde e da Vila Rural Nova Jerusalém. Desta forma, os resultados serão apresentados na seguinte ordem: descrição da infraestrutura disponível; caracterização dos moradores no que se refere ao gênero, faixa etária, grau de escolaridade e origem; dados dos titulares, anterior ao ingresso nas Vilas e dados dos titulares, posterior ao ingresso.

4.1- Descrição da infraestrutura

Após a construção das casas e vistoria da COHAPAR, os lotes foram entregues aos moradores. Nas Vilas Rurais Recanto Verde e Nova Jerusalém, as residências foram dotadas de divisórias internas de madeira (forro de pinho), e apenas os banheiros possuíam separação em alvenaria. Na Agrovila Terra Boa, as casas foram entregues sem forração. O piso original era de cimento e a cobertura em telhas de “barro”. As instalações de energia elétrica, água encanada, fossa séptica, coleta de lixo, transporte escolar e salão comunitário foram disponibilizadas desde o início.

Outros equipamentos e infraestruturas como postes de luz nas estradas, sistema de irrigação, cascalhamento das vias, telefone público, transporte coletivo e abrigo para espera de transporte coletivo ou escolar, foram conquistados por meio de reivindicação dos moradores e parceria entre a prefeitura municipal e Emater.



Figura 18- Salão comunitário/Agrovila Terra Boa.

Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.



Figura 19- Instalações de uso comunitário/Vila Rural Nova Jerusalém.
Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.



Figura 20- Vista parcial do reservatório de água/Agrovila Terra Boa.
Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.



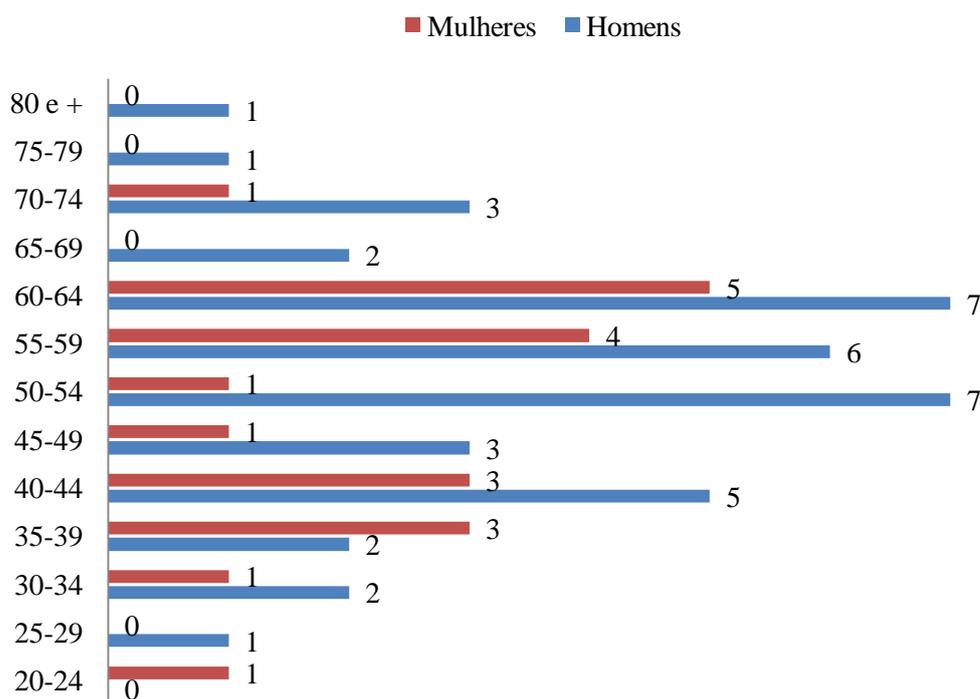
Figura 21- Telefone público e ponto de ônibus com abrigo/V.R. Nova Jerusalém.
Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

4.2- Caracterização dos titulares dos lotes

4.2.1- Gênero e faixa etária⁹

Entre os titulares que responderam ao questionário, boa parcela encontra-se entre quarenta e sessenta e quatro anos, e em sua maioria são do gênero masculino. Essa tendência pode ser explicada pelo fato de na época de implantação das Vilas Rurais a idade máxima exigida era de 55 anos.

Gráfico 4- Faixa etária dos titulares dos lotes: Agrovila e Vilas Rurais



Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

Entre 24 e 29 anos, o número entre homens e mulheres é igual, o que pode ser indicativo de casais em início de família. Entre 30 e 34, o número de homens é maior, indicando possíveis separações. Entre 35 e 39 anos, o número de mulheres é maior, indicando serem elas chefes de família. A partir dos 40 anos o índice da presença masculina é sempre maior.

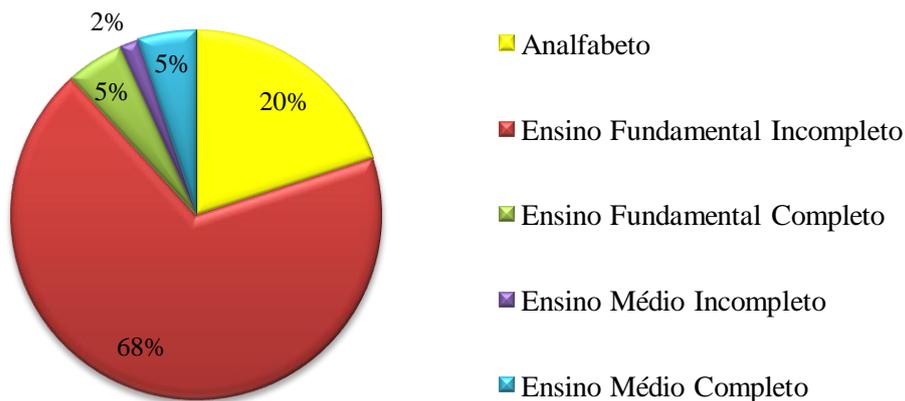
4.2.2- Escolaridade

O gráfico 5 evidencia o grau de escolaridade dos titulares dos lotes da Agrovila e das Vilas Rurais. Dos 68% que declararam ter o Ensino Fundamental Incompleto, em torno de 40%, não concluíram a quarta série.

⁹ Foram aplicados um total de 60 questionários, proporcionalmente assim distribuídos: Agrovila Terra Boa-6 questionários; Vila Rural Recanto Verde-22 questionários; Vila Rural Nova Jerusalém-32 questionários.

O analfabetismo estrutural também está presente; os 20% que se declararam analfabetos sabiam apenas escrever o próprio nome. Entre os motivos que levaram ao abandono da escola estão: necessidade de trabalhar; sustento da família; e a falta de estímulo por parte dos pais, que, também analfabetos, não viam o estudo como necessário.

Gráfico 5- Grau de escolaridade dos titulares dos lotes

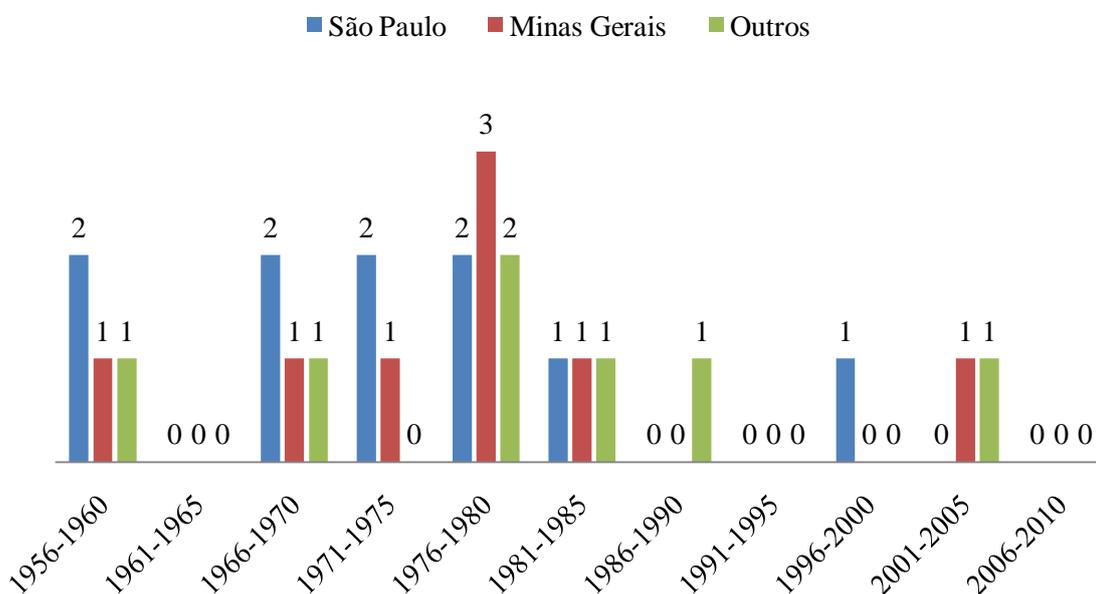


Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

4.2.3- Origem

O gráfico 6, traz os estados de origem dos titulares e as datas de chegada no município. Percebe-se pelos dados que grande parte desses moradores são oriundos dos estados de São Paulo e Minas Gerais. O maior volume de migrantes afluíu até meados da década de 1980, época de significativas transformações econômico-sociais no campo brasileiro. Entre 1956 e 1975, vieram mais paulistas, do que mineiros e populações de outros estados. Entre 1976 e 1980, o índice foi maior para os mineiros. Entre 1981 e 2010, os índices entre paulistas e mineiros permaneceram no mesmo patamar. A migração de população de outros estados brasileiros manteve-se constante durante o período de 1956 a 2010: Espírito Santo (uma ocorrência), Mato Grosso do Sul (uma ocorrência), Alagoas (uma ocorrência), Paraíba (uma ocorrência) e Bahia (três ocorrências).

Gráfico 6- Estados de origem e data de chegada dos titulares dos lotes

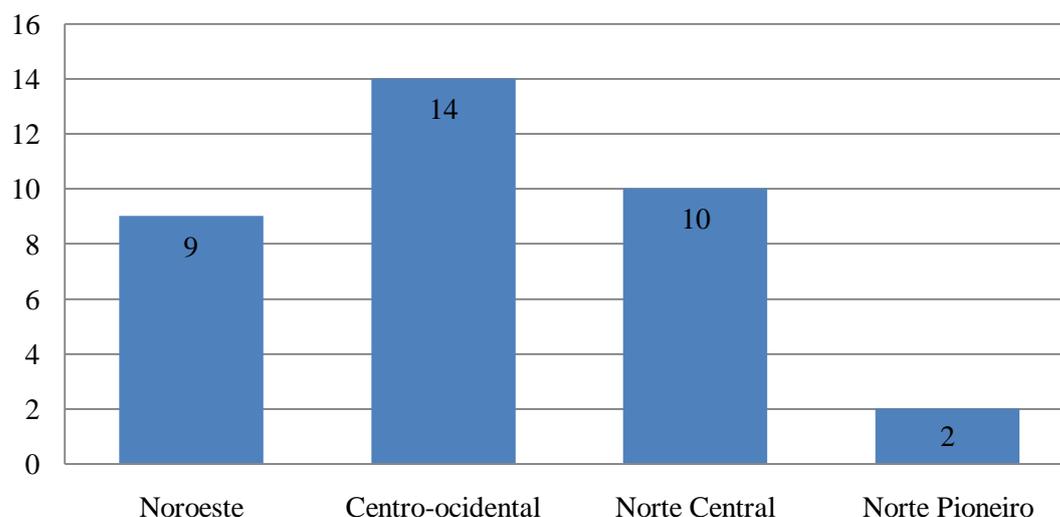


Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

Os moradores que declararam como origem o estado do Paraná, incluindo aqueles nascidos no próprio município, foram inclusos no gráfico 7, em que é possível identificar as mesorregiões de origem. Destaca-se assim, a mesorregião Centro-Occidental, origem de 14 dos 35 titulares oriundos do estado. Dentre aqueles que declararam como mesorregião de origem a Centro-Occidental, a grande maioria (10) se refere aos nascidos no próprio município. As migrações ocorreram no período de 1981 a 1990, isso se explica pela diminuição nas oportunidades de trabalho em nível nacional e a consequente redução dos deslocamentos em direção a outros estados.

De acordo com Kleinke et aliae. (1999), o período em questão foi marcado por um movimento de trocas intensas no interior do Paraná principalmente em direção ao urbano, desta forma, as mesorregiões mais urbanizadas é que receberam um número maior de migrantes, respectivamente: Metropolitana de Curitiba, Norte Central e Oeste. É possível afirmar, hoje, que a Agrovila e Vilas Rurais localizadas em Terra Boa, receberam correntes migratórias de curta distância.

Gráfico 7- Mesorregiões de origem dos moradores paranaenses



Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

Foram elencados três principais motivos para a migração ao município, como é possível perceber na tabela 10.

Tabela 10- Razões da migração para Terra Boa

Motivos citados	Nº	Percentual
Acompanhando a família	22	43%
À procura de trabalho	19	37%
Melhores perspectivas de vida	10	20%
Total	51	100%

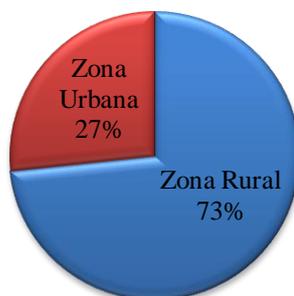
Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

Embora 43% tenham declarado como razão para seu deslocamento o acompanhamento da família, vê-se que o real motivo que impulsionou a mudança do núcleo familiar foi à busca pelo trabalho que na tabela aparece em segundo lugar com 37% dos apontamentos.

O gráfico 8, apresenta a origem dos titulares dos lotes¹⁰ que ocuparam as Vilas Rurais e a Agrovila em Terra Boa. A maioria expressiva (73%) era originária da área rural; enquanto que 27% originava-se da área urbana.

¹⁰ Foi levado em conta o último lugar em que o morador residia, antes de ingressar na Agrovila ou Vila Rural.

Gráfico 8- Origem dos titulares dos lotes: Agrovila e Vilas Rurais



Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

Os gráficos 9, 10 e 11 apresentam a origem dos titulares, se rural ou urbana, em cada Vila Rural e Agrovila.

Gráfico 9- Origem dos titulares dos lotes Agrovila Terra Boa

■ Zona Rural ■ Zona Urbana

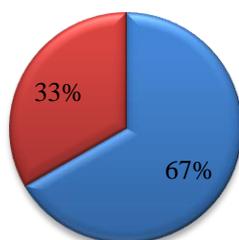


Gráfico 10- Origem dos titulares dos lotes Vila Rural Recanto Verde

■ Zona Rural ■ Zona Urbana

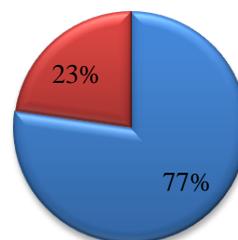
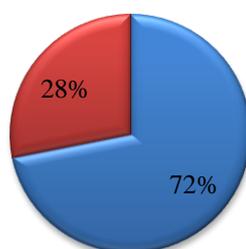


Gráfico 11- Origem dos titulares dos lotes Vila Rural Nova Jerusalém

■ Zona Rural ■ Zona Urbana



Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

Observa-se que maioria expressiva é de origem rural, informação essa que se repete com suave variação para cada local: as Vilas Rurais Recanto Verde e Nova Jerusalém são, em sua

origem, mais rurais, respectivamente (77% da área rural e 23% da área urbana, e 72% da área rural e 28% da área urbana); a Agrovila Terra Boa é mais urbana (67% da área rural e 33%, da área urbana). Esta tendência se confirma pelo fato de o município apresentar até a década 1980 uma população predominantemente rural. O programa, portanto, não beneficiou apenas os trabalhadores rurais volantes que viviam na periferia da cidade, mas abarcou também outras categorias de trabalhadores rurais como se pode ver nos próximos gráficos.

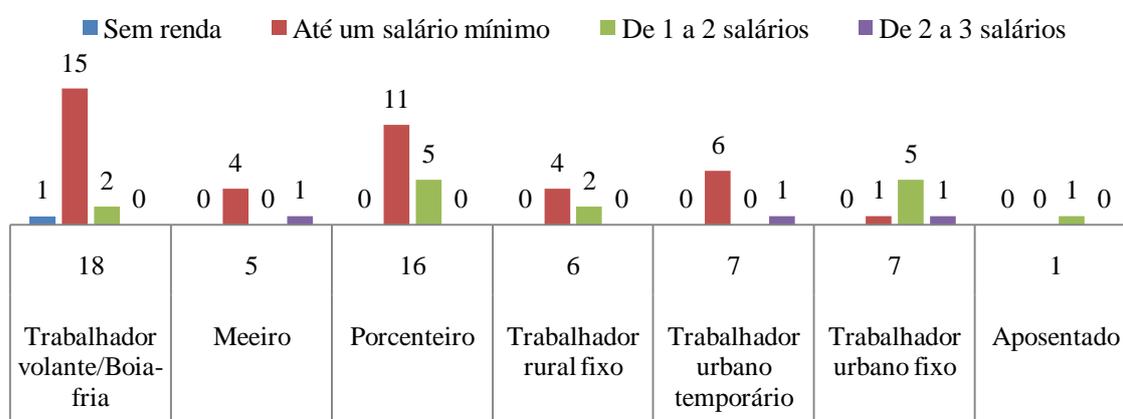
4.3- Dados dos moradores, precedentes ao ingresso na Agrovila/Vilas Rurais

4.3.1- Condições socioeconômicas precedentes ao ingresso na Agrovila/Vila Rural

Os gráficos 12, 13, 14 e 15 trazem as condições de trabalho e renda mensal dos titulares dos lotes antes deles se instalarem na Agrovila ou Vilas Rurais.

No gráfico 12 temos os dados gerais. Nota-se o predomínio das ocupações de origem rural, de acordo com relatos coletados durante a aplicação dos questionários, os moradores trabalhavam em sua maioria nos sítios e fazendas de café do município. A renda se apresentou bastante baixa, a maioria dos trabalhadores, independentemente de suas ocupações nas atividades rurais, recebia até um salário mínimo¹¹. Somente uma pequena parte dos trabalhadores que atuavam na área urbana, recebia entre 1 e 2 salários mínimos. Desta forma, o programa cumpriu seu objetivo no que se refere ao atendimento dos trabalhadores rurais de baixa renda.

Gráfico 12- Condição de trabalho e renda mensal anterior ao ingresso na Agrovila e Vilas Rurais

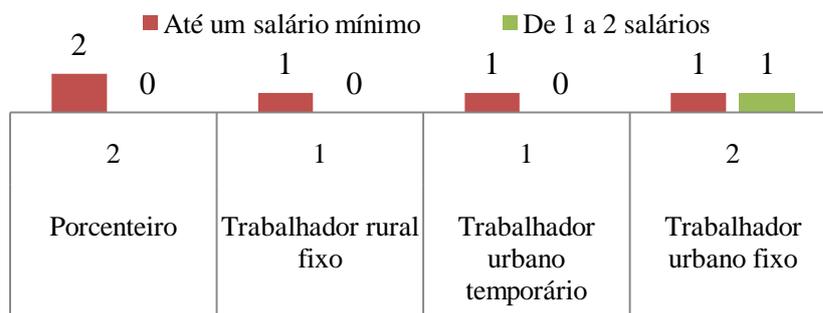


Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

¹¹ Foi estabelecido como critério que os titulares dos lotes levassem em consideração o salário mínimo vigente no período que trabalhavam nas ocupações citadas, antes de ingressarem na Agrovila ou Vila Rural.

Na Agrovila Terra Boa (Gráfico 13) não foram encontrados entre os questionados aqueles que trabalhassem como bóias-frias, porém, há a presença de porcentageiros, trabalhadores rurais fixos e trabalhadores urbanos, fixos e temporários. Metade dos titulares dos lotes se declarou em ocupações relacionadas ao meio rural; e a outra metade se declarou como trabalhador do meio urbano, antes do ingresso na Agrovila. Quanto à renda, houve apenas uma ocorrência em que essa fosse de 1 a 2 salários, sendo de um trabalhador urbano fixo.

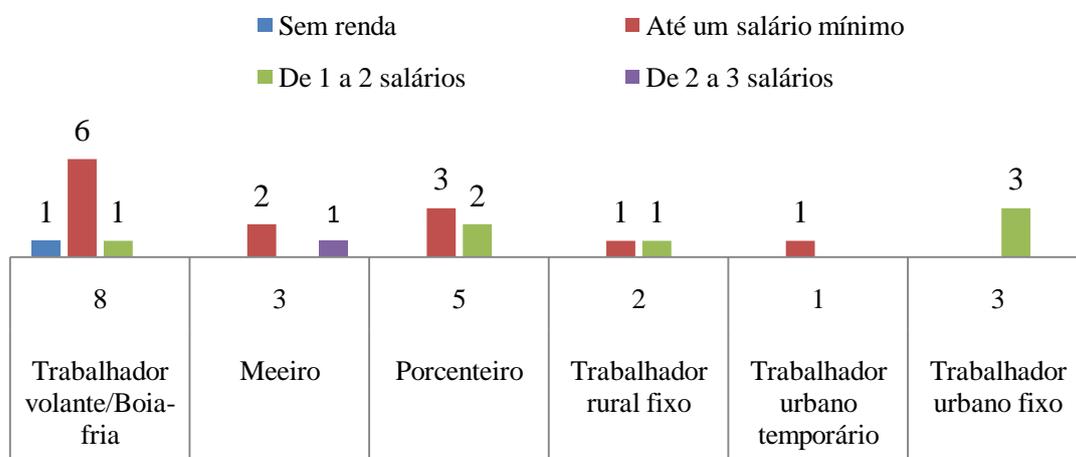
Gráfico 13- Condição de trabalho e renda mensal anterior ao ingresso na Agrovila Terra Boa



Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

Com base no gráfico 14, na Vila Rural Recanto Verde a maioria das ocupações declaradas foram de origem rural, o que resultava em baixo rendimento. Apenas a ocorrência de um titular que declarou renda de 2 a 3 salários. Sua ocupação na época era como meeiro na lavoura de café.

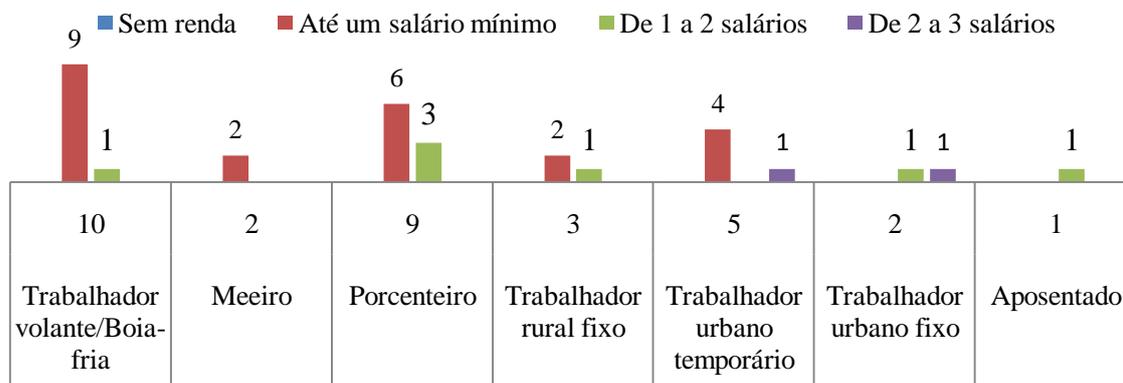
Gráfico 14- Condição de trabalho e renda mensal anterior ao ingresso na Vila Rural Recanto Verde



Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

No gráfico 15 destacamos a Vila Rural Nova Jerusalém também com predomínio das ocupações na área rural, quanto à renda, essa se mostrou igualmente baixa. As rendas maiores (2 a 3 salários) foram atribuídas aos trabalhadores urbanos.

Gráfico 15- Condição de trabalho e renda mensal anterior ao ingresso na Vila Rural Nova Jerusalém



Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

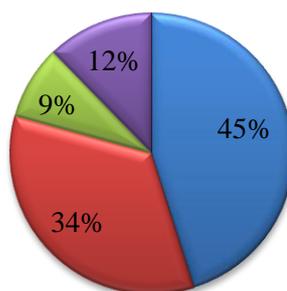
4.3.2- Os motivos que levaram à aquisição do lote

Entre os motivos (Gráfico 16) que influenciaram os titulares dos lotes a se inscreverem para o programa Vilas Rurais ou adquirirem a propriedade de terceiros, destacam-se:

- 45% deles queriam um lote para plantar.
- 34% deles queriam deixar de pagar aluguel.
- 12% deles gostam de morar no sítio; acreditam que a zona rural oferece maior qualidade de vida em relação à zona urbana.
- 9% deles buscam qualidade de vida.

Gráfico 16- Motivos que levaram à inscrição para o programa ou outras formas de aquisição do lote

■ Para ter um lote para plantar ■ Deixar de pagar aluguel
 ■ Qualidade de vida ■ Gosta de morar no sítio



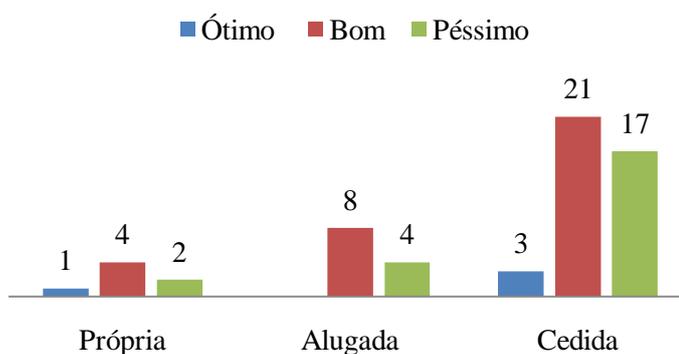
Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

Os resultados podem ser explicados por dois fatores: o aluguel constituía-se na maior fonte de gastos, principalmente dos bóias-frias que moravam nas periferias da cidade; e para aqueles que trabalhavam como porcentageiros e residiam na área rural, ainda que a casa fosse cedida, o aluguel permanecia como preocupação, pois havia instabilidade na sua ocupação. Os moradores indicaram forte relação com o meio rural, com intenções a explorá-lo economicamente.

4.3.3- Condições de moradia – antes do lote que ocupam

As informações contidas nos gráficos 17, 18, 19 e 20, demonstram as condições e o estado de conservação das moradias utilizadas pelos titulares dos lotes e sua família, antes de ingressarem na Agrovila ou Vila Rural. O primeiro gráfico traz os resultados gerais, obtidos na Agrovila e nas duas Vilas Rurais. Nota-se que a maioria das moradias eram cedidas e em grande parte dos casos encontravam-se em bom estado, ou seja, possuíam divisórias, banheiro interno, piso, luz elétrica, água encanada e fossa séptica. As casas cedidas encontravam-se tanto na área urbana quanto na área rural. Os que estavam em residências cedidas na área urbana moravam juntamente com parentes (sogros, avós). A cessão das casas para os que residiam na área rural era feita pelos patrões enquanto permanecessem as relações de trabalho.

Gráfico 17- Condição de moradia anterior ao ingresso na Agrovila/Vilas Rurais



Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

Analisando separadamente os casos da Agrovila e Vilas Rurais, identificamos que a maioria das casas eram cedidas e o estado de conservação para essas e para as de origem própria e alugadas eram majoritariamente bons. No caso das residências cedidas, houve um número maior de casas em péssimas condições, ou seja, ausência de ao menos dois dos seguintes itens: divisórias, banheiro interno, piso, luz elétrica, água encanada e fossa séptica.

Gráfico 18- Condição de moradia anterior ao ingresso na Agrovila Terra Boa

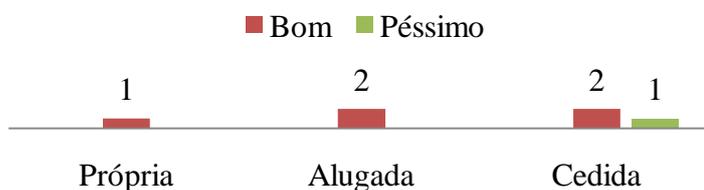


Gráfico 19- Condição de moradia anterior ao ingresso na Vila Rural Recanto Verde

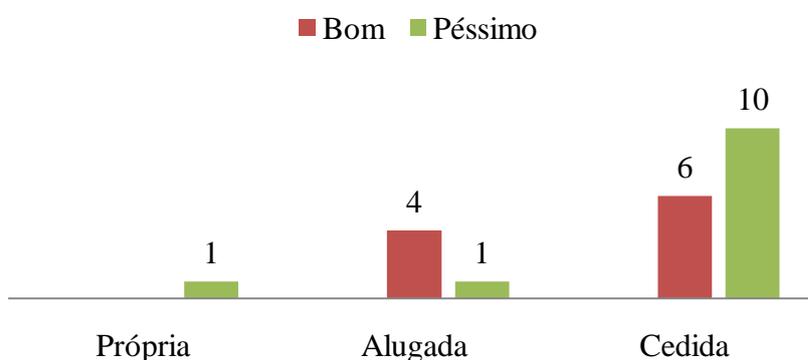
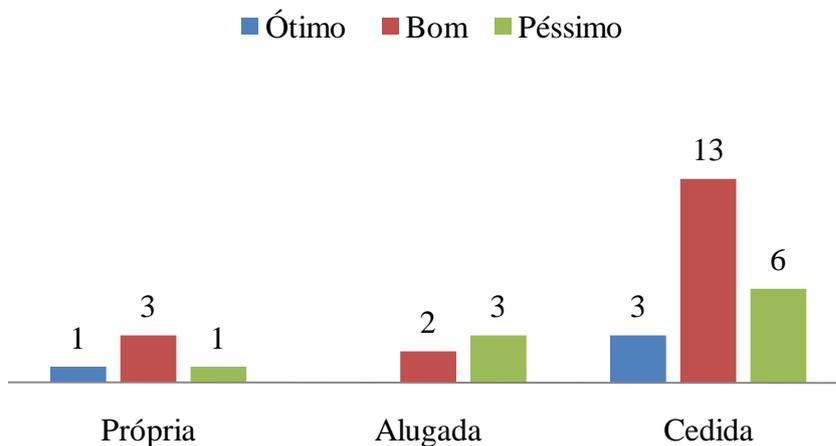


Gráfico 20- Condição de moradia anterior ao ingresso na Vila Rural Nova Jerusalém



Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

Na análise realizada sobre a Vila Rural e Agrovilas, em separado, observamos que a Vila Rural Recanto Verde possuía o maior número de moradias em péssimas condições. Na Vila Rural Nova Jerusalém, em quatro casos houve a incidência de moradias em ótimo estado, uma delas em residência própria e nas três outras, em residência cedida. Os que se encontravam em residências cedidas afirmaram que ótimo estado de conservação das moradias devia-se ao fato

de serem novas, construídas há pouco tempo e possuem divisórias, banheiro interno, piso, luz elétrica, água encanada, fossa séptica e pintura interna e externa.

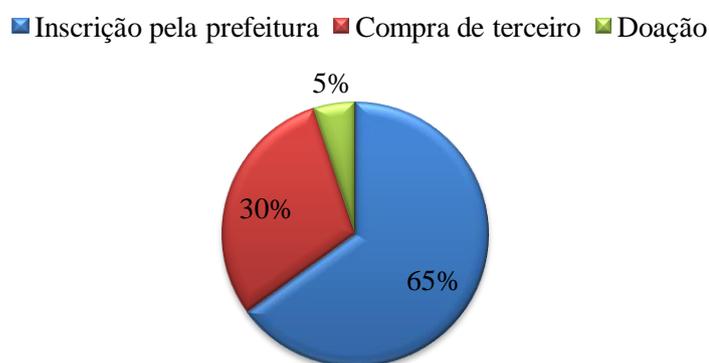
4.4- Dados dos moradores: posteriores ao ingresso na Agrovila/Vilas Rurais

4.4.1- Formas de aquisição dos lotes

Foram três as formas de aquisição dos lotes (Gráfico 21):

- a) inscrição pela prefeitura;
- b) compra;
- c) doação.

Gráfico 21- Formas de aquisição dos lotes Agrovila e Vilas Rurais



Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

A maior parte dos titulares dos lotes (65%) os adquiriu por meio de inscrição na prefeitura municipal, responsável junto à COHAPAR pela seleção dos moradores. Trinta por cento adquiriu por meio de compra; e apenas 5% por “doação”. A “doação” é feita pelos familiares que ainda possuem a posse formal do lote, mas não o ocupam. Percebe-se uma rotatividade entre os moradores.

Essa rotatividade ou “posse” são operações irregulares, mesmo que ao comprar o lote um contrato de compra e venda seja registrado em cartório. Este registro não garante a posse do lote, pois a COHAPAR, vendedora do lote, não transfere a titularidade para o “novo” comprador, mantendo o nome do vendedor no Cadastro Nacional de Mutuários (CADMUT). Se o titular do lote falecer, a família poderá requerer o imóvel vendido, independentemente da transação ocorrida. Ao vender a propriedade, o mutuário também perderá a preferência dos financiamentos da COHAPAR; além de ter dificultada qualquer operação para obtenção de imóvel próprio nas principais instituições de crédito.

A COHAPAR, objetivando manter o controle sobre a comercialização dos lotes, possui um cadastro para pessoas que desejam a compra. Neste sentido, alguns critérios são definidos, entre eles destaca-se a necessidade do potencial comprador ter um vínculo com o meio rural:

- a) ser produtor rural;
- b) ter histórico de trabalho no campo;
- c) nunca ter financiado um imóvel.

Nas Vilas Rurais pesquisadas os moradores que adquiriram os lotes por compra, relataram a seguinte prática: primeiramente a COHAPAR é informada da negociação, se o comprador se encaixa nos requisitos estabelecidos o presidente da associação de moradores recolhe assinaturas em ata dos outros moradores que concordam com a vinda do comprador (há necessidade da aquiescência da maioria), novamente a COHAPAR toma ciência dos resultados, e, assim, a situação é regularizada.

No caso da Agrovila Terra Boa (Gráfico 22) a totalidade dos moradores questionados afirmaram que os lotes foram adquiridos por meio de compra. Essa Agrovila apresenta grande rotatividade de moradores, explicada pelo fato de possuir mais de vinte anos de existência e, apesar de possuir características rurais, está localizada dentro do perímetro urbano do município, o que faz aumentar o valor imobiliário dos lotes. Os antigos moradores, ao venderem suas propriedades se dirigiram à cidade, desta forma, utilizaram o programa para melhorar suas condições econômicas e de moradia no meio urbano.

**Gráfico 22- Forma de aquisição dos lotes
Agrovila Terra Boa**

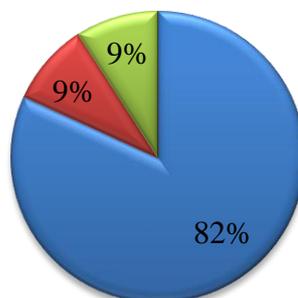


Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

Na Vila Rural Recanto Verde (Gráfico 23), a forma predominante de aquisição dos lotes foi a inscrição pela prefeitura (82%); aparecendo com 9%, cada um, os lotes adquiridos por meio de compra e doação.

**Gráfico 23- Formas de aquisição dos lotes
Vila Rural Recanto Verde**

■ Inscrição pela prefeitura ■ Compra de terceiro ■ Doação

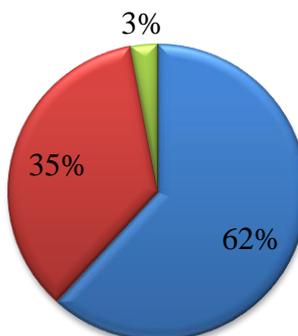


Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

Na Vila Rural Nova Jerusalém (Gráfico 24), embora o predomínio seja de lotes adquiridos pela inscrição na prefeitura (62%), houve um aumento na porcentagem dos lotes comprados de terceiros (35%), e 3% os adquiriu por meio de doação.

**Gráfico 24- Formas de aquisição do lotes
Vila Rural Nova Jerusalém**

■ Inscrição pela prefeitura ■ Compra de terceiro ■ Doação



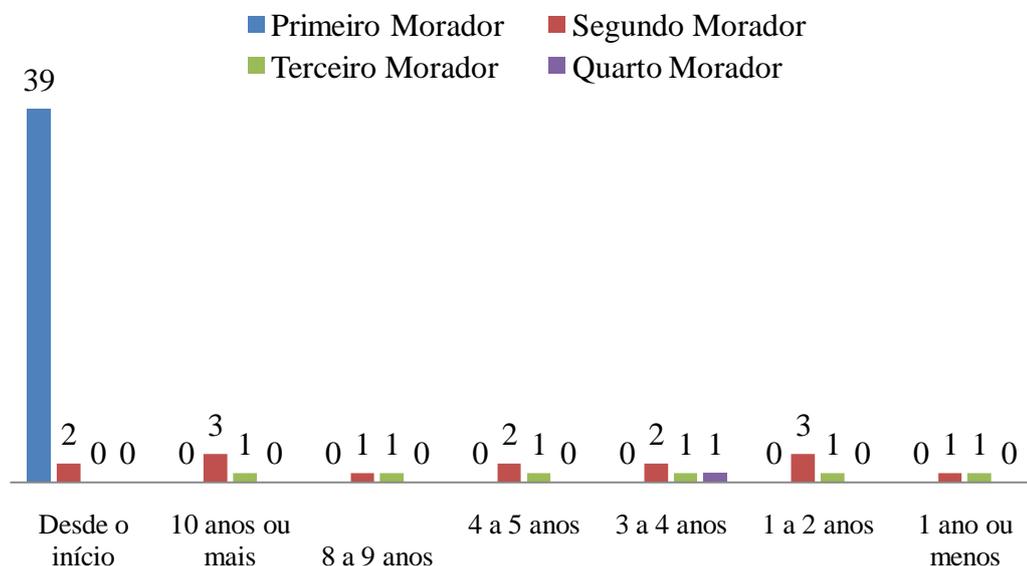
Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

4.4.2- Rotatividade quanto à posse do lote

Os gráficos 25, 26, 27, e 28 demonstram a rotatividade dos moradores dos lotes, por meio da ordem de posse.

O gráfico 25, nos traz os resultados encontrados na Agrovila e Vilas Rurais. O primeiro morador continua sendo o maior grupo.

**Gráfico 25- Ordem de posse dos lotes
Agrovila e Vilas Rurais**



Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

O gráfico 26, demonstra os dados coletados na Agrovila Terra Boa, onde constatou-se dentre os moradores que responderam aos questionários, a inexistência dos primeiros moradores. De forma geral, os moradores mais recentes se estabeleceram há 4 ou cinco anos. A venda é mais recorrente do que na outras vilas devido ao alto valor dos lotes no mercado imobiliário local. As propriedades possuem estrutura pronta (casa, sistema de irrigação, entre outros) e embora localizadas dentro do perímetro urbano são isentas do IPTU.

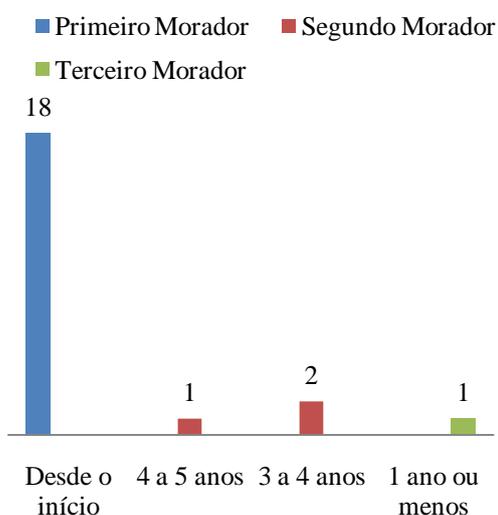
**Gráfico 26- Ordem de posse dos lotes
Agrovila Terra Boa**



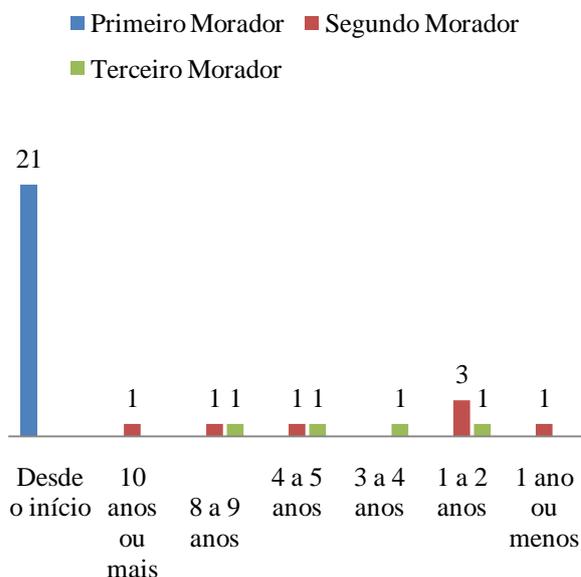
Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

Os gráficos 27 e 28 apresentam os dados levantados nas Vilas Rurais Recanto Verde e Nova Jerusalém; em ambas, o primeiro morador continua sendo maioria.

**Gráfico 27- Ordem de posse dos lotes
Vila Rural Recanto Verde**



**Gráfico 28- Ordem de posse dos lotes
Vila Rural Nova Jerusalém**

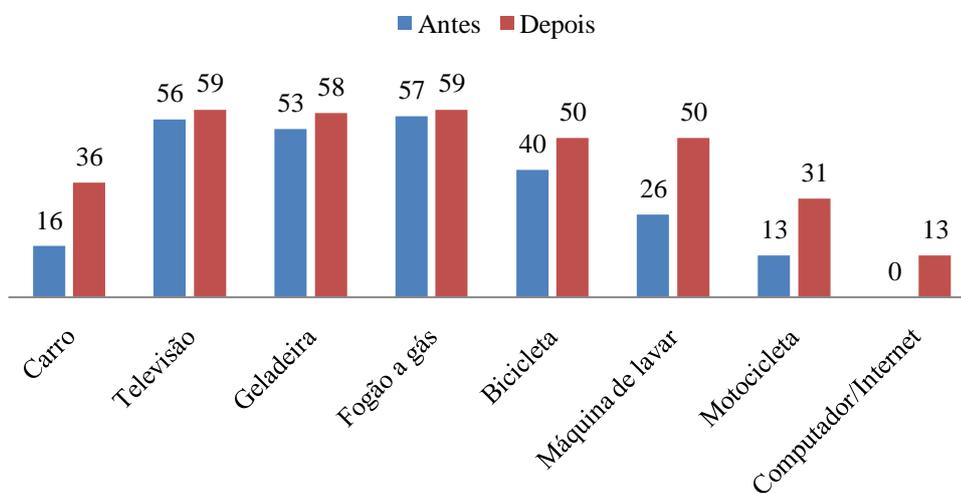


Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

4.4.3- Bens adquiridos

É evidente, que o poder de compra aumentou depois da entrada no programa. Por deixarem de pagar aluguel e assumirem prestações baixas, em torno de R\$ 35,00-R\$ 40,00, parte da renda podia ser destinada a aquisição de bens duráveis (Gráfico 29). Nas palavras de um dos moradores: “antes quase ninguém tinha carro aqui; agora quase toda casa tem ou um carro ou uma moto. Se a gente queria ir pra cidade tinha que ir a pé; agora ou vai de carro, ou moto, ou pega circular”.

**Gráfico 29- Comparação dos bens adquiridos
antes e depois do ingresso na Agrovila/Vilas Rurais**



Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

É possível perceber, por meio da leitura dos dados do gráfico 29, que, os meios de transporte tais como carro e moto tiveram suas compras duplicadas. Bicicleta já era um meio de transporte que possuíam. Bens de consumo como televisão, geladeira e fogão a gás, parte expressiva dos moradores já possuíam quando foram morar na Agrovila ou Vilas Rurais, por se tratar de necessidades adquiridas a partir da urbanização que ocorreu no país; a partir da década de 1980 esses consumos foram popularizados. A máquina de lavar roupas passou a compor os bens de primeira necessidade; estendendo-se para a entrada de computadores e internet. Estes últimos compõem as necessidades apresentadas pela economia de mercado nas últimas décadas, são importantes dada à relação estabelecidas entre os programas de Agrovilas e Vilas Rurais e as atividades urbanas desempenhadas pelos moradores.

4.4.4- Renda familiar mensal

A renda¹² dos moradores depois de ingressarem na Agrovila ou Vilas Rurais (Gráfico 30B) aumentou significativamente em relação à obtida anteriormente (Gráfico 30A). Antes a renda da grande maioria, ou seja, 68% não atingia um salário mínimo. Atualmente como é possível perceber (Gráfico 30B), 15% recebem até 1 salário; poderia se dizer que 70% recebe 2 salários; que 48% recebem 3 salários. Assim, como os que recebem apenas 1 salário mínimo são minorias (15%); aqueles que recebem 4 salários (15%), também são poucos. Poderíamos aferir que as famílias convivem com salários que vão de R\$1.000,00 a R\$1.500,00.

Gráfico 30A- Renda familiar mensal em salários mínimos

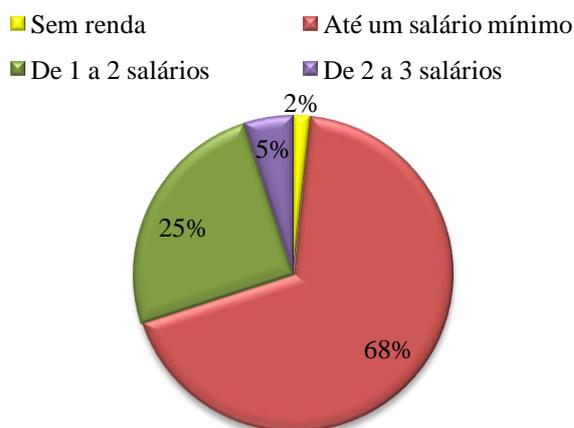
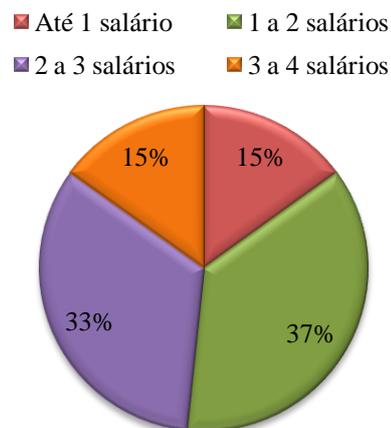


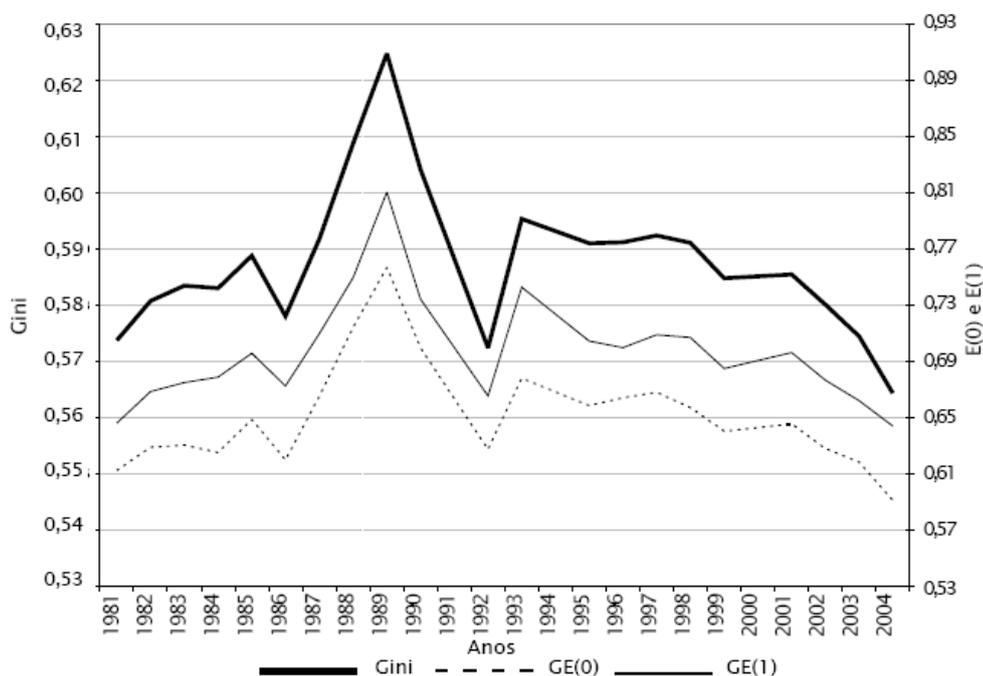
Gráfico 30B- Renda familiar mensal em salários mínimos



Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

¹² Salário mínimo vigente na época da pesquisa: R\$ 510,00 (piso salarial nacional).

Gráfico 31- Elevação da desigualdade de renda no Brasil



Fonte: FERREIRA et al. 2006.

O gráfico 31 demonstra a elevação da desigualdade de renda no Brasil no intervalo de 1981 a 2004. Nota-se que após uma breve queda em 1986 há novamente uma ascensão até o ápice em que é alcançado em 1989. A partir de então, segue-se um período de oscilação até 1993 em que se verifica uma queda contínua no índice de desigualdade de renda.

Ferreira et al. (2006) apontam com um dos fatores-chave para o aumento da desigualdade entre 1981 e 1993 as taxas de inflação extremamente elevadas e crescentes que passaram de 80% em 1980 para 1509% em 1990. No tocante a queda da desigualdade registrada após 1993, entre outros fatores, é apontado o aumento no volume e grau de focalização das políticas de transferência de renda do governo além dos consecutivos aumentos reais no salário mínimo, a partir da segunda metade dos anos de 1990.

Desta forma, a considerável elevação na renda dos moradores da Agrovila e Vilas Rurais está associada a uma conjuntura maior, ou seja, se insere no contexto das transformações econômicas ocorridas nacionalmente após 1993.

4.4.5- Profissão dos moradores

Dentre as profissões identificadas (Tabela 11), ressalta-se a de costureira (34) e cortadores-de-cana (28). No município existem diversas empresas de confecções de roupas (Dudalina, Loopérios, Pele Azul, PTL Nabhan, entre outras). O município de Cianorte, que faz divisa com Terra Boa, também se destaca na economia de confecções, transportando alguns moradores diariamente por meio de transporte coletivo, para trabalharem nessas empresas. Devido a baixa escolaridade, são empregados em trabalhos que demandam pouca especialização. Na região há a presença de destilarias de álcool, o que envolve extensas áreas com plantação de cana de açúcar; essa economia justifica a contratação de cortadores de cana. Uma parte significativa é formada por aposentados (15) que se dedicam exclusivamente ao trabalho nos lotes (afazeres domésticos, plantio e criação para autoconsumo)

Tabela 11- Profissões dos moradores da Agrovila Terra Boa, Vila Rural Recanto Verde e Nova Jerusalém

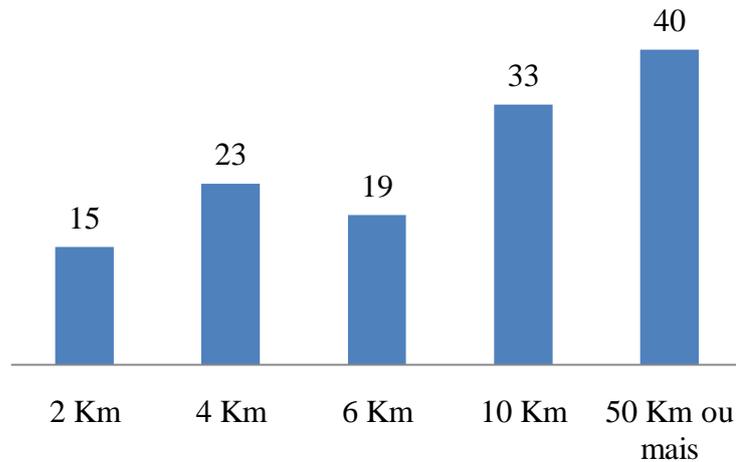
Profissões citadas	Ocorrência
Açougueiro	1
Anunciante	1
Aposentado	15
Atendente de caixa de supermercado	1
Auxiliar administrativo	2
Classificador (cooperativa)	2
Cortador de cana	28
Costureiro(a)	34
Diarista-rural	12
Doméstica	3
Instrutor de autoescola	3
Mecânico	2
Operário(a)	10
Pedreiro	8
Saqueiro	1
Serviços gerais	6
Tratorista	1
Total:	130

Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

4.4.6- Distância do local de trabalho

Segundo informações contidas no gráfico 32, os moradores/trabalhadores que fazem o maior percurso até o trabalho são aqueles empregados na empresas de confecção e os cortadores-de-cana.

Gráfico 32- Distância do local de trabalho



Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

Os municípios que os moradores mais frequentam para trabalhar podem ser identificados na figura 22. Os municípios de Jussara, Paraíso do Norte e São Pedro do Ivaí são utilizados apenas para o trabalho; os municípios de Cianorte e Campo Mourão são utilizados para trabalho, saúde e lazer. O município de Maringá representa um pólo de saúde e lazer para os moradores entrevistados. A maior razão para os deslocamentos se dá em virtude do trabalho, sendo assim, tanto a Agrovila como as Vilas Rurais não são eficientes na garantia de trabalho e renda aos moradores. Embora as Agrovilas e Vilas Rurais remetam a atividades agrícolas, é um fato, que hoje as famílias têm a sua renda oriunda, na maior parte dos casos, de trabalhos realizados fora do lote: sejam agrícolas ou não.

Rocha (1999) ao esclarecer a teoria de mobilidade do trabalho proposta por Gaudemar (1976) afirma:

O homem apresenta uma dupla determinação, como capital e como portador de trabalho. Como capital, o homem irá aonde seu preço for máximo, a mobilidade dos trabalhadores será orientada por esse princípio de satisfação máxima. Como simples portador de um trabalho (serviço) potencial, o homem será chamado para onde permitir o lucro ótimo do capital daquele que o emprega ou, de forma mais geral, pela maximização do lucro global. (ROCHA, 1999, p. 155)

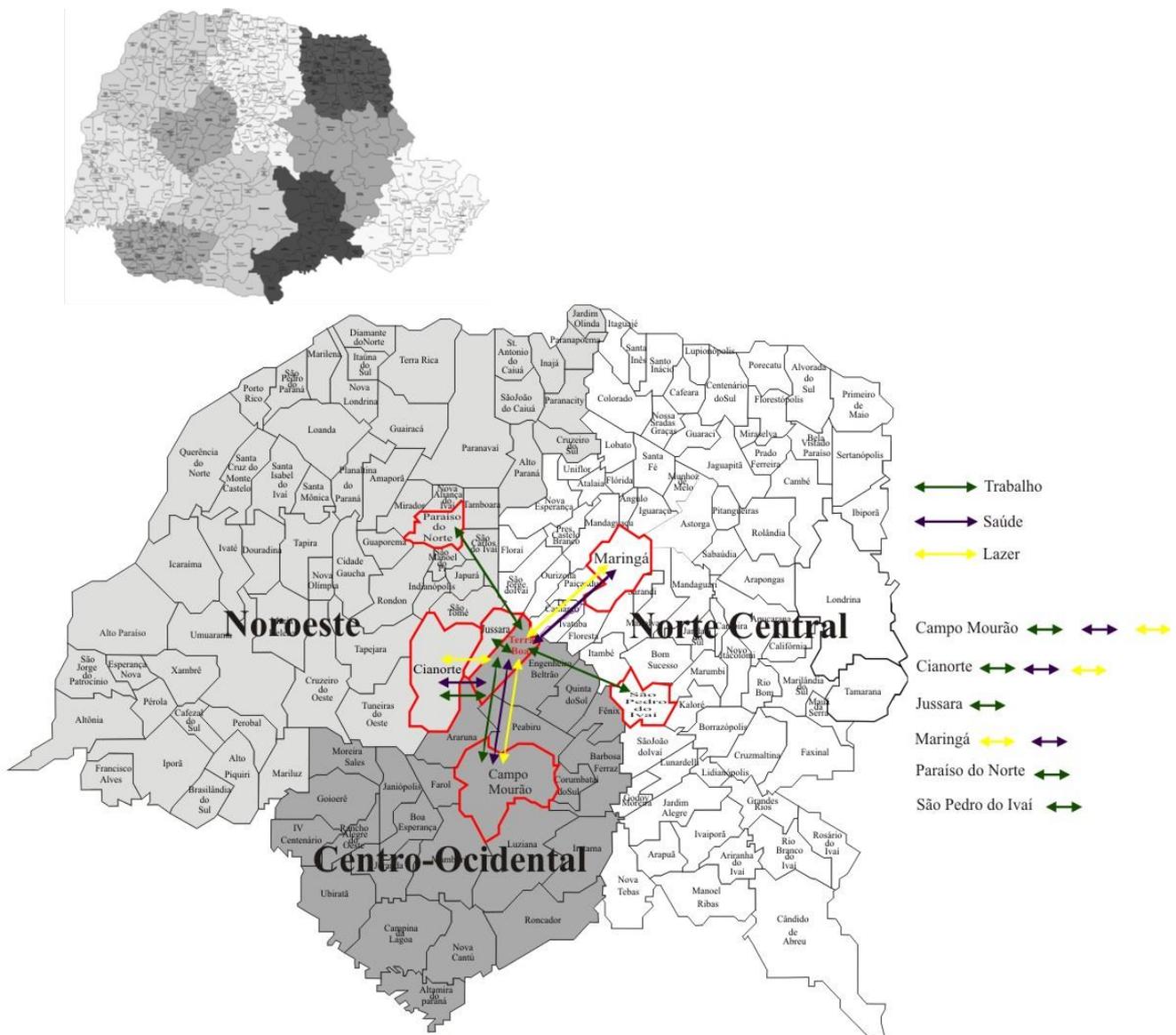


Figura 22- Deslocamentos realizados pelos moradores.

Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

De acordo com Gaudemar (1977), o capital muito mais do que impor-se sobre o trabalho e direcionar seus fluxos, submeteria, com seus sortilégios, homens “livres” ao seu interesse. O trabalhador é ao mesmo tempo livre – pode dispor de sua mercadoria (o trabalho) da forma que lhe convier – e cativo – é obrigado a vender seu trabalho, pois, a fim de garantir sua reprodução social tem que se sujeitar à troca de seu trabalho por dinheiro.

Os questionados embora possuam a terra, não conseguem prover seu sustento unicamente do trabalho realizado em sua propriedade. Como forma de manter seu sustento e a posse de sua terra se sujeitam aos ditames do capital, se deslocando em busca de sua reprodução. Um dos questionados que trabalha com o corte da cana-de-açúcar relatou o seguinte: “o ônibus passa

aqui muito cedo, cinco e pouco da manhã a gente já tá na estrada. É cansativo, a gente chega lá cansado da viagem e depois é o serviço. Quando a gente chega aqui é umas cinco e pouco, seis horas, até sete da noite”.

Para satisfazerem as necessidades de sua vida cotidiana (lazer, saúde, compras e principalmente trabalho) os moradores são impelidos a frequentemente se deslocarem. A constância e o tempo nestes deslocamentos caracterizam um tipo de migração interna denominada migração pendular. A migração pendular se dá por meio dos deslocamentos dos trabalhadores que diariamente saem de sua residência em direção ao local de trabalho.

Na busca por seu sustento o trabalhador se sujeita a precárias condições de trabalho. O longo tempo gasto no percurso de ida e vinda limita as horas de lazer e o convívio com a família. Em outro relato um morador justifica o descuido com seu lote: *“não dá tempo, na cana a gente não tem dia de folga certo, só sobra um, dois dias, os feriados e entressafra. A mulher e os meninos cuidam, mas não dá para plantar nada. Se eu pudesse cuidaria mais”.*

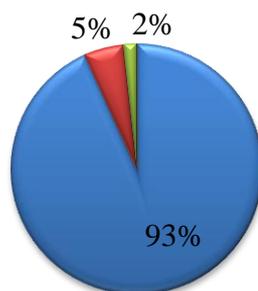
4.4.7- Pagamento dos lotes

Foram registrados baixos índices de inadimplência (Gráfico 33). Apenas um morador declarou estar com as prestações, junto a COHAPAR, atrasadas, em decorrência de doenças na família (filhos).

Três moradores possuem o lote quitado (5%). Segundo cláusula do contrato com a COHAPAR, caso o titular do lote venha a falecer, o cônjuge ou a família recebem automaticamente o título definitivo de posse, deixando de pagar as prestações que faltavam.

Gráfico 33- Prestações em atraso

■ Nenhuma ■ Lote quitado ■ Seis prestações

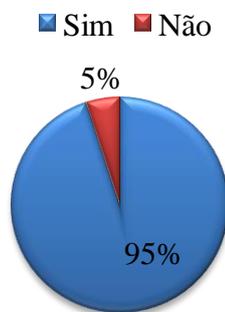


Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

4.4.8- Condições da moradia da Agrovila ou Vila Rural

A maioria dos moradores afirmou que a casa da Agrovila ou Vila Rural é melhor do que a que residiam anteriormente (Gráfico 34); os que opinaram negativamente foram aqueles que possuíam casa própria e adquiriram o lote por meio de compra. É possível deduzir, que o programa Agrovila ou Vila Rural, dada a época de implantação, tentou resgatar, antes da perda total de seus bens, trabalhadores rurais que ficaram desprovidos de seu meio de sobrevivência e moradia na conjuntura inicial de modernização da agricultura paranaense.

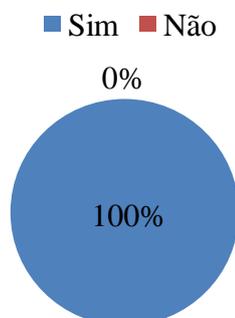
Gráfico 34- A casa da Agrovila/Vila Rural é melhor do que a que residia antes?



Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

Na Agrovila Terra Boa todos os moradores responderam que a casa que moram atualmente é melhor do que a que residiam antes (Gráfico 35).

Gráfico 35- A casa da Agrovila é melhor do que a que residia antes?



Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

Na Vila Rural Recanto Verde apenas 1 morador (5%) afirmou que sua casa anterior é melhor do que a que reside atualmente (Gráfico 36). Na Vila Rural Nova Jerusalém, 2 moradores (5%) disseram que a casa não é melhor que a anterior (Gráfico 37).

Gráfico 36- A casa da Vila Rural Recanto Verde é melhor do que a que residia antes?

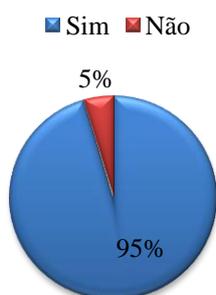
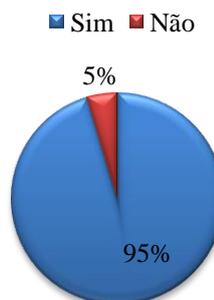


Gráfico 37- A casa da Vila Rural Nova Jerusalém é melhor do que a que residia antes?



Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

4.5- Relação afetiva com o lugar

Apenas uma moradora, da Vila Rural Recanto Verde, disse não gostar de morar no local, pois é viúva, já idosa e mora sozinha (Gráfico 38); afirmou que pretende deixar a Vila Rural (Gráfico 39).

Gráfico 38- Gosta de morar na Agrovila/Vila Rural?

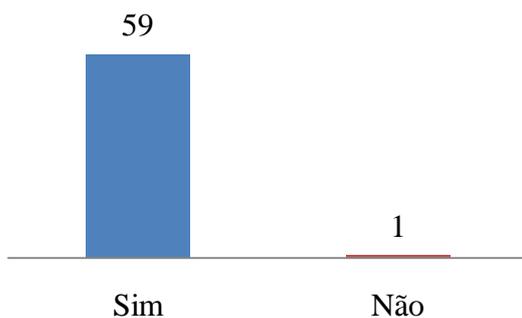
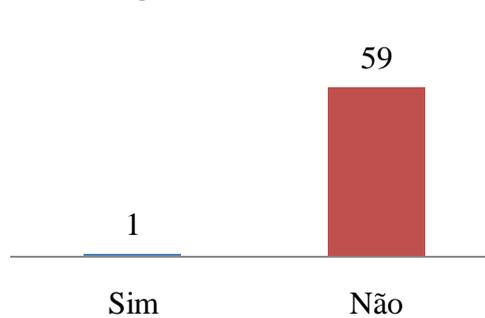


Gráfico 39- Pretende deixar a Agrovila/Vila Rural?



Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

4.5.1- O que justifica morar na Agrovila ou Vila Rural

Segundo informações dos moradores, os atrativos que a Agrovila e as Vilas Rurais apresentam referem-se ao sossego (35%) e a qualidade de vida (21%). Para 26% – resultado da somatória entre as informações contidas nos itens “o custo de vida é menor” (20%), e “obtem renda com o lote” (6%) – a importância econômica aparece como fator principal de

atração. Entretanto, os moradores que de fato vivem da renda obtida no lote representam apenas 6% do total.

Tabela 12- Por que gostam de morar na Agrovila/Vila Rural?

Motivos citados	Nº	Percentual
Sossego	53	35%
Qualidade de vida	31	21%
O custo de vida é menor	30	20%
O sítio é melhor que a cidade	12	8%
Mais espaço	9	6%
Obtêm renda com o lote	9	6%
Perto da Cidade	7	4%
Total	151	100%

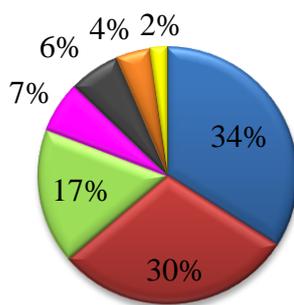
Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

4.5.2- Benfeitorias realizadas nas casas

Entre as benfeitorias realizadas nas casas destaca-se o aumento de ao menos um cômodo, em decorrência do aumento da família, ou a construção de garagem para o carro ou moto. As divisórias internas que eram em madeira, em alguns casos, também foram substituídas por alvenaria.

Gráfico 40- Benfeitorias realizadas nas casas

- Aumento
- Aumento, divisória, piso e pintura
- Aumento e piso
- Aumento, divisória e piso
- Aumento, piso e pintura
- Aumento e divisória
- Aumento e pintura



Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

Outras benfeitorias realizadas nos lotes referem-se à construção de paióis (Figura 23), galinheiros, chiqueiros, mangueirões¹³ e melhorias das cercas divisórias.

¹³ Espécie de cercado para animais = curral.

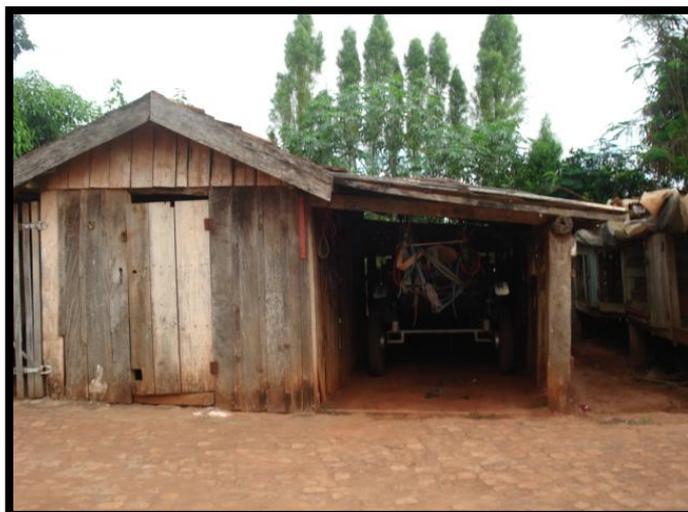


Figura 23- Paio/Vila Rural Recanto Verde.
Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

4.5.3- Casas construídas no mesmo lote

Embora proibidas no contrato com a COHAPAR, alguns lotes apresentam a construção de novas casas para o abrigo da família que aumentou (filhos que se casaram ou parentes que vieram morar junto) (Figura 24). Este é um fenômeno urbano: casas de familiares dividindo o mesmo lote. Se as atividades desenvolvidas pela família no lote forem agrícolas, a permanência do lote como propriedade desta família está em risco.

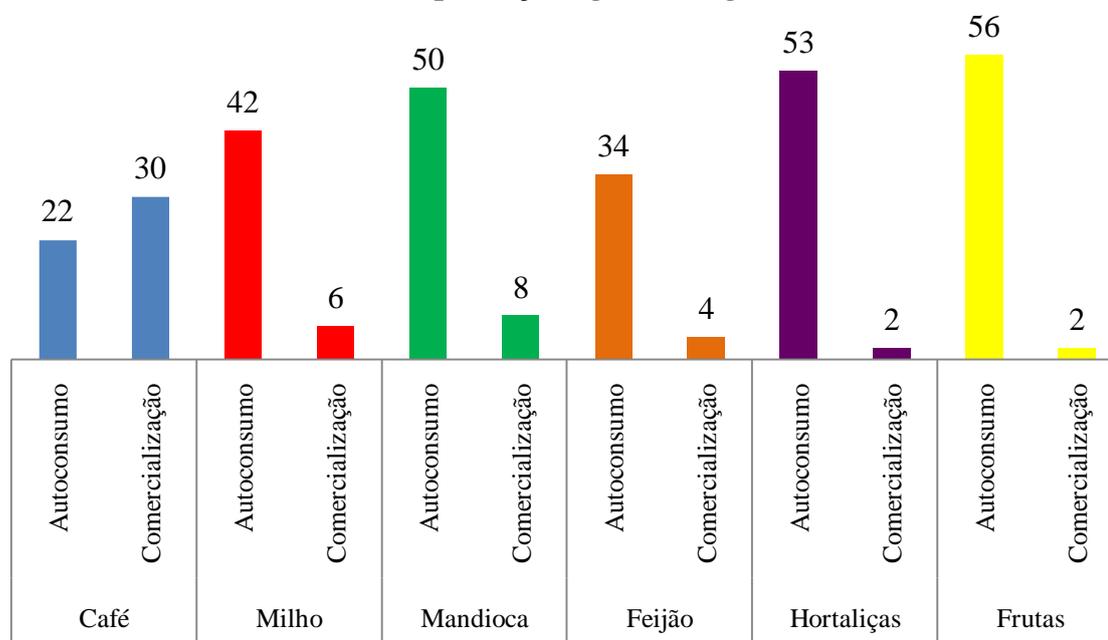


Figura 24- Casas construídas no mesmo lote/Vila Rural Recanto Verde.
Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

4.6- A produção na Agrovila e Vilas Rurais

Na Agrovila e Vilas Rurais foram registrados o cultivo de produtos como café, milho, mandioca, feijão, hortaliças e frutas (Gráfico 41).

Gráfico 41- Destino da produção agrícola: Agrovila e Vilas Rurais



Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

Entre estes, destaca-se o café, por ser de mais fácil comercialização. As variedades cultivadas são Iapar 59 e Catuaí (Figura 25).



Figura 25- Cafeeiros/Vila Rural Recanto Verde.

Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

Estes tipos são ideais para plantio adensado e superadensado, pois são de pequeno porte, aproveitando ao máximo o espaço dos lotes. A grande incidência do cultivo do café se deve tanto ao incentivo da Emater, no início da criação das Vilas Rurais, quanto à tradição do município na produção do café.

De acordo com o Androcioli (2002), a lavoura adensada assim se caracteriza: “o espaço livre entre as linhas dos cafeeiros é igual a zero ou inferior a 20 cm. A distância entre as covas na linha pode variar de 1 m a 1,5 m para as covas de duas plantas, ou de 0,5 m a 1 m nas covas de uma planta” (Figura 26); dependem ainda do tipo de café e das características físicas do lugar.

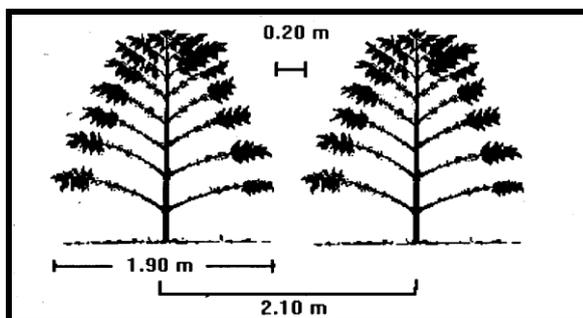


Figura 26- Plantio de café adensado.

Fonte: Androcioli, 2002.

Ainda de acordo com o Androcioli (2002) são consideradas lavouras superadensadas aquelas em que a distância entre as linhas e entre as plantas na linha são inferiores ao diâmetro da copa do cafeeiro adulto (Figura 27).

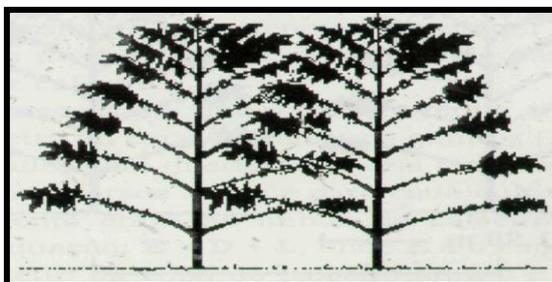


Figura 27- Plantio de café superadensado.

Fonte: Androcioli, 2002.

Outros tipos de cultivo foram registrados além do café (Figura 28).

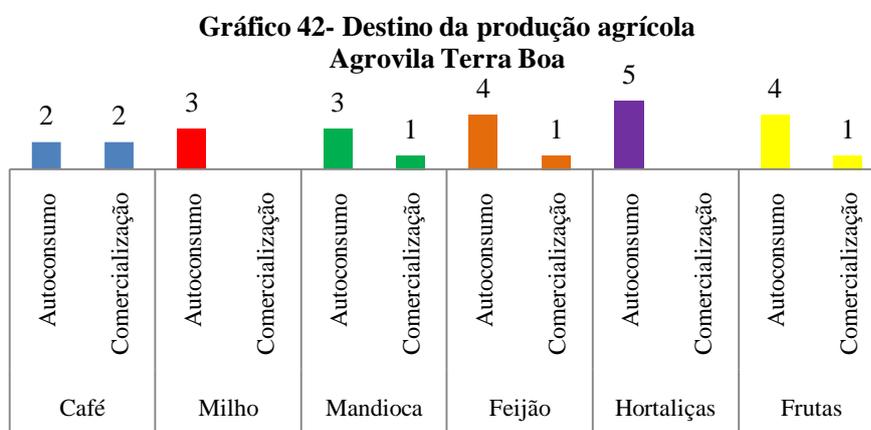


Figura 28- Lotes cultivados: café e outros/Vila Rural Recanto Verde e Nova Jerusalém.
Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

4.6.1- Destino da produção da Agrovila e Vilas Rurais

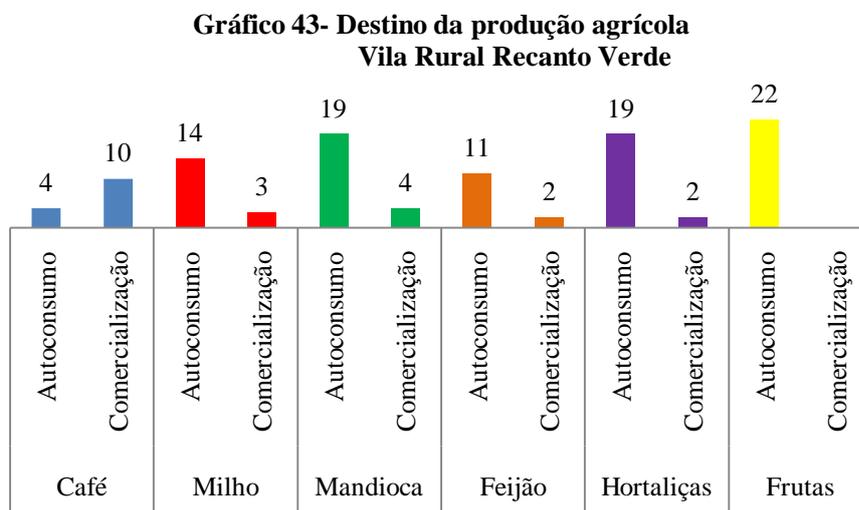
Os gráficos 41, 42 e 43 mostram respectivamente o destino da produção agrícola na Agrovila Terra Boa e nas Vilas Rurais Recanto Verde e Nova Jerusalém. Há pouca comercialização da produção, a grande maioria dos cultivos são destinados ao próprio consumo; “pro gasto”, como os próprios moradores justificam.

Podemos identificar que na Agrovila Terra Boa a produção destinada ao próprio consumo assim se organiza em grau de importância: hortaliças, feijão/fruta, milho/mandioca, café. A produção destinada à comercialização assim se organiza: café, mandioca, feijão e fruta (Gráfico 42).



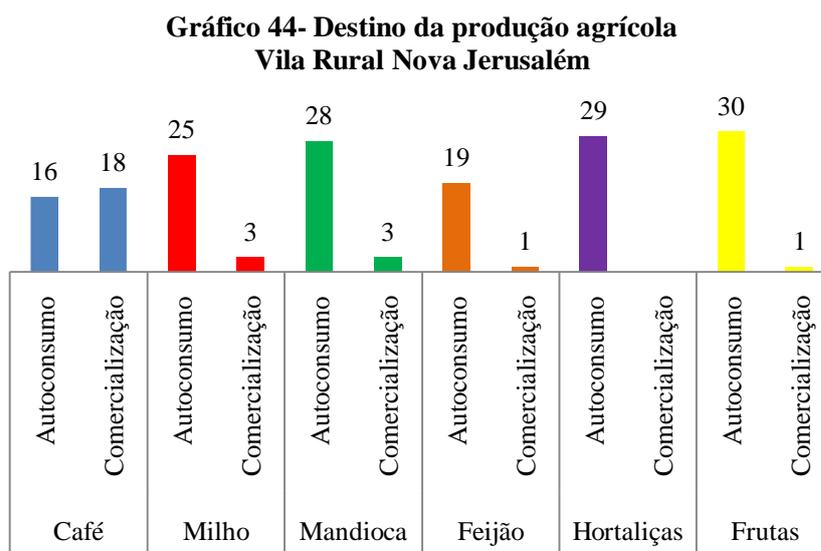
Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

Os dados do gráfico 43 mostram a produção e destino da produção na Vila Rural Recanto Verde. Podemos observar que são destinados para consumo próprio os seguintes cultivos: frutas, hortaliças, mandioca, milho, feijão e café. Para a comercialização da produção os seguintes produtos são cultivados: café, mandioca, milho, feijão e hortaliças.



Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

O gráfico 44 mostra os dados coletados sobre a produção e seu destino na Vila Rural Nova Jerusalém. Para o próprio consumo os moradores destinam os seguintes cultivos: frutas, hortaliças, mandioca, milho, feijão e café. Para a comercialização destinam os seguintes: café, milho, mandioca, feijão e frutas.



Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

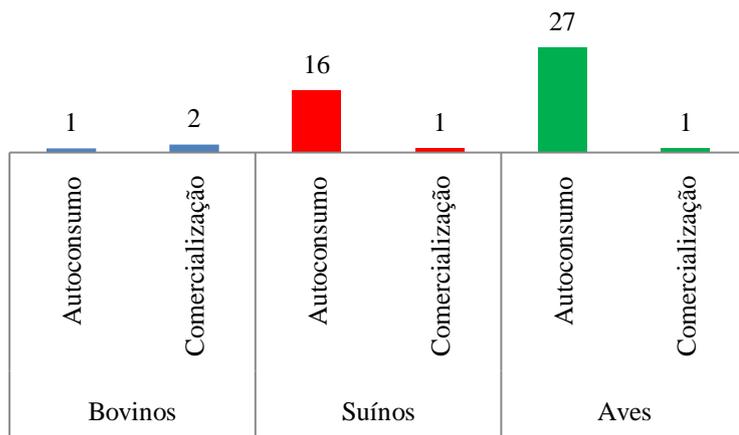
Pode-se concluir que as frutas produzidas, assim como as hortaliças, destinam-se ao uso da casa; enquanto que o café, milho e mandioca destinam-se também à comercialização.

4.6.2- Criação de animais

Observou-se uma pequena criação de animais tanto na Agrovila quanto nas Vilas Rurais; a maior parte destinada ao próprio consumo. Em razão do tamanho do lote e às exigências sanitárias, justifica-se a pouca expressividade quanto às criações de aves e suínos. A criação do gado é inviabilizada pelo espaço insuficiente: os animais necessitam de grandes quantidades de alimento e água.

O gráfico 45, mostra o destino da criação de animais na Agrovila e nas Vilas Rurais. Por ordem de importância para o consumo próprio, assim, se organiza a criação de animais: aves, suínos e bovinos. Com intenções à comercialização, assim são organizados: bovinos, aves/suínos.

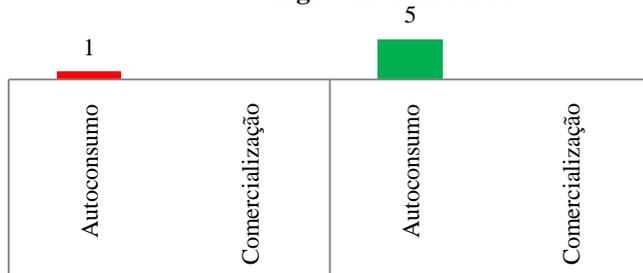
Gráfico 45- Destino da criação de animais Agrovila e Vilas Rurais



Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

A criação de animais na Agrovila Terra Boa destina-se, exclusivamente, ao consumo próprio nesta ordem: aves, suínos (Gráfico 46).

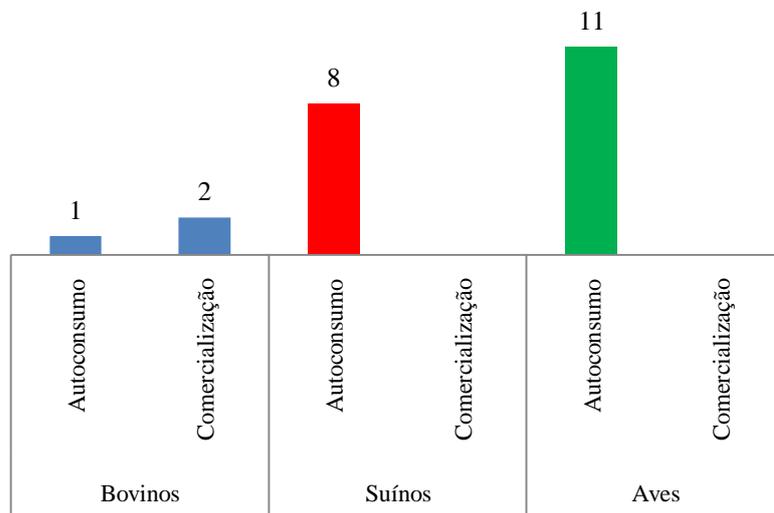
Gráfico 46- Destino da criação de animais Agrovila Terra Boa



Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

O gráfico 47, demonstra o destino da criação de animais na Vila Rural Recanto Verde. A criação de aves, suínos e bovinos são destinados ao consumo próprio. Apenas a criação bovina é comercializada (Gráfico 47).

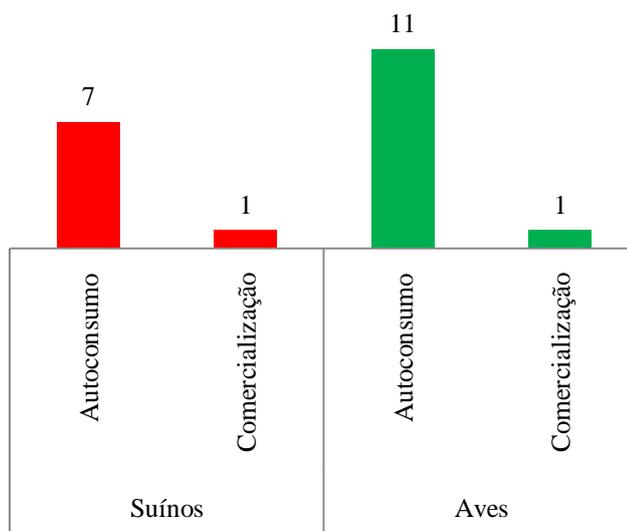
**Gráfico 47- Destino da criação de animais
Vila Rural Recanto Verde**



Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

O destino da criação de animais na Vila Rural Nova Jerusalém, assim se organiza: aves e suínos destinados ao próprio consumo; e apenas uma pequena parte dessa produção é destinada à comercialização (Gráfico 48).

**Gráfico 48- Destino da criação de animais
Vila Rural Nova Jerusalém**



Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

A figura 29 mostra a criação de aves em galinheiro.

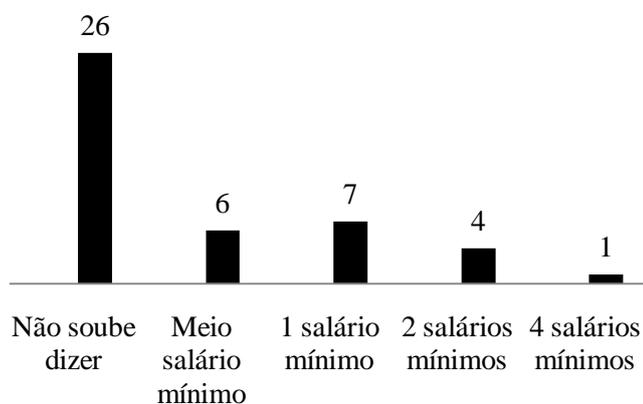


Figura 29- Criação de aves/V.R. Nova Jerusalém.
Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

4.6.3- Rendimento médio da produção

Ao serem perguntados sobre o rendimento médio da produção (valor mensal líquido¹⁴), a maioria dos moradores não soube estimar. Houve grande diversidade de valores, oscilando de meio até quatro salários mínimos, mas o maior número de moradores indicou obter rendas entre meio e 1 salário mínimo (Gráfico 49).

**Gráfico 49- Rendimento líquido mensal
(produção)
Agrovila e Vilas Rurais**

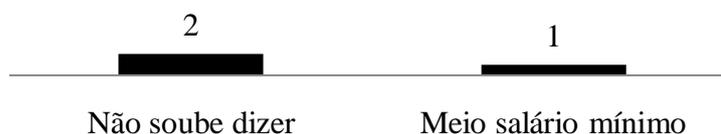


Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

¹⁴ Total da renda, deduzidos os custos de produção.

O rendimento médio mensal (valor líquido) obtido na Agrovila Terra Boa atinge, segundo seu morador, meio salário. A outra parte não soube informar (Gráfico 50).

Gráfico 50- Rendimento líquido mensal (produção) Agrovila Terra Boa



Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

O gráfico 51 demonstra o rendimento médio mensal (líquido) da Vila Rural Recanto Verde. Como nos dados anteriores, a maioria não soube informar qual sua renda média; a outra parte informou que estes valores giram em torno de 1 a 2 salários mínimos.

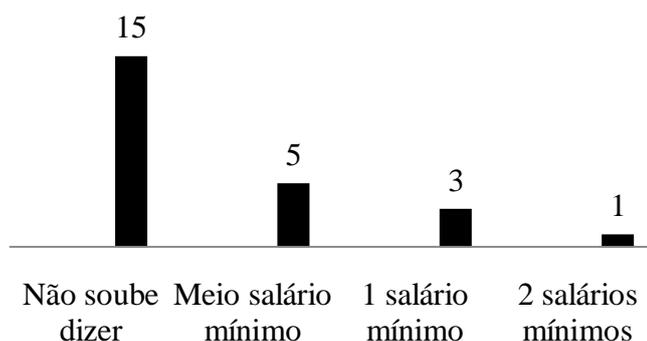
Gráfico 51- Rendimento líquido mensal (produção) Vila Rural Recanto Verde



Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

O rendimento líquido mensal da Vila Rural Nova Jerusalém, segundo dados de seus moradores, gira em torno de meio a 1 salário mínimo (Gráfico 52).

Gráfico 52- Rendimento líquido mensal (produção) Vila Rural Nova Jerusalém



Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

4.6.4- Locais de comercialização

Os maiores valores foram alcançados por aqueles que comercializaram sua produção com o Programa Compra Direta Local da Agricultura Familiar, Feira do Produtor Rural, Associação de Produtores de Leite (APROLEITE), e Cocamar.

A tabela 13 aponta os locais de comercialização da produção da Agrovila e Vilas Rurais. A Cocamar aparece em posição de destaque, pois o café produzido nas Vilas Rurais é todo comercializado com essa Cooperativa. A produção de frutas e hortaliças é comercializada com o programa Compra Direta, feira do produtor, mercados municipais ou venda direta ao consumidor.

Tabela 13- Locais de comercialização da produção/Agrovila e Vilas Rurais

Locais de comercialização da produção	Nº	Percentual
Cocamar	27	67,5%
Venda direta ao consumidor	4	10%
Cocamar e Venda direta ao consumidor	3	7,5%
Mercados municipais e Compra Direta	2	5%
Cocamar e Mandiosti	1	2,5%
Feira do produtor e Compra Direta	1	2,5%
Mercados municipais e Cocamar	1	2,5%
Unileite	1	2,5%
Total	40	100%

Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

Os locais de comercialização da produção utilizados pelos moradores da Agrovila Terra Boa, assim se distribui de igual forma: Cocamar, Cocamar e venda direta ao consumidor, compra direta e feira do produtor (Tabela 14).

Tabela 14- Locais de comercialização da produção/Agrovila Terra Boa

Locais de comercialização da produção	Nº	Percentual
Cocamar	1	25%
Cocamar e Venda direta ao consumidor	1	25%
Compra Direta	1	25%
Feira do produtor	1	25%
Total	4	100%

Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

Na tabela 15, os locais de comercialização da produção da Vila Rural Recanto Verde se concentrou na Cocamar, nos mercados municipais, na compra direta, na venda direta ao consumidor; e novamente na Cocamar dividindo com a venda direta ao consumidor. A produção de leite é destinada a Unileite (Tabela 15).

Tabela 15- Locais de comercialização da produção/V.R. Recanto Verde

Locais de comercialização da produção	Nº	Percentual
Cocamar	10	62,5%
Cocamar e Venda direta ao consumidor	1	6,25%
Mercados municipais e Compra Direta	2	12,5%
Unileite	1	6,25%
Venda direta ao consumidor	2	12,5%
Total	16	100%

Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

Os locais de comercialização da produção da Vila Rural Nova Jerusalém, concentram-se na Cocamar, em sua maior parte, e depois distribuem-se pela venda direta ao consumidor, Mandiosti e mercados municipais (Tabela 16).

Tabela 16- Locais de comercialização da produção/V.R. Nova Jerusalém

Locais de comercialização da produção	Nº	Percentual
Cocamar	16	80%
Venda direta ao consumidor	1	5%
Cocamar e Venda direta ao consumidor	1	5%
Cocamar e Mandiosti	1	5%
Mercados municipais e Cocamar	1	5%
Total	20	100%

Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

A APROLEITE é destino do leite produzido por um dos moradores e está inserida no programa “Leite das Crianças”, criado em 2003, pelo governo do estado do Paraná. Segundo as regras do programa, o leite é distribuído em postos de entrega definidos em cada município, com limite de 2 litros de leite por família atendida.

4.6.4.1- Feira do produtor

No município de Terra Boa, a Feira do Produtor ocorre cinco vezes na semana:

- a) aos domingos, segundas e quartas-feiras, pela manhã;
- b) as terças e quintas-feiras, conhecida como Feira da Lua, à tarde.

Somente a Feira da Lua é regulamentada pela Lei Municipal Nº 766/2002, e é a única a possuir local adequado para a comercialização dos produtos.



Figura 30- Feira do Produtor Rural (Feira da Lua).

Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

4.6.4.2- Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar

A comercialização por meio do “Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)” ou “Compra Direta Local da Agricultura Familiar”, está ligada ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e tem como um dos objetivos a aquisição da produção de agricultores familiares enquadrados nos grupos A ao D do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o repasse a entidades socioassistenciais e escolas que atendam pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

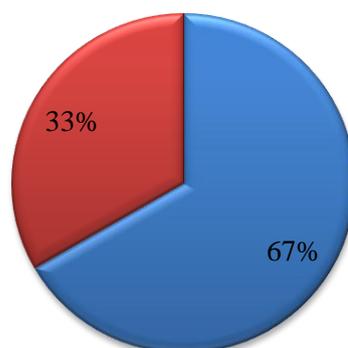
A comercialização pela “Compra Direta”, permite a dispensa de licitação, de alimentos de agricultores familiares no limite de até R\$ 3,5 mil por família/ano, exceto na modalidade “Incentivo à Produção e Consumo do Leite”, cujo limite é semestral. Os recursos orçamentários destinados ao programa têm origem no “Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza”, que foi regulamentado pela Lei Complementar Nº 111/2001. Os preços de referência não podem ser superiores nem inferiores aos praticados nos mercados regionais, segundo o MDS.

O programa existe em nível nacional desde 2003, e em Terra Boa está presente desde 2006. É organizado pela Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria de Assistência Social e envolve atualmente 27 produtores; apenas 2 são moradores das Vilas Rurais. Ao todo, vinte entidades do município recebem 27 produtos que vão desde hortaliças e embutidos até derivados do leite.

Embora não muito expressiva a renda obtida por meio da produção na Agrovila e nas Vilas Rurais é destinada a dois fins principais: o pagamento de despesas e o investimento no próprio lote (Gráfico 53). Segundo os moradores, essa renda contribui para o complemento do orçamento familiar.

Gráfico 53- Destino da renda obtida com a produção Agrovila e Vilas Rurais

■ Pagamento de despesas ■ Investimento no lote

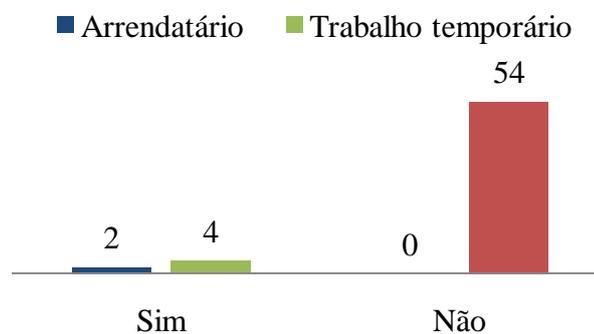


Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

4.6.5- Utilização de mão de obra externa

O uso de trabalho auxiliar é bastante limitado. Na grande maioria dos casos a própria família é quem cuida dos serviços presentes nos lotes nas horas disponíveis, pois as atividades realizadas na Agrovila ou nas Vilas Rurais são desempenhadas como um trabalho complementar. Apenas seis pessoas disseram fazer uso de trabalho auxiliar nos lotes; quatro delas contratam trabalhadores temporários (diaristas rurais), nos períodos da carpa. Os outros dois moradores informaram arrendar parte de seu lote: uma para o plantio de café e a outra para pastagem. Este arrendamento é feito para pessoas que residem na própria Vila Rural e o pagamento é realizado em dinheiro (Gráfico 54).

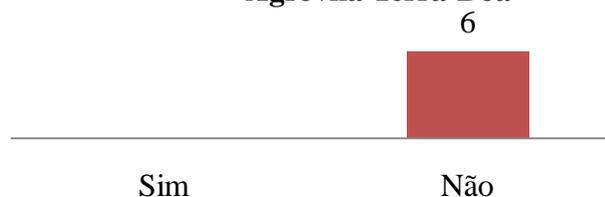
**Gráfico 54- Uso de trabalho auxiliar
Agrovila e Vilas Rurais**



Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

Na Agrovila Terra Boa nenhum morador usa mão de obra externa (Gráfico 55).

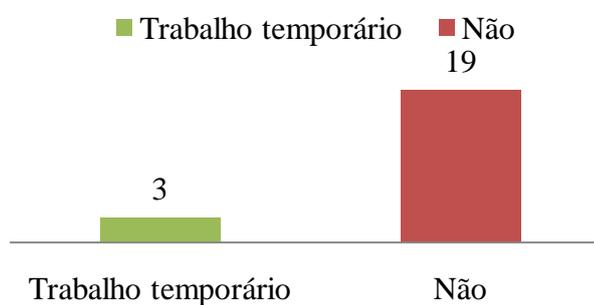
**Gráfico 55- Uso de trabalho auxiliar
Agrovila Terra Boa**



Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

Na Vila Rural Recanto Verde a maioria expressiva não contrata trabalho auxiliar; mas três moradores informaram contratar temporariamente (Gráfico 56).

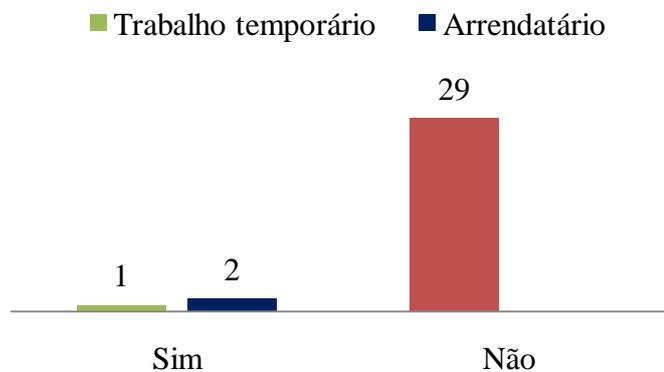
**Gráfico 56- Uso de trabalho auxiliar
Vila Rural Recanto Verde**



Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

Na Vila Rural Nova Jerusalém, como nas anteriores, a maioria expressiva não contrata trabalho externo; a parte que contrata o faz para trabalhos temporários. Dois moradores arrendam suas terras para moradores da própria Vila Rural (Gráfico 57).

**Gráfico 57- Uso de trabalho temporário
Vila Rural Nova Jerusalém**

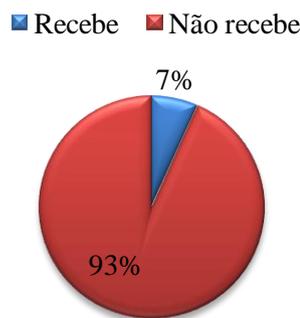


Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

4.6.6- Assistência técnica

Entre os moradores que responderam ao questionário, 93% disseram não receber assistência técnica atualmente. Esta mesma porcentagem afirmou que a Emater, órgão responsável pelo assessoramento, deixou de atuar há um bom tempo. Segundo um dos moradores: *“no começo eles vinham aqui quase todo dia, perguntar se a gente queria alguma coisa, se tava tudo certo. Tinha reunião sempre. Agora, se a gente quiser tem que ir lá. Aqui eles não aparecem mais não”*. Ainda segundo os moradores, apenas 7% são atendidos pela Emater.

Gráfico 58- Assistência técnica



Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

Quando perguntados se desenvolviam atividades não agrícolas no lote, 7% responderam que sim (Gráfico 59). São moradores que possuem facções de roupas e/ou prestam serviços para empresas de confecções localizadas em Terra Boa ou no município de Cianorte. As facções empregam pessoas ligadas à família e dão trabalho a outros moradores. A Agrovila Terra Boa possui uma facção e gera emprego para 5 pessoas; a Vila Rural Recanto Verde possui uma facção e emprega 7 pessoas. Duas moradoras, uma da Vila Rural Recanto Verde e outra da

Nova Jerusalém, apenas prestam serviços de costura para outras empresas após terem cumprido sua jornada de trabalho diária na cidade.

Gráfico 59- Atividades não agrícolas no lote



Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

4.6.7- Pluriatividade

Com a intenção de manter sua reprodução, os moradores recorrem tanto a atividades internas quanto externas a seu lote, sejam elas agrícolas ou não-agrícolas. Caracteriza-se assim, a pluriatividade que Schneider (2003) concebe como sendo:

Um fenômeno através do qual membros das famílias que habitam o meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou mais rigorosamente, optam pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural. (SCHNEIDER, 2003, p. 48)

Para Carneiro (1996), a pluriatividade surge no contexto da modernização da agricultura, quando o trabalhador, que dependia unicamente da agricultura, passa a se adaptar a nova realidade buscando estratégias não-agrícolas para sua sobrevivência.

Na Agrovila e nas duas Vilas Rurais pesquisadas, muito mais que um complemento a renda agrícola obtida nos lotes, o assalariamento e as atividades não-agrícolas se constituem em principal fonte de reprodução dos moradores.

O PRONAF, criado em 1995 pelo Governo Federal, possui o papel de auxiliar as famílias residentes na Agrovila e Vilas Rurais no que se refere ao custeio de infraestrutura e produção. Do total de entrevistados, 18 disseram ter recorrido a este financiamento e apenas 2 realizaram o chamado “empréstimo consignado”, em que as prestações são descontadas em folha de pagamento.

Segundo o MDA, o PRONAF tem por finalidade o financiamento de projetos individuais ou coletivos de agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O primeiro passo para o acesso ao crédito é a obtenção da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) junto aos sindicatos de trabalhadores rurais ou Emater, a DAP é emitida segundo a renda anual e as atividades exploradas.

São beneficiários do PRONAF, mediante comprovação da DAP, os agricultores familiares, pescadores artesanais, extrativistas, silvicultores, aquicultores, remanescentes de quilombos e indígenas, jovens e mulheres, que atendam os seguintes requisitos:

- Detenham no máximo 4 módulos fiscais de terra¹⁵, ou, 6 módulos fiscais, no caso de pecuarista familiar;
- Residam na propriedade ou em local próximo;
- O trabalho familiar deve ser à base da exploração de estabelecimento, admitindo no máximo 2 empregados permanentes. (MDA, 2010)
- Sejam proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros ou concessionários da Reforma Agrária;

Atualmente o PRONAF trabalha com 13 linhas de crédito que objetivam estabelecer diferentes categorias de beneficiários para efeito de enquadramento no programa, a seguir:

a) **Investimento:** para financiar implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços, agropecuários ou não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas.

b) **Custeio:** para financiar atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização e comercialização de produção própria ou de terceiros agricultores familiares enquadrados no PRONAF.

c) **Agroindústria:** linha de investimentos, inclusive em infraestrutura, que visam o beneficiamento, o processamento e a comercialização da produção agropecuária e não agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e a exploração de turismo rural.

¹⁵ De acordo com documento do Ministério do Desenvolvimento Agrário o módulo fiscal consiste em “unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os seguintes fatores: tipo de exploração predominante no município; renda obtida com a exploração predominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda da área utilizada; e o conceito de propriedade familiar”. (MDA, 2010)

- d) **Agroecologia:** para financiar investimentos dos sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento.
- e) **Eco:** para financiar investimentos em técnicas que minimizam o impacto da atividade rural ao meio ambiente, bem como permitam ao agricultor melhor convívio com o bioma em que sua propriedade está inserida.
- f) **Floresta:** para financiar investimentos em projetos para sistemas agroflorestais; exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas.
- g) **Semiárido:** para o financiar investimentos em projetos de convivência com o Semiárido, focados na sustentabilidade dos agroecossistemas, priorizando infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não agropecuários, de acordo com a realidade das famílias agricultoras da região Semiárida.
- h) **Mulher:** para financiar investimentos de propostas de crédito da mulher agricultora.
- i) **Jovem:** para financiar investimentos de propostas de crédito de jovens agricultores e agricultoras.
- j) **Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares:** para agricultores e suas cooperativas ou associações para financiamento de custeio do beneficiamento e industrialização da produção própria e/ou de terceiros.
- l) **Cota-Parte:** para financiar investimentos para a integralização de cotas-partes dos agricultores familiares filiados a cooperativas de produção ou para aplicação em capital de giro, custeio ou investimento.
- m) **Microcrédito Rural:** permite o financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias para agricultores familiares enquadrados no Grupo B e agricultoras integrantes das unidades familiares de produção enquadradas nos Grupos A ou A/C.
- n) **Mais Alimentos:** financia propostas ou projetos de investimento para produção associados à açafrão, arroz, café, centeio, feijão, mandioca, milho, sorgo, trigo, erva-mate, apicultura, aquicultura, avicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, caprinocultura, fruticultura, olericultura, ovinocultura, pesca e suinocultura.

O gráfico 60, demonstra de modo geral, de quem os moradores da Agrovila e das Vilas Rurais tomam seus empréstimos. Vejamos: a grande maioria não solicita empréstimo; os que o fazem, solicitam ao PRONAF, pelas condições. Dois solicitaram empréstimo consignado,

com desconto em folha de pagamento. Quando questionados do por que optaram pelo empréstimo consignado, os moradores responderam não ter conhecimento a respeito do PRONAF, para eles o empréstimo consignado é menos burocrático “*não sei como é, mas já ouvi dizer para fazer PRONAF tem que ir na Emater, depois na prefeitura, depois no banco. O consignado não, a gente deixa os documentos lá (financeira), assina e pronto.*”

Os moradores que buscaram financiamento através do PRONAF foram enquadrados nas linhas de crédito “PRONAF Mulher” e “PRONAF Mais Alimentos”. O objetivo do empréstimo é melhorar a produção no lote por meio da construção de estufas, compra de sementes, de defensivos agrícolas, fertilizantes e máquinas de costura industrial (no caso das facções). Todos disseram estar conseguindo pagar as prestações ou já a quitaram.

Gráfico 60- Financiamentos realizados para a produção Agrovilas e Vilas Rurais



Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

A agrovila Terra Boa demonstrou pelo gráfico 61, fazer mais uso de empréstimos do PRONAF.

Gráfico 61- Financiamentos realizados para a produção Agrovila Terra Boa



Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

A Vila Rural Recanto Verde, diferente da Agrovila Terra Boa, utiliza pouco crédito; quando o faz, solicita ao PRONAF (Gráfico 62).

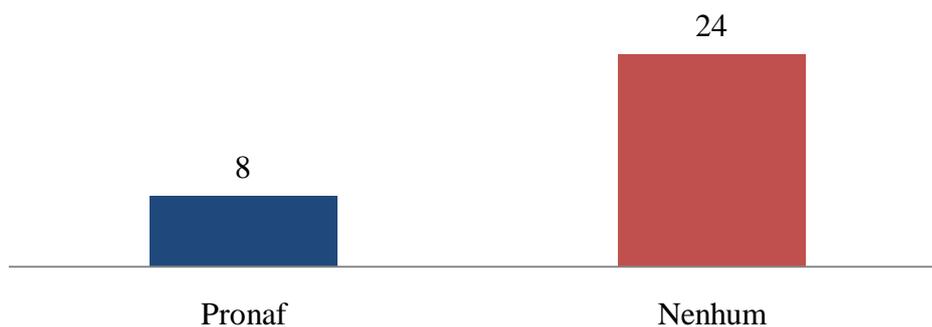
Gráfico 62- Financiamentos realizados para a produção Vila Rural Recanto Verde



Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

Na Vila Rural Nova Jerusalém, a maioria expressiva não utiliza créditos, os que o fazem, assim como os moradores da Vila Rural Recanto Verde, o solicitam ao PRONAF (Gráfico 63).

Gráfico 63- Financiamentos realizados para a produção Vila Rural Nova Jerusalém



Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.

A instabilidade dos preços pagos aos produtos cultivados e a não garantia do escoamento da produção aparece como empecilho para a parcela de moradores que não recorreu a nenhum tipo de empréstimo, estes fatores são causadores de insegurança e geram o medo de não conseguir liquidar as prestações. Outros motivos como a falta de conhecimento sobre os tipos de financiamento e desinteresse, foram citados em menor grau.

4.7- Agrovila e Vilas Rurais: limites e perspectivas

4.7.1- Associação de moradores

A associação de moradores está presente tanto na Agrovila quanto nas Vilas Rurais; a diretoria é eleita anualmente. Para os moradores a associação deveria ser mais dinâmica, promover mais reuniões buscando recursos junto a Prefeitura Municipal e a Emater no que diz respeito a projetos de geração de renda e apoio financeiro para investimentos nos lotes. Em contrapartida, os presidentes das associações disseram não haver uma efetiva participação dos moradores nas reuniões. Embora os encontros e pautas a serem discutidas sejam informados por meio de convites “porta a porta” ou ao final das missas nos finais de semana, há um número reduzido de pessoas que se faz presente.

É clara a necessidade de um maior envolvimento tanto por parte dos dirigentes quanto dos moradores. A existência da associação é de grande relevância no auxílio de uma organização conjunta. Unidos eles ganham força e visibilidade frente o poder público local. As reivindicações feitas representam as necessidades coletivas e entre elas destacam-se:

- a) Construção de poços artesianos;
- b) Melhoria no sistema de irrigação;
- c) Construção de área de lazer para os moradores (campo de futebol);
- d) Melhoria das estradas (cascalhamento);
- e) Mais assistência técnica e retorno dos projetos geradores de renda na própria Agrovila ou Vila Rural que inicialmente eram realizados.

4.7.2- Projetos de geração de renda

No início da instalação das Vilas Rurais foram desenvolvidos projetos de geração de renda junto aos moradores. Na Vila Rural Nova Jerusalém, por exemplo, foi construído um barracão, com auxílio da Prefeitura Municipal e com sobras de construção da Vila para o funcionamento de uma facção de roupas. Foram instaladas 12 máquinas de costura industrial. De acordo com relatos de uma moradora que na época chefiava o empreendimento, dez mulheres trabalhavam como autônomas com uma demanda de trabalho determinada pela fábrica contratante. A facção permaneceu apenas 1 ano, e, segundo a mesma moradora, isso ocorreu devido a falta de empreendedorismo, espírito de união e muita desconfiança por parte das costureiras (Figura 31).



Figura 31- Antiga sede de facção de roupas.
Fonte: IPARDES. Registro fotográfico, 2003.

Na Agrovila Terra Boa e na Vila Rural Recanto Verde nove famílias solicitaram e tiveram acesso a recursos para construção de estufa de hortaliças (pepino, vagem, tomate), destinados ao abastecimento de supermercados da região.

Com recursos do Paraná 12 Meses foi instalada uma fábrica de conserva de pepinos na Agrovila denominada Aprovir (Associação dos produtores da Vila Rural) e com recursos do PRONAF, foram construídas 5 estufas. Atualmente a fábrica não existe mais, segundo informações dos moradores problemas na administração do empreendimento e a falta de pagamento aos fornecedores levaram o fim do empreendimento (Figura 32 e 33).



Figura 32- Antiga sede da Aprovir.
Fonte: Santos, Liriani de Lima, 2010.



Figura 33- Conservas de pepino da Aprovir.
Fonte: IPARDES. Registro fotográfico, 2003.

Segundo avaliação do técnico agrícola da EMATER, Sr. Sidney Galhardo, os projetos desenvolvidos não obtiveram êxito porque a maioria dos moradores não possui espírito empreendedor e são bastante individualistas: *“Desde que acompanhados de perto pelos extensionistas o projeto se desenvolvia, quando deixados mais ‘livres’ ocorriam as divergências e o insucesso”*. Ainda segundo avaliação de Galhardo, por serem formados, na grande maioria, de trabalhadores rurais volantes, os moradores acostumaram-se com a figura do “gato” ou do patrão.

A desconfiança, justificada pela histórica dificuldade do acesso a terra; justificada talvez pela história de inúmeras perdas nas frentes de migração, justificada pela ausência do trabalho junto à terra¹⁶, é um problema que assola o desenvolvimento de projetos em forma de associação.

Os projetos de geração de renda mais individualizados como o PRONAF Mulher, obtêm mais sucesso. São geralmente mulheres da família ou vizinhas de confiança que são chamadas para trabalhar nas facções de roupas.

Isso se reflete nas formas de organização da produção que hoje é 100% individualizada, consequência da organização rural brasileira.

¹⁶ Comum ao camponês europeu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Algumas evidências apontam que as Vilas Rurais estudadas apresentam características similares tanto no que se refere à caracterização de seus moradores quanto às especificidades físicas e organizacionais de seus lotes. Embora sutis, as divergências ocorrem em alguns pontos, sobretudo entre a Agrovila e as Vilas Rurais.

Embora os dados referentes à faixa etária e profissão não apareçam discriminados por local, a Agrovila apresentou todos os questionados com idade superior a 55 anos, e 5 deles já se encontravam aposentados. A produção agrícola e a criação de animais assim como nas Vilas Rurais é bastante reduzida, sendo que para a Agrovila ocorre quase exclusivamente para o autoconsumo.

Criada há mais de vinte anos, a Agrovila Terra Boa foi urbanizada em 1993, embora goze de privilégios como a isenção de taxas urbanas, a proximidade com a zona urbana trouxe inconvenientes como entulhos depositados na estrada de acesso e a iminente poluição de corpos hídricos. A grande pressão causada pelo mercado imobiliário local e os altos preços ofertados pelos lotes trouxeram grande rotatividade de moradores. Dentre os questionados, cem por cento adquiriu os lotes por meio de compra, o que justifica a não a presença dos moradores originais – aqueles que primeiro se estabeleceram e obtiveram os lotes por meio de seleção realizada pela prefeitura municipal. Por suas características (lotes urbanizados, menor expressividade da produção, fins quase exclusivos para moradia) é que ela se distância de uma Agrovila propriamente dita, pois, por definição, esta estaria ligada à atividades produtivas rurais.

Com o levantamento e análise dos dados coletados na Agrovila e Vilas Rurais terraboenses, pode-se dizer que houve uma melhoria nas condições socioeconômicas dos moradores, principalmente no que se refere à qualidade de moradia, renda e bens adquiridos. O baixo valor cobrado nas prestações permitiu que parte do orçamento pudesse ser destinado a realização de melhorias nas residências. A exceção de uma única moradora, todos afirmaram gostar de morar na Agrovila ou nas Vilas Rurais demonstrando assim, uma relação afetiva com o lugar.

Embora o programa tenha sido idealizado para atender uma categoria de trabalhadores rurais (bóias-frias) que nunca havia tido suas necessidades colocadas em foco, acabou sendo estendido a outras parcelas de trabalhadores. A produção está quase exclusivamente restrita ao autoconsumo e mesmo esta se encontra limitada pelo fato de os moradores buscarem trabalho, agrícola ou não, na cidade. Os projetos de geração de renda implementados inicialmente foram abandonados e apenas uma pequena parcela de tempo é destinada aos cuidados com os lotes.

O exíguo tamanho dos lotes constitui-se em um dos fatores limitantes para o sucesso do programa, porém, no caso da Agrovila e Vilas Rurais pesquisadas, para além da dimensão da terra, foram levantados entraves como:

- A falta de poços artesianos, uma vez que a água utilizada para irrigação das olerícolas, e retirada de reservatório, não é de boa qualidade. A irrigação feita com a água da SANEPAR além de imprópria é bastante onerosa;
- O afastamento da Emater, órgão responsável pela assistência aos moradores e a falta de insistência nos projetos de geração de renda, pois o associativismo e empreendedorismo que falta aos moradores podem ser aprendidos e trabalhados por meio de cursos e palestras que tratem da temática. A mudança de postura ocorrerá ao longo tempo;
- A não existência de projetos voltados aos jovens que, diferentemente dos pais, possuem uma maior escolaridade e possivelmente uma maior facilidade em se adequar a novas possibilidades.

Projetos de geração de renda – ligados a atividades agrícola ou não – postos em prática nas próprias Vilas freariam os constantes deslocamentos que ainda ocorrem para as cidades e proporcionariam melhoras na qualidade de vida da população aí residente. Hoje as Vilas Rurais estudadas se encontram improdutivas e tem a única função de fornecer moradia, uma irracionalidade, ao pensarmos em 5.000 m² terra que poderiam estar sendo aproveitados de outras formas.

Enfim, as mudanças a serem implementadas na Agrovila e Vilas Rurais fazem parte de um contexto maior, e envolve questões referentes à política agrícola nacional que muitas vezes “dá as costas” aos pequenos produtores. A maioria não recorre ao PRONAF por não haver

garantia de venda de sua produção, e quanto há muitas vezes os preços são baixos e não cobrem as despesas. A insegurança é ainda maior quando as intempéries destroem ou avariam parte da produção, comprometendo assim, o pagamento do empréstimo. Isso se reflete na baixa ou quase inexistente produtividade registrada, o alento dos moradores fica exclusivamente por conta da garantia de uma casa para morar enquanto suas prestações junto a COHAPAR estiverem sendo pagas.

Durante a realização do trabalho percebeu-se a importância que a Geografia pode e deve assumir na elaboração de diagnósticos e avaliação das potencialidades produtivas que se encontram no local estudado. Estas ações podem ser realizadas por meio de pesquisas socioeconômicas, levantamentos históricos e questionários aplicados tanto aos produtores quanto no comércio local, e que investiguem os produtos que possuem maior aceitabilidade, maior possibilidade de se agregar valor e visem à diversificação da produção. O trabalho pode ser realizado tendo como foco tanto as atividades agrícolas como as não-agrícolas. A interdisciplinaridade deve estar presente ao articular as várias contribuições de diversos ramos do conhecimento para o processo de formação cooperada e associativa dos trabalhadores. Só assim poderíamos dizer que o programa Vilas Rurais obteve pleno sucesso.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Y. R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC, 1992.

ALVES, Flamarion Dutra; FERREIRA, Enéas Rente. **Panorama metodológico na geografia rural**: apontamentos para a história do pensamento geográfico. Disponível em: <<http://www.rc.unesp.br/igce/simpgeo/885-895flamarion.pdf>>. Acesso em: 10/02/2010.

ANDROCIOLI FILHO, Armando. **Café adensado**: espaçamentos e cuidados no manejo da lavoura. Londrina: IAPAR, 2002.

ASARI, Alice Yatiyo; MUNIZ, Helena M. Cabelo; ROSA, Miriam Dantas; Programa Vilas Rurais: política pública de fixação dos trabalhadores no campo? In: **Revista Geografia**. Vol. 11, Nº 1. Londrina: 2002.

ASSESSORIA DA PMTB. **Município de Terra Boa lança o Programa Compra Direta**. Correio Terraboense, Ano V, Edição 209, de 06 a 12 de julho de 2009.

BANA, Luzia. **Vilas Rurais no processo de transformação do espaço rural no município de Paranavaí**. 2001. (Dissertação de Mestrado) Presidente Prudente. Unesp.

BANCO NACIONAL DA AGRICULTURA FAMILIAR. **Desenvolvimento rural e sustentável**. Fundação Brasília: 1999.

BERNARDES, L. M. C. O Problema das “Frentes Pioneiras” no Estado do Paraná. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Nº 3, julho-setembro de 1953.

BIASI, Carlos Antônio. Vila Rural. In: IAPAR. **ORNAs, ocupações rurais não agrícolas**: oficina de atualização temática. Londrina: IAPAR, 2000. p. 71-72.

BONETI, L. W. **O silêncio das águas**: políticas públicas, meio ambiente e exclusão social. Ijuí: Unijuí, 1998.

BRASIL. **Lei 4.504**, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4504.htm>. Acesso em: 07 de julho de 2009.

_____. **Lei 4.829**, de 05 de novembro de 1965. Institucionaliza o Crédito Rural. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L4829.htm>>. Acesso em: 15 de março de 2010.

_____. **Lei 11.446**, de 05 de janeiro de 2007. Altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos2007-2010/2007/Lei/L11446.htm#art1>. Acesso em: 07 de julho de 2009.

BROIETTI, Marcos Henrique. Os assalariados rurais temporários de Florestópolis. In: FRESCA, Tânia M; SALVI, Rosana F; ARCHELA, Rosely S. (Orgs.). **Dimensões do espaço Paranaense**. Londrina: Eduel, 2002. p. 77-103.

BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da Agricultura: trigo e soja**. Petrópolis: Vozes, 1988.

CARNEIRO, Maria José. Pluriatividade no campo: o caso francês. (1996). Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_32/rbcs32_06.htm. Acesso em: 28/05/2010.

CECILIO, J. C. **Anúncio veiculado pela Companhia logo após sua denominação ser alterada**. Disponível em: <<http://maringaparanabrasil.blogspot.com>> Acesso em: 03 de janeiro de 2010.

COHAPAR. **Cohapar lança projeto de habitação rural e suspende Vilas Rurais**. Disponível em: <<http://www.cohapar.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=220>>. Acesso em 15 de junho de 2009.

COHAPAR. **Vilas Rurais: a transformação que o Paraná vê**. Curitiba: Secretaria Especial de Política Habitacional. Companhia de Habitação do Paraná, 1998.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná**. São Paulo: Ave Maria, 1975.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1991.

CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva. **Breves considerações sobre o conceito de políticas públicas e seu controle jurisdicional**. Jus Navigandi, Teresina, ano 10, n. 797, 8 set. 2005. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/7254>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2010.

DEMANGEON, Albert. **Problemas de Geografia Humana**. Tradução de Rocío de Terán. Barcelona: Omega, 1956.

D'INCAO, Maria Conceição. **O Bóia-fria: acumulação e miséria**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

EMATER-Escritório Municipal de Terra Boa. **Plano de ação: Vila Rural Recanto Verde**. Terra Boa: EMATER, 1999.

_____. **Plano de ação: Vila Rural Nova Jerusalém**. Terra Boa: EMATER, 1999.

EMBRAPA. **Levantamento de reconhecimento dos solos do Estado do Paraná**. Curitiba: EMBRAPA; Londrina: IAPAR, 1984.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Movimento Camponês Rebelde: a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

FERREIRA, Francisco H. G. et al. Ascensão e queda da desigualdade de renda no Brasil. **Revista Econômica**. Rio de Janeiro, Vol. 8, Nº 1, junho 2006, p. 147-169.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **O Paraná e seus municípios**. Maringá: Memória Brasileira, 1996.

FLEISCHFRESSER, Vanessa. **Modernização Tecnológica da Agricultura**: contratos regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70. Curitiba: IPARDES, 1988.

FRESCA, Tania M. **A rede urbana do Norte do Paraná**. Londrina: Eduel, 2004.

FRESCA, Tania M; SALVI, Rosana F; ARCHELA, Rosely S. (Orgs.). **Dimensões do espaço Paranaense**. Londrina: Eduel, 2002.

FREYRE, Gilberto. **Rurbanização**: que é? Recife: Massangana, 1982.

FÜRSTENAU, Vivian. **A política de Crédito Rural na economia brasileira pós 1960**. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br>> Acesso em 15 de março de 2010.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1977.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOOGLE EARTH. Imagem de satélite. **Vista aérea de Terra Boa**, 2010. Disponível em: <<http://www.earthgoogle.com>> Acesso em: 13 de maio de 2010.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Normas Operacionais do Programa Vila Rural**. Curitiba. SEPL/PR: 1995.

HESPAHOL, Antonio Nivaldo. A formação sócio-espacial da região de Campo Mourão e dos municípios de Ubatã, Campina da Lagoa e Nova Cantu – PR. **Boletim de Geografia**, Maringá: UEM, v. 11, n.1, p. 17-28, dez. 1993.

_____. **O binômio soja/trigo na modernização da agricultura do Paraná: o caso dos municípios de Ubatã, Campina da Lagoa e Nova Cantu**. Rio Claro. UNESP. 1990. (Dissertação de Mestrado).

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil**: 1980. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em 18 de junho de 2010.

_____. **Censos Agropecuários**: 1920/2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em 15 de maio de 2010.

_____. **Censo Demográfico**: 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em 15 de janeiro de 2011.

IPARDES. **Atlas das necessidades habitacionais do Paraná**. Curitiba: IPARDES, 2004.

_____. **Desenvolvimento local e estratégias familiares em Vilas Rurais**: registro fotográfico. Curitiba: IPARDES, 2003.

_____. **Leituras regionais:** mesorregião Centro-Ocidental Paranaense. Curitiba: IPARDES/BRDE, 2004.

_____. **Primeiros resultados do Censo Agropecuário 2006 – Paraná.** Disponível em : <<http://www.ipardes.pr.gov.br>> Acesso em 02 de julho de 2009.

_____. **Programa de melhoria da qualidade de vida do trabalhador rural:** subprograma de Vilas Rurais. Curitiba: IPARDES, 1995.

KAGEYAMA, Angela (Org.) **O novo padrão agrícola brasileiro:** do complexo rural aos complexos agroindustriais. Brasília: IPEA, 1987.

KLEINKE, Maria de Lourdes Urban; DESCHAMPS, Marley Vanice; MOURA, Rosa. Movimento Migratório no Paraná (1986-91 e 1991-96): origens distintas e destinos convergentes. **Revista paranaense de desenvolvimento.** Curitiba, n.95, jan./abr. 1999, p. 27-50.

LIBARDI, Diócles; DELGADO, Paulo. **A redução do trabalho agrícola no Paraná.** Curitiba: IPARDES. n.95, jan./abr. 1999, p. 51-59.

LIMA, Maria das Graças. **A sobrevivência dos sítios rurais em Moreira Sales, PR.** 1993. 131f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Faculdade de filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

LUZ, France. **O fenômeno urbano numa Zona Pioneira:** Maringá. Maringá: Gráfica municipal de Maringá, 1997.

MAACK, Reinhard. **Geografia física do Estado do Paraná.** Curitiba: BADEP/UTFPR/IBTP, 1968.

_____. **Mapa fitogeográfico do Estado do Paraná.** Curitiba: IBPI, 1950. Escala: 1: 1750.000.

MARQUES, Lenita Maria; VERDE, Valéria Villa. **Avaliação de impacto socioeconômico das atividades comunidades rurais pobres e Vilas Rurais do componente desenvolvimento da área social do Projeto Paraná 12 Meses.** Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n.112, p.187-193, jan./jun. 2007.

MARTINE, G.; GARCIA, R. C. **Os impactos sociais da modernização agrícola.** São Paulo: Caetés, 1987.

MARTINS, Cecília Maria Pereira. **Treze pode ser sinônimo de riqueza:** COOPERTREZE – uma proposta de reestruturação. Rio Claro - SP. UNESP. 1.998.

MARTINS, José Souza. **Expropriação e Violência:** a questão política no campo. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. **Os Camponeses e a Política no Brasil.** 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **Reforma Agrária:** o impossível diálogo. São Paulo: 2000.

- MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.
- MDA. **Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Disponível em <<http://www.mda.gov.br>> Acesso em: 14 de março de 2010.
- MEDEIROS, Leonilde. et al. **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Unesp, 1995.
- MEDEIROS, Natalino H. **O mercado agroindustrial cooperativo norte-paranaense e o novo padrão competitivo da década**. Texto para discussão nº 32. Maringá, Universidade estadual de Maringá, Departamento de Economia, out. 1997.
- MONBEIG, P. A Geografia no ensino secundário. p.163-171. In: **Boletim Geográfico**. v.3, n.26, 1945.
- _____. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, Polis, 1984.
- MORO, Dalton Áureo. **Substituição de culturas e transformações na organização do espaço Rural do município de Maringá**. 1980. (Dissertação de Mestrado) São Paulo. USP.
- _____. **Substituição de culturas, modernização agrícola e organização do espaço rural, no Norte do Paraná**. 1991. Tese (Doutorado em Geografia)- Universidade Estadual Paulista-UNESP, Rio Claro.
- MOURA, Maria Margarida. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986.
- MUNHOZ, Dercio G. **Economia agrícola – agricultura: uma defesa dos subsídios**. Petrópolis: Vozes, 1982.
- NAVARRO, Z. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. Revista Estudos Avançados. São Paulo, v. 15 p. 43, dez. 2001.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. (Org.). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 63-110.
- _____. Agricultura brasileira: transformações recentes no campo brasileiro. In: ROSS, J. L. S. (Org.). **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2001.
- OLIVEIRA, Jelson. A farsa das Vilas Rurais agora é Plano de Governo de Serra. **Revista Espaço Acadêmico**. Ano II, Nº 17 – Outubro/2002. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br>>. Acesso em 13 de janeiro de 2010.
- ORMOND, José Geraldo Pacheco. **Glossário de termos usados em atividades agropecuárias, florestais e ciências ambientais**. Rio de Janeiro: BNDES, 2006.
- PEREIRA, Laércio B. **O Estado e o desempenho da agricultura paranaense no período de 1975-85**. Revista de Economia e Sociologia Rural. Brasília, v.30, n.2, p.115-133, abr./jun. 1992.

PONTE, Karina Furini da. **Uma análise geográfica das novas ruralidades e do controle social nas vilas rurais Da Paz em Rolândia e João Inocente em Cambé**. 2004. (Dissertação de Mestrado). Presidente Prudente. UNESP/FCT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA. **Plano Diretor Municipal-ATI**- Disponível em: <<http://www.terraboa.pr.gov.br>> Acesso em 27 de março de 2010.

PROJETO PARANÁ 12 MESES. Disponível em: <<http://www.simep.seab.pr.gov.br>> Acesso em 15 de março de 2010.

REIS, Iraci Ozéas dos. Projeto Vilas Rurais. In: FUJIWARA, L. M.; ALESSIO, N. L. N.; FARAH, M. F. S. (Orgs.). **20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania**. São Paulo: Programa de Gestão Pública e Cidadania, 1998. Disponível em: <<http://eaesp.fgv.br/subportais/ceapg/Acervo%20Virtual/Cadernos/Experi%C3%Aancias/1997/14%20-%20vilas.pdf>> Acesso em 15 de fevereiro de 2010.

Revista Isto É. Edição nº 1506. São Paulo: Editora Três, 1998.

ROCHA, Márcio Mendes. Mobilidade forçada - a economia política dos deslocamentos humanos. **Acta Scientiarum**. Maringá, Vol. 21, Nº 1, 1999, p. 153-161.

SANDRONI, Paulo. (org.). **Novíssimo dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SANTOS, Ivo Luiz dos. **Desenvolvimento das Vilas Rurais no Paraná: o caso da Vila Rural Santa Rita**. 2007. (Dissertação de Mestrado) Curitiba. UFPR.

SANTOS, Roseli Alves dos. Vilas Rurais: dez anos de mascaração dos problemas agrários paranaenses. In: **III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária. Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira**. UNESP- Presidente Prudente, 11 a 15 de novembro de 2005.

SAYAD, João. **Crédito Rural no Brasil: avaliação das críticas e das propostas de reforma**. São Paulo: Pioneira, 1984.

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SEAB. **Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento**. Disponível em: <<http://www.seab.pr.gov.br>> Acesso em 25 de agosto de 2009.

SERRA, Elpídio. Os primeiros processos de ocupação da terra e a organização pioneira do espaço agrário paranaense. **Boletim de Geografia**, Maringá, Ano 10, Nº 01, 1992.

SHANIN, Teodor. Definição de camponês: conceituações e desconceituações- o velho e o novo em uma discussão marxista. In: HUMPHREY, John. et al. **Trabalho e Dominação**. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

SILVA, José Graziano. **O novo rural brasileiro**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1999.

_____. (Coord.). **Estrutura Agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SIMAS FILHO, Mário. As vilas dos com-terra: programa do governo estadual retira bóias-frias das favelas e coloca as crianças nas escolas. *Revista Isto É*, 12 de agosto de 1998.

SOUZA, Marcelino de. **Atividades não-agrícolas e desenvolvimento rural no estado do Paraná**. 2000. (Dissertação de Mestrado). Campinas. Unicamp/Feagri.

STECA, Lucinéia Cunha; FLORES, Mariléia Dias. **História do Paraná: do século XVI à década de 1950**. 2. ed. Londrina: Eduel, 2008.

STERNBERG, Hildgard O'Reilly. **Contribuição ao estudo da Geografia**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1946.

TERRA BOA. **Lei nº 96**, de 04 de agosto de 1986. Autoriza doação de terreno e dá outras providências. **Folha de Londrina**, p. 11, 10 de agosto de 1986.

TERRA BOA. **Lei nº 465/93**, de 13 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a ampliação da área urbana do Município, e dá outras providências. **Tribuna de Campo Mourão**, 17 de dezembro de 1993.

TERRA BOA. **Lei nº 658**, de 10 de dezembro de 1997. Autoriza aquisição de imóvel rural para implantação de Vila Rural e dá outras providências. **Tribuna de Campo Mourão**, 17 de dezembro de 1997.

TERRA BOA. **Lei nº 704/99**, de 20 de dezembro de 1999. Altera dispositivos da Lei nº 465/93, de 13 de dezembro de 1993. **Tribuna de Cianorte**, 29 de dezembro de 1999.

WACHOWICZ, Ruy Chistovam. **História do Paraná**. 9. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

WAIBEL, Leo. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

WILKINSON, John. **O Estado, a agroindústria e a pequena produção**. São Paulo-Salvador: Hucitec, 1986.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

I- Caracterização da Vila Rural/Agrovila

1- Nome da Vila Rural/Agrovila: _____.

2- Área total em (ha): _____.

3- Quantidade de lotes: _____.

4- Distância da sede do município: _____.

5- Data da implantação: _____.

6- Quais os recursos/benfeitorias oferecidos:

Energia elétrica () Água encanada () Fossa séptica ()

Transporte escolar () Transporte coletivo () Salão de reuniões ()

Local para armazenar a produção () Outros ()

Quais? _____

_____.

7- Tipo de estradas:

Pavimentadas () Cascalhadas () Outros ()

Qual? _____

_____.

8- Estado de conservação das estradas:

Ótimas () Boas () Razoáveis () Péssimas ()

9- Tipo de cercas divisórias dos lotes:

Arame liso () Arame farpado () Tela () Outra ()

Qual? _____

_____.

10- Estado de conservação das cercas:

Ótimas () Boas () Razoáveis () Péssimas ()

II- Identificação/dados anteriores a vinda para Vila/Agrovila

1- Idade: _____. N° do lote: _____.

2- Gênero: masculino () feminino ()

3- Local de origem: _____.

4- Data de chegada: _____.

5- Por que veio para a região? _____

6- Qual a sua origem? Urbana () Rural ()

7- Por que se inscreveu para o programa:

Para ter um lote para plantar () Deixar de pagar aluguel () Outro ()

Qual? _____

8- Antes de vir morar na Vila/Agrovila qual era sua condição de trabalho?

Trabalhador volante/Bóia-fria () Trabalhador rural fixo()

Trabalhador urbano temporário () Trabalhador urbano fixo()

Meeiro () Parceiro ()

Arrendatário () Proprietário de terra ()

9- Qual era a renda da família antes de vir morar na Vila/Agrovila?

Mais que 3 salários mínimos () 3 salários mínimos () 2 salários mínimos ()

1 salário mínimo () Sem renda ()

10- Antes de vir morar na Vila/Agrovila qual era sua condição de moradia?

Casa própria () Alugada () Cedida ()

11- Em que condições se encontrava a moradia?

Ótimo estado () Bom estado () Péssimo estado ()

12- Quais bens possuía antes de vir morar na Vila/Agrovila?

Casa () Carro () Televisão () Geladeira () Fogão ()

Bicicleta () Máquina de lavar () Motocicleta ()

Outros () Quais? _____.

III- Identificação/dados posteriores a vinda para Vila/Agrovila

1- É morador da Vila/Agrovila há quanto tempo? _____.

2- É o primeiro morador do lote () 2º morador () 3º morador ()

3- Grau de escolaridade:

Pós graduação () Superior completo () Superior incompleto ()

Ensino Médio Completo () Ensino Médio Incompleto ()

Ensino Fundamental Completo () Ensino Fundamental Incompleto ()

4- Como adquiriu o lote?

Inscrição pela prefeitura () Compra de terceiro () Doação ()

Substituição de outros moradores () Outros ()

Qual? _____

_____.

5- Quantas pessoas residem no lote? _____.

6- Quantas pessoas (da família) trabalham no lote? _____.

7- Dados da família:

Gênero	Idade	Escolaridade	Grau de parentesco	Estuda (sim ou não)	Nível de Ensino

8- Além da família há outras pessoas que ajudam no trabalho no lote?

Sim () Não ()

9- Qual a relação de trabalho?

Trabalho temporário () Registrado em carteira () Outro? _____.

Qual? _____

_____.

10- Quantas pessoas (da família) trabalham fora? _____. Em qual profissão?

_____. É registrado em carteira? Sim () Não ()

11- Qual a distância do local de trabalho? _____.

12- Como se desloca para o trabalho?

Carro próprio ()

Transporte coletivo ()

Bicicleta ()

A pé ()

Outro ()

Qual? _____.

13- Qual a renda mensal da família? R\$ _____.

14- Quais os custos com as despesas mensais? R\$ _____.

15- Está conseguindo pagar as prestações? Se não, há quantas prestações em atraso? _____.

16- Como era a Vila/Agrovila quando você chegou? _____

17- A casa na Vila/Agrovila é melhor do que a casa em que você morava?

Sim ()

Não ()

Igual ()

18- Realizou benfeitorias na casa?

Sim ()

Não ()

Qual(is)? _____

19- Quais bens adquiriu após vir morar na Vila/Agrovila?

Casa ()

Carro ()

Televisão ()

Geladeira ()

Fogão ()

Bicicleta ()

Máquina de lavar ()

Motocicleta ()

Computador/internet ()

Outros ()

Quais? _____.

20- Quais as dificuldades encontradas ao se instalar na Vila/Agrovila: _____

21- Você e sua família gostam de morar na Vila/Agrovila? Sim ()

Não ()

Por quê? _____

22- Pretende deixar a Vila/Agrovila? Sim ()

Não ()

Por quê? _____

23- Quais as suas expectativas em relação à Vila/Agrovila? _____

IV- Organização do trabalho no lote

1- Agrícola

		Fins	
Cultura permanente	Cultura temporária	Autoconsumo	Comercialização

1.1- Pecuária

		Fins	
Espécie animal	Nº de cabeças	Autoconsumo	Comercialização

1.2- Piscicultura

		Fins	
Espécie	Nº de tanques	Autoconsumo	Comercialização

1.3- Horticultura

		Fins	
Espécie	Área Cultivada	Autoconsumo	Comercialização

1.4- Relacionar outra(s) atividade(s): _____

2- Onde é comercializada a produção?

Mercados municipais () Feira do produtor () Compra direta ()

Outros ()

Quais? _____

3- Qual o rendimento médio da produção? R\$ _____.

4- Qual o destino da renda obtida com a produção?

Pagamento das despesas () Investimento no lote () Outros ()

Quais? _____

5- Existem outras fontes de renda da família além do trabalho no lote?

Sim () Não () Quais? _____

6- Realiza ou realizou financiamento para a produção? Se sim, citar qual. Se não, especificar o porquê. _____

7- O financiamento conseguiu ser liquidado? Sim () Não ()

8- Quando do financiamento houve orientação por parte de técnicos especializados?

Sim () Não ()

9- Recebe orientações técnicas a respeito da produção? Sim () Não ()

10- Qual o órgão responsável pela orientação:

Emater () Secretaria municipal de agricultura () Cooperativa ()

Outro ()

Qual? _____

11- Como é organizada a produção?

Individualmente () Coletivamente ()

12- Existe alguma forma de organização na Vila/Agrovila?

Associação () Cooperativa () Outras ()

Qual? _____

13- Como a produção é escoada?

14- Existe alguma dificuldade encontrada durante a produção, colheita e/ou comercialização da produção? Relate: _____

15- O que o(a) senhor(a) pensa a respeito das políticas agrícolas (acesso ao crédito, extensão rural, etc.)? _____

16- Realiza atividade não-agrícola no lote? Se sim, qual? _____

APÊNDICE B – Croqui vetorizado-Vila Rural Nova Jerusalém



Fonte: Prefeitura Municipal de Terra Boa. Organização: Santos, Liriani de Lima, 2010.

ANEXO – Distribuição das Vilas Rurais por município e região geográfica

Nº	Município	Mesorregião	Denominação da Vila	Nº de moradias*
1	Abatiá	Norte Pioneiro	Vila Rural Boa Esperança	39
2	Altamira do Paraná	Centro-Occidental	Vila Rural José Alvaro Bittencourt	16
3	Alto Paraíso**	Noroeste	Vila Rural Ilha Grande	89
4	Alto Paraná	Noroeste	Vila Rural Perseverança	52
5	Alto Paraná	Noroeste	Vila Rural Novo Paraná	39
6	Alto Piquiri	Noroeste	Vila Rural Corumbá	19
7	Alto Piquiri	Noroeste	Vila Rural 19 de Dezembro	35
8	Alto Piquiri	Noroeste	Vila Rural Mirante do Piquiri	38
9	Alto Piquiri	Noroeste	Vila Rural Paulistana	81
10	Altônia	Noroeste	Vila Rural Julio Detoni	47
11	Alvorada do Sul	Norte Central	Vila Rural Pedro Lopes Martins	60
12	Amaporã	Noroeste	Vila Rural Bela Vista	70
13	Anahy	Oeste	Vila Rural Bela Vista	12
14	Andirá	Norte Pioneiro	Vila Rural Alphaville	32
15	Andirá	Norte Pioneiro	Vila Rural Recanto Feliz	37
16	Ângulo	Norte Central	Vila Rural Recanto Verde	32
17	Antônio Olinto	Sudeste	Vila Rural Um Passo para o Futuro	23
18	Apucarana	Norte Central	Vila Rural Manoel P. Sobrinho	38
19	Apucarana	Norte Central	Vila Rural Nova Ucrânia	65
20	Apucarana	Norte Central	Vila Rural Terra Prometida	38
21	Apucarana	Norte Central	Vila Rural Correia de Freitas	25
22	Arapongas	Norte Central	Vila Rural Novo Mundo	18
23	Arapoti	Centro-Oriental	Vila Rural Bom Jesus	52
24	Arapoti	Centro-Oriental	Vila Rural União	26
25	Arapuã	Norte Central	Vila Rural São José	32
26	Araruna	Centro-Occidental	Vila Rural Andorinhas	28
27	Araruna	Centro-Occidental	Vila Rural Arara Azul	12
28	Araruna	Centro-Occidental	Vila Rural Sol Nascente	44
29	Assaí	Norte Pioneiro	Vila Rural Das Rosas	41
30	Assis Chateaubriand	Oeste	Vila Rural Raio de Luz	22
31	Astorga	Norte Central	Vila Rural José Sossai	100
32	Atalaia	Norte Central	Vila Rural João de Barro	79
33	Bandeirantes	Norte Pioneiro	Vila Rural Da Olaria	29
34	Bandeirantes	Norte Pioneiro	Vila Rural Perobinha	22
35	Barbosa Ferraz	Centro-Occidental	Vila Rural Beija-flor	24
36	Barbosa Ferraz	Centro-Occidental	Vila Rural Joaquim A. de Souza	33
37	Barbosa Ferraz	Centro-Occidental	Vila Rural Maria Gonçalves Virginio	25
38	Barbosa Ferraz	Centro-Occidental	Vila Rural Nova Morada	46
39	Barra do Jacaré	Norte Pioneiro	Vila Rural Nossa Terra	37
40	Barracão	Sudoeste	Vila Rural Progresso	29
41	Bela Vista do Paraíso	Norte Central	Vila Rural Maria Valone	51
42	Bituruna	Sudeste	Vila Rural Sapopema	21
43	Boa Esperança	Centro-Occidental	Vila Rural Iguaçú	23
44	Boa Esperança	Centro-Occidental	Vila Rural Paulino Leaki	32

45	Boa Esperança do Iguaçú	Sudoeste	Vila Rural Lago Azul	12
46	Boa Ventura de São Roque	Centro Sul	Vila Rural São Miguel	54
47	Boa Vista da Aparecida	Oeste	Vila Rural São Cristóvão	21
48	Boa Vista da Aparecida	Oeste	Vila Rural Unidos em Cristo	34
49	Bom Sucesso	Norte Central	Vila Rural São Francisco de Assis	43
50	Braganey	Oeste	Vila Rural Luz da Terra	27
51	Brasilândia do Sul	Noroeste	Vila Rural Guilherme dos Santos	16
52	Cafeara	Norte Central	Vila Rural Boa Cultura	30
53	Cafelândia	Oeste	Vila Rural Nova Conquista	36
54	Cafezal do Sul	Noroeste	Vila Rural Primavera	22
55	Califórnia	Norte Central	Vila Rural Nova Califórnia	20
56	Califórnia	Norte Central	Vila Rural Nova Figueirinha	26
57	Cambé	Norte Central	Vila Rural João Inocente	37
58	Cambira	Norte Central	Vila Rural Luiz Beleze	23
59	Campina da Lagoa	Centro-Occidental	Vila Rural Nova Campina	47
60	Campina da Lagoa	Centro-Occidental	Vila Rural Santa Luzia	20
61	Campo Bonito	Oeste	Vila Rural Nossa Senhora Aparecida	31
62	Campo do Tenente	Metropolitana	Vila Rural Campo do Tenente	30
63	Campo Mourão	Centro-Occidental	Vila Rural Pedro Kloster Junior	49
64	Cândido de Abreu	Norte Central	Vila Rural Esperança	32
65	Cândido de Abreu	Norte Central	Vila Rural Jacaré	45
66	Cândido de Abreu	Norte Central	Vila Rural Vida Nova	27
67	Cantagalo	Centro Sul	Vila Rural Nossa Senhora Aparecida	21
68	Cantagalo	Centro Sul	Vila Rural São Francisco	48
69	Capitão Leônidas Marques	Oeste	Vila Rural Salto Caxias	34
70	Carlópolis	Norte Pioneiro	Vila Rural Manga Rosa	54
71	Carlópolis	Norte Pioneiro	Vila Rural Teolândia	30
72	Cascavel	Oeste	Vila Rural de Cascavel-Sol Nascente	30
73	Catanduvas	Oeste	Vila Rural Novo Caminho	28
74	Centenário do Sul	Norte Central	Vila Rural Vista Alegre	44
75	Céu Azul	Oeste	Vila Rural Nova União	22
76	Chopinzinho	Sudoeste	Vila Rural Araucárias	46
77	Cianorte	Noroeste	Vila Rural Amanhecer	35
78	Cianorte	Noroeste	Vila Rural Nossa Terra	18
79	Cidade Gaúcha	Noroeste	Vila Rural Fiorencio Barea	73
80	Cidade Gaúcha	Noroeste	Vila Rural Fiorencio Barea	69
81	Cidade Gaúcha	Noroeste	Vila Rural Fiorencio Barea	68
82	Clevelândia	Centro Sul	Vila Rural Sepe Tiaraju	40
83	Colorado	Norte Central	Vila Rural José Artico	65
84	Colorado	Norte Central	Vila Rural Santo Antonio	23
85	Congonhinhas	Norte Pioneiro	Vila Rural Francisco Tozzi	51
86	Conselheiro Mairinck	Norte Pioneiro	Vila Rural Barreirinha	35
87	Corbélia	Oeste	Vila Rural Nossa Senhora Salete	52
88	Coronel Domingos Soares	Centro Sul	Vila Rural Alberto Carraro	62
89	Corumbataí do Sul	Centro-Occidental	Vila Rural Novos Caminhos	38
90	Cruzeiro do Oeste	Noroeste	Vila Rural Joaquim de Paula Leite	51
91	Cruzeiro do Sul	Noroeste	Vila Rural Prefeito Antonio Sarrão	66
92	Cruzaltina	Norte Central	Vila Rural Nossa Senhora das Graças	16
93	Cruzaltina	Norte Central	Vila Rural Padre João Segá	37
94	Curitiba	Metropolitana	Vila Rural Santa Rita	30

95	Curiúva	Norte Pioneiro	Vila Rural Boa Vista	83
96	Diamante do Norte	Noroeste	Vila Rural Nossa Senhora de Fátima	54
97	Diamante d'Oeste	Oeste	Vila Rural Beira Rio	18
98	Dois Vizinhos	Sudoeste	Vila Rural Canarinho	37
99	Dois Vizinhos	Sudoeste	Vila Rural Verdes Campos	47
100	Douradina	Noroeste	Vila Rural João Corsini	40
101	Doutor Camargo	Norte Central	Vila Rural Sol Nascente	34
102	Engenheiro Beltrão	Centro-Ocidental	Vila Rural Francisca Ferreira Borges	53
103	Engenheiro Beltrão	Centro-Ocidental	Vila Rural Portal do Sol	37
104	Esperança Nova	Noroeste	Vila Rural 21 de Dezembro	26
105	Farol	Centro-Ocidental	Vila Rural Nossa Senhora Aparecida	39
106	Faxinal	Norte Central	Vila Rural Nova Altamira	38
107	Fênix	Centro-Ocidental	Vila Rural Boa Esperança	26
108	Fênix	Centro-Ocidental	Vila Rural Vale Verde	26
109	Figueira	Norte Pioneiro	Vila Rural José Abraão	13
110	Floresta	Norte Central	Vila Rural Antonio Luigi Martinelli	26
111	Flórida	Norte Central	Vila Rural Antonio Tomazini	58
112	Formosa do Oeste	Oeste	Vila Rural Santo Antonio	26
113	Foz do Iguaçu	Oeste	Vila Rural Das Cataratas	74
114	Foz do Iguaçu	Oeste	Vila Rural Foz do Iguaçu	36
115	Francisco Alves	Noroeste	Vila Rural Bem-te-vi	33
116	Francisco Beltrão	Sudoeste	Vila Rural Água Viva	34
117	Francisco Beltrão	Sudoeste	Vila Rural Gralha Azul	79
118	General Carneiro	Sudeste	Vila Rural Morro Alto	24
119	Godoy Moreira	Norte Central	Vila Rural Cantinho Abençoado	25
120	Goioerê	Centro-Ocidental	Vila Rural Flor D'Oeste	43
121	Goioerê	Centro-Ocidental	Vila Rural Progresso	51
122	Goioxim	Centro Sul	Vila Rural Jacutinga	32
123	Guaíra	Oeste	Vila Rural Basileu Barbosa de Lima	30
124	Guaíra	Oeste	Vila Rural Dr. Fernando L. Quinta	30
125	Guairaçá	Noroeste	Vila Rural Santa Terezinha	25
126	Guamiranga	Sudeste	Vila Rural Águas Claras	16
127	Guapirama	Norte Pioneiro	Vila Rural Nossa Senhora de Fátima	53
128	Guaporema	Noroeste	Vila Rural Sol Nascente	50
129	Guaraci	Norte Central	Vila Rural Gralha Azul	50
130	Guarapuava	Centro Sul	Vila Rural Maria das Dores	60
131	Ibaiti	Norte Pioneiro	Vila Rural Amorzinha	24
132	Ibaiti	Norte Pioneiro	Vila Rural Ananias Costa	25
133	Ibaiti	Norte Pioneiro	Vila Rural São Roque do Pico	35
134	Ibaiti	Norte Pioneiro	Vila Rural Vasoural	30
135	Ibema	Oeste	Vila Rural Causa de Todos	23
136	Ibiporã	Norte Central	Vila Rural Taquara do Reino	86
137	Icaraíma	Noroeste	Vila Rural Esperança	37
138	Icaraíma	Noroeste	Vila Rural Primavera	17
139	Iguaraçu	Norte Central	Vila Rural Isaac Rabin	70
140	Iguatu	Oeste	Vila Rural Santa Ana	12
141	Imbaú	Centro-Ocidental	Vila Rural Nossa Senhora Aparecida	53
142	Imbituva	Sudeste	Vila Rural Corte de Ouro	50
143	Imbituva	Sudeste	Vila Rural Unidos da Esperança	36
144	Inácio Martins	Centro Sul	Vila Rural Boa Vista	23

145	Inajá	Noroeste	Vila Rural Sebastião Vieira	89
146	Ipiranga	Sudeste	Vila Rural Alvorada	41
147	Ipiranga	Sudeste	Vila Rural Amor Divino	34
148	Ipiranga	Sudeste	Vila Rural Vida Nova	26
149	Iporã	Noroeste	Vila Rural Santo Tomazzela	106
150	Irati	Sudeste	Vila Rural Do Futuro	37
151	Iretama	Centro-Occidental	Vila Rural Cidade Nova	80
152	Iretama	Centro-Occidental	Vila Rural Colméia	42
153	Iretama	Centro-Occidental	Vila Rural Santa Rita de Cássia	27
154	Iretama	Centro-Occidental	Vila Rural Colinas Verdes	44
155	Itaipulândia	Oeste	Vila Rural Esperança	15
156	Itaipulândia	Oeste	Vila Rural São Miguel	21
157	Itaipulândia	Oeste	Vila Rural Nova Itacora	20
158	Itambaracá	Norte Pioneiro	Vila Rural Pedro Marinho	27
159	Itambé	Norte Central	Vila Rural Luis Ursulino	58
160	Itaúna do Sul	Noroeste	Vila Rural Nossa Senhora Aparecida	27
161	Itaúna do Sul	Noroeste	Vila Rural Nossa Senhora do Rocio	49
162	Ivaí	Sudeste	Vila Rural Do Futuro	30
163	Ivaí	Sudeste	Vila Rural Feliz	19
164	Ivaiporã	Norte Central	Vila Rural Ivainópolis	71
165	Ivaté	Noroeste	Vila Rural Algust Henrich Herwig	30
166	Ivaté	Noroeste	Vila Rural Menino Jesus	62
167	Ivaté	Noroeste	Vila Rural Xetás	71
168	Ivatuba	Norte Central	Vila Rural Olyntho Schimidt	43
169	Jaboti	Norte Pioneiro	Vila Rural José Benedito de Oliveira	35
170	Jacarezinho	Norte Pioneiro	Vila Rural Novo Texas	48
171	Jaguapitã	Norte Central	Vila Rural Nova Esperança	40
172	Jaguariaíva	Centro-Oriental	Vila Rural Flor do Ipê	31
173	Jandaia do Sul	Norte Central	Vila Rural Paraíso	8
174	Jandaia do Sul	Norte Central	Vila Rural Paraíso	54
175	Jandaia do Sul	Norte Central	Vila Rural Vicente Pupio	20
176	Janiópolis	Centro-Occidental	Vila Rural Deputado Elias Abraão	40
177	Janiópolis	Centro-Occidental	Vila Rural Nossa Terra	19
178	Japira	Norte Pioneiro	Vila Rural Povo Irmão	46
179	Japurá	Noroeste	Vila Rural Santa Cecília	16
180	Jardim Alegre	Norte Central	Vila Rural Genibre Ayres Machado	26
181	Jesuítas	Oeste	Vila Rural Verdes Campos	35
182	Jundiaí do Sul	Norte Pioneiro	Vila Rural Recanto do Sol	61
183	Juranda	Centro-Occidental	Vila Rural Alto Alegre	46
184	Jussara	Noroeste	Vila Rural Gralha Azul	38
185	Jussara	Noroeste	Vila Rural São Cristovão	21
186	Lapa	Metropolitana	Vila Rural Rio da Areia	15
187	Laranjal	Centro Sul	Vila Rural São Caetano	41
188	Laranjeiras do Sul	Centro Sul	Vila Rural Unidos	44
189	Leópolis	Norte Pioneiro	Vila Rural Esperança	43
190	Lidianópolis	Norte Central	Vila Rural Cândido José Milinski	17
191	Lidianópolis	Norte Central	Vila Rural Sebastião Coelho do Carmo	56
192	Lindoeste	Oeste	Vila Rural Colina da Esperança	30
193	Loanda	Noroeste	Vila Rural Sagrada Família	36
194	Loanda	Noroeste	Vila Rural Vai Quem Quer	38

195	Londrina	Norte Central	Vila Rural Londrina Lerroville II	46
196	Londrina	Norte Central	Vila Rural Barão Alexandre	47
197	Londrina	Norte Central	Vila Rural Da Luz	35
198	Londrina	Norte Central	Vila Rural Londrina III	80
199	Londrina	Norte Central	Vila Rural Londrina IV	53
200	Luiziana	Centro-Occidental	Vila Rural Novo Horizonte	23
201	Luiziana	Centro-Occidental	Vila Rural Valinhos	63
202	Lunardelli	Norte Central	Vila Rural Francisco Jardim	101
203	Lupionópolis	Norte Central	Vila Rural Arco-íris	62
204	Mallet	Sudeste	Vila Rural João Maria	26
205	Mamborê	Centro-Occidental	Vila Rural Nova Alvorada	19
206	Mandaguauçu	Norte Central	Vila Rural Elza Lerner	87
207	Mangueirinha	Centro Sul	Vila Rural Três Pinheiros	59
208	Manoel Ribas	Norte Central	Vila Rural Bela Vista	18
209	Manoel Ribas	Norte Central	Vila Rural Novos Caminhos	18
210	Manoel Ribas	Norte Central	Vila Rural Ponto Alto/Geraldo Schmoller	17
211	Manoel Ribas	Norte Central	Vila Rural Santa Mariana	31
212	Marechal Cândido Rondon	Oeste	Vila Rural Santa Clara	57
213	Maria Helena	Noroeste	Vila Rural Ricardo Brunelli	50
214	Marilândia do Sul	Norte Central	Vila Rural De Nova Amoreira	25
215	Marilena	Noroeste	Vila Rural Quatro Marcos	40
216	Marumbi	Norte Central	Vila Rural Ademar Pini	130
217	Marumbi	Norte Central	Vila Rural Flor do Vale	38
218	Matelândia	Oeste	Vila Rural Sagrada Família	17
219	Matelândia	Oeste	Vila Rural Santa Maria	35
220	Mauá da Serra	Norte Central	Vila Rural Nova Esperança	63
221	Mauá da Serra	Norte Central	Vila Rural Tamotsu Sato	40
222	Medianeira	Oeste	Vila Rural Frutos da Terra	29
223	Miraselva	Norte Central	Vila Rural Da União	28
224	Missal	Oeste	Vila Rural Amigos da Terra	36
225	Moreira Sales	Centro-Occidental	Vila Rural João A. P. Alencar	21
226	Munhoz de Melo	Norte Central	Vila Rural José Venâncio Sobrinho	35
227	Nossa Senhora das Graças	Norte Central	Vila Rural Antonio Jorge de Souza	57
228	Nossa Senhora das Graças	Norte Central	Vila Rural Wilson Volpato	46
229	Nova Aliança do Ivaí	Noroeste	Vila Rural Esperança	28
230	Nova América da Colina	Norte Pioneiro	Vila Rural Cedro/Cipriano R. Sanches	35
231	Nova Cantu	Centro-Occidental	Vila Rural Araucária	61
232	Nova Cantu	Centro-Occidental	Vila Rural Santo Rei	37
233	Nova Esperança	Norte Central	Vila Rural Esperança	127
234	Nova Fátima	Norte Pioneiro	Vila Rural Tulhas	109
235	Nova Londrina	Noroeste	Vila Rural Itio Kondo	91
236	Nova Olímpia	Noroeste	Vila Rural Nova Olímpia	39
237	Nova Prata do Iguauçu	Sudoeste	Vila Rural Entre Rios	33
238	Nova Santa Bárbara	Norte Pioneiro	Vila Rural Sol Nascente	49
239	Nova Tebas	Norte Central	Vila Rural Esperança	40
240	Nova Tebas	Norte Central	Vila Rural Santa Clara	14
241	Nova Tebas	Norte Central	Vila Rural Vila Verde	15
242	Novo Itacolomi	Norte Central	Vila Rural Euza Borges Gomes	21
243	Ortigueira	Centro-Oriental	Vila Rural Água das Pedras	29
244	Ortigueira	Centro-Oriental	Vila Rural Chaves de Ouro	71

245	Ortigueira	Centro-Oriental	Vila Rural Monjolinho	45
246	Ourizona	Norte Central	Vila Rural Antonio Picoli	19
247	Ouro Verde do Oeste	Oeste	Vila Rural Ouroeste	37
248	Palmas	Centro Sul	Vila Rural Folha Verde	42
249	Palmas	Centro Sul	Vila Rural Novos Caminhos	60
250	Palmeira	Centro-Oriental	Vila Rural Real	35
251	Palmital	Centro Sul	Vila Rural Alta Floresta	29
252	Palotina	Oeste	Vila Rural Quinto Abraao Delazari	46
253	Palotina	Oeste	Vila Rural Terra da Gente	26
254	Paraíso do Norte	Noroeste	Vila Rural Ouro Verde	116
255	Paranacity	Noroeste	Vila Rural Paranacity II	62
256	Paranacity	Noroeste	Vila Rural Monte Alto	66
257	Paranavaí	Noroeste	Vila Rural Dourada	77
258	Paranavaí	Noroeste	Vila Rural Monte Alto	22
259	Paranavaí	Noroeste	Vila Rural Paranavaí	59
260	Paranavaí	Noroeste	Vila Rural Nova Vida	105
261	Paranavaí	Noroeste	Vila Rural Santa Mônica	41
262	Paranavaí	Noroeste	Vila Rural Vereador José Dolvino Garcia	48
263	Paula Freitas	Sudeste	Vila Rural Santa Luzia	21
264	Peabiru	Centro-Occidental	Vila Rural Lary Calixto Razzolini	34
265	Perobal	Noroeste	Vila Rural Nova Jerusalém	36
266	Pérola	Noroeste	Vila Rural Pequim Tenório de Moura	36
267	Pinhão	Centro Sul	Vila Rural Bom Jesus	37
268	Piraí do Sul	Centro-Oriental	Vila Rural Raios de Sol	18
269	Pitanga	Centro Sul	Vila Rural Barra Bonita	22
270	Pitanga	Centro Sul	Vila Rural Nossa Senhora Aparecida	45
271	Pitanga	Centro Sul	Vila Rural Rio XV	22
272	Pitanga	Centro Sul	Vila Rural Tarcílio Ferreira Messias	20
273	Pitangueiras	Norte Central	Vila Rural Antonio Pinguelli	23
274	Pitangueiras	Norte Central	Vila Rural Ernesto Sgorion	42
275	Pitangueiras	Norte Central	Vila Rural Manoel Garcia Espinosa	19
276	Planaltina do Paraná	Noroeste	Vila Rural Vila Feliz	30
277	Ponta Grossa	Centro-Oriental	Vila Rural Bocaina II	23
278	Ponta Grossa	Centro-Oriental	Vila Rural Bocaina/Campos Verdes	17
279	Ponta Grossa	Centro-Oriental	Vila Rural Santa Madalena	35
280	Porecatu	Norte Central	Vila Rural Da Amizade	54
281	Porto Barreiro	Centro Sul	Vila Rural Imaculada Conceição	30
282	Porto Rico	Noroeste	Vila Rural Três Ranchos	25
283	Prado Ferreira	Norte Central	Vila Rural Vila Feliz	29
284	Presidente Castelo Branco	Norte Central	Vila Rural Presidente Castelo Branco II	32
285	Presidente Castelo Branco	Norte Central	Vila Rural Boa Esperança	49
286	Presidente Castelo Branco	Norte Central	Vila Rural Presidente Castelo Branco III	24
287	Prudentópolis	Sudeste	Vila Rural Beira Rio	27
288	Prudentópolis	Sudeste	Vila Rural Pinheirinho	20
289	Quarto Centenário	Centro-Occidental	Vila Rural Porta do Céu	39
290	Quatiguá	Norte Pioneiro	Vila Rural Nascente do Sol	23
291	Quedas do Iguaçu	Centro Sul	Vila Rural Novo Horizonte-Novo Iguaçu	52
292	Quedas do Iguaçu	Centro Sul	Vila Rural Rio das Cobras I Fase	67
293	Querência do Norte	Noroeste	Vila Rural Querência Unida	75
294	Quinta do Sol	Centro-Occidental	Vila Rural Judite A. Rodrigues	28

295	Quinta do Sol	Centro-Occidental	Vila Rural O Sol Nasce para Todos	31
296	Quitandinha	Metropolitana	Vila Rural Esperança	20
297	Quitandinha	Metropolitana	Vila Rural Quitandinha	10
298	Rancho Alegre d'Oeste	Centro-Occidental	Vila Rural Santa Felicidade	20
299	Rebouças	Sudeste	Vila Rural Nova Geração	27
300	Reserva	Centro-Oriental	Vila Rural Do Vau	42
301	Reserva do Iguaçu	Centro Sul	Vila Rural Reserva do Iguaçu	36
302	Ribeirão Claro	Norte Pioneiro	Vila Rural Otávio Salvador	25
303	Ribeirão do Pinhal	Norte Pioneiro	Vila Rural Boa Esperança	30
304	Ribeirão do Pinhal	Norte Pioneiro	Vila Rural Triolândia	27
305	Rio Branco do Ivaí	Norte Central	Vila Rural Doarte Izaltino	51
306	Rio Branco do Ivaí	Norte Central	Vila Rural Possidônio F. da Cunha	39
307	Rio Negro	Metropolitana	Vila Rural Esperança	33
308	Rio Negro	Metropolitana	Vila Rural Roseira	21
309	Rolândia	Norte Central	Vila Rural Da Paz	34
310	Roncador	Centro-Occidental	Vila Rural São João	34
311	Roncador	Centro-Occidental	Vila Rural União	31
312	Rondon	Noroeste	Vila Rural Independência	55
313	Rosário do Ivaí	Norte Central	Vila Rural Wenceslau Stenbarski	31
314	Salgado Filho	Sudoeste	Vila Rural Terra da Esperança	23
315	Salto do Itararé	Norte Pioneiro	Vila Rural Areia Branca	38
316	Salto do Lontra	Sudoeste	Vila Rural Nova Brasília	37
317	Santa Amélia	Norte Pioneiro	Vila Rural Novo Horizonte	34
318	Santa Cruz de Monte Castelo	Noroeste	Vila Rural Santa Cruz	42
319	Santa Fé	Norte Central	Vila Rural João Torrenho Roldan	79
320	Santa Helena	Oeste	Vila Rural Companheiros da Terra	22
321	Santa Helena	Oeste	Vila Rural Costa Oeste	23
322	Santa Isabel do Ivaí	Noroeste	Vila Rural Nossa Senhora Aparecida	30
323	Santa Isabel do Ivaí	Noroeste	Vila Rural Santa Izabel do Ivaí	20
324	Santa Izabel do Oeste	Sudoeste	Vila Rural Renascer	41
325	Santa Mariana	Norte Pioneiro	Vila Rural Luiz Bassi	63
326	Santa Mônica	Noroeste	Vila Rural Nossa Senhora Aparecida	30
327	Santa Mônica	Noroeste	Vila Rural Santa Fé	25
328	Santa Tereza do Oeste	Oeste	Vila Rural Ademir Renosto	33
329	Santo Antônio da Platina	Norte Pioneiro	Vila Rural Santa Bernadete	35
330	Santo Antonio do Caiuá	Noroeste	Vila Rural Da Esperança	34
331	Santo Antônio do Paraíso	Norte Pioneiro	Vila Rural Renascer	43
332	Santo Inácio	Norte Central	Vila Rural Vida Nova/Vista Alegre	36
333	São Carlos do Ivaí	Noroeste	Vila Rural Gralha Azul	60
334	São Jerônimo da Serra	Norte Pioneiro	Vila Rural São Jerônimo da Serra	60
335	São João do Caiuá	Noroeste	Vila Rural União	35
336	São João do Ivaí	Norte Central	Vila Rural Benedito Segato	30
337	São João do Ivaí	Norte Central	Vila Rural Emilio Paralego	16
338	São João do Ivaí	Norte Central	Vila Rural Maria de Lourdes Fernandes	19
339	São João do Triunfo	Sudeste	Vila Rural União Triunfense	21
340	São Jorge d'Oeste	Sudoeste	Vila Rural Lagos do Iguaçu	25
341	São Jorge d'Oeste	Sudoeste	Vila Rural Pref. Adelarte Umiltro Debortol	27
342	São Jorge do Patrocínio	Noroeste	Vila Rural Bom Jesus	30
343	São José das Palmeiras	Oeste	Vila Rural Palmeiras	14
344	São Manoel do Paraná	Noroeste	Vila Rural Modelo	17

345	São Mateus do Sul	Sudeste	Vila Rural Jardim dos Ervais	19
346	São Mateus do Sul	Sudeste	Vila Rural Jardim Pérola do Iguaçu	12
347	São Miguel do Iguaçu	Oeste	Vila Rural Verdes Campos	80
348	São Pedro do Iguaçu	Oeste	Vila Rural Da Paz	45
349	São Pedro do Ivaí	Norte Central	Vila Rural Deus Presente	44
350	São Pedro do Ivaí	Norte Central	Vila Rural Vida Feliz	41
351	São Sebastião da Amoreira	Norte Pioneiro	Vila Rural Belmiro Golveia	47
352	São Sebastião da Amoreira	Norte Pioneiro	Vila Rural Os Pioneiros e Fundadores	35
353	Sapopema	Norte Pioneiro	Vila Rural Das Orquídeas	15
354	Sapopema	Norte Pioneiro	Vila Rural Santa Isabel	39
355	Serranópolis do Iguaçu	Oeste	Vila Rural Verde Vida	22
356	Siqueira Campos	Norte Pioneiro	Vila Rural Alemoa	36
357	Siqueira Campos	Norte Pioneiro	Vila Rural Odilon Leite Rodrigues	30
358	Siqueira Campos	Norte Pioneiro	Vila Rural Wilson Fontanelli	30
359	Tamarana	Norte Central	Vila Rural Dois Pinheiros	49
360	Tamarana	Norte Central	Vila Rural Nossa Senhora Aparecida	38
361	Tapejara	Noroeste	Vila Rural Sant' Ana	81
362	Tapira	Noroeste	Vila Rural Fani Lerner	25
363	Tapira	Noroeste	Vila Rural Ouro Verde	43
364	Teixeira Soares	Sudeste	Vila Rural Nova Esperança	28
365	Telêmaco Borba	Centro-Oriental	Vila Rural Brilho do Sol	56
366	Terra Boa	Centro-Occidental	Vila Rural Nova Jerusalém	78
367	Terra Boa	Centro-Occidental	Vila Rural Recanto Verde	53
368	Terra Rica	Noroeste	Vila Rural Estrela do Norte	62
369	Terra Rica	Noroeste	Vila Rural Três Morrinhos	55
370	Terra Roxa	Oeste	Vila Rural Antonio da Cunha	33
371	Terra Roxa	Oeste	Vila Rural Guarani	38
372	Tibagi	Centro-Oriental	Vila Rural Santa Casturina	37
373	Tibagi	Centro-Oriental	Vila Rural Santa Luzia	25
374	Tibagi	Centro-Oriental	Vila Rural Santa Rosa	24
375	Tibagi	Centro-Oriental	Vila Rural São Bento	40
376	Tijucas do Sul	Metropolitana	Vila Rural Tijucas do Sul	19
377	Toledo	Oeste	Vila Rural Salto de São Francisco	28
378	Toledo	Oeste	Vila Rural Alto Espigão	31
379	Toledo	Oeste	Vila Rural Felix Lerner	18
380	Tomazina	Norte Pioneiro	Vila Rural Sapé	29
381	Três Barras do Paraná	Oeste	Vila Rural Araucária	24
382	Tuneiras do Oeste	Noroeste	Vila Rural Aparecida do Oeste	31
383	Tuneiras do Oeste	Noroeste	Vila Rural Galha Azul	47
384	Tupãssi	Oeste	Vila Rural Caminho do Futuro	17
385	Tupãssi	Oeste	Vila Rural Terra da Mãe de Deus	19
386	Turvo	Centro Sul	Vila Rural Nova Esperança	30
387	Turvo	Centro Sul	Vila Rural Pinheirais	22
388	Ubiratã	Centro-Occidental	Vila Rural Verdes Campos	42
389	Umuarama	Noroeste	Vila Rural São Carlos	25
390	Umuarama	Noroeste	Vila Rural Umuarama II	38
391	Umuarama	Noroeste	Vila Rural Serra dos Dourados	43
392	Uniflor	Norte Central	Vila Rural Santa Cruz I	34
393	Uniflor	Norte Central	Vila Rural Santa Cruz II	14
394	Ventania	Centro-Oriental	Vila Rural Esperança	31

395	Ventania	Centro-Oriental	Vila Rural Gralha Azul	28
396	Vera Cruz do Oeste	Oeste	Vila Rural Amanhã Feliz	25
397	Vera Cruz do Oeste	Oeste	Vila Rural Primavera	23
398	Verê	Sudoeste	Vila Rural Floresta	15
399	Verê	Sudoeste	Vila Rural Progresso	19
400	Verê	Sudoeste	Vila Rural São Luiz	22
401	Vitorino	Sudoeste	Vila Rural União	23
402	Wenceslau Braz	Norte Pioneiro	Vila Rural Novo Horizonte	37
403	Wenceslau Braz	Norte Pioneiro	Vila Rural Vale do Sol	38
404	Xambrê	Noroeste	Vila Rural José Ferreira de Oliveira	40
405	Xambrê	Noroeste	Vila Rural José Fernando Jardim	77

Fonte: SEAB/PR. Organização: Santos, Liriani de Lima.

* Número de moradias na data de implantação da Vila Rural.

** Até março de 2004, o município de Alto Paraíso denominava-se Vila Alta.

- Na agregação “região geográfica” do IPARDES os limites regionais coincidem com os limites das mesorregiões geográficas do IBGE, exceto no caso das regiões Sudoeste e Centro-Sul, para as quais se aplica a Lei Estadual n.º 15.825, de 28/04/2008, que inclui na região Sudoeste os municípios de Palmas, Clevelândia, Honório Serpa, Coronel Domingos Soares e Mangueirinha.